



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 139

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1967

#### MENSAGEM

N.º 14, de 1967 (C.N.)  
(N.º 713 na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Na forma do disposto no § 3.º do artigo 54, da Constituição do Brasil, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Aeronáutica, o incluso Projeto de Lei, relativo à fixação de efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

Brasília, DF., em 19 de outubro de 1967. — A. Costa e Silva.

N.º 150-GM7.

Em 29 de setembro de 1967.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a minuta de anteprojeto de lei que visa fixar novos efetivos para o Corpo de Oficiais da Aeronáutica, o qual abrange, atualmente, os quinze seguintes quadros de oficiais da ativa.

- Quadro de Oficiais Aviadores;
- Quadro Complementar de Aviadores;
- Quadro de Oficiais Engenheiros;
- Quadro de Oficiais Intendentes;
- Quadro de Oficiais Médicos;
- Quadro de Oficiais Farmacêuticos;
- Quadro de Oficiais Especialistas em Aviação;
- Quadro de Oficiais Especialistas em Armamento;
- Quadro de Oficiais Especialistas em Comunicações;
- Quadro de Oficiais Especialistas em Fotografia;
- Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia;
- Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo;
- Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico;
- Quadro de Oficiais de Administração;
- Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda.

2. O reajustamento dos efetivos do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, embora tardiamente, visa a corrigir um desequilíbrio prejudicial e virá complementar as disposições da Lei n.º 4.653, de 31 de maio de 1965, que autorizou a ampliação, imperativa na época, do efetivo de praças.

3. Com efeito, o Corpo de Oficiais da Aeronáutica permanece o mesmo fixado pela Lei n.º 2.999, de 11 de dezembro de 1956, portanto, há mais

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 20 de outubro de 1967, às 21 horas

### ORDEM DO DIA

Leitura da Mensagem n.º 14, de 1967 CN (n.º 713, de 1967, na origem), de autoria do Presidente da República, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

de dois lustros, enquanto exigências de ordem técnica e estrutural impuseram, sem alternativas, a criação das trinta e cinco seguintes organizações:

- Comando Aerotático Terrestre (Rio de Janeiro);
- Comando Aerotático Naval (Rio de Janeiro);
- Quartel General da 6ª Zona Aérea (Brasília);
- Prefeitura de Aeronáutica de Brasília;
- Destacamento precursor da Escola de Aeronáutica (Piraquunga);
- Núcleo do Parque de Material Bélico (Galeão);
- 1º Grupo de Aviação Embarcada
- 1º Esquadrão de P-16 (Santa Cruz);
- 1º Grupo de Transporte de Tropa
- 1º e 2º Esquadrão (Afonso);
- 2º Esquadrão do 10º Grupo de Aviação — Busca e Salvamento (São Paulo);
- Destacamento de Base Aérea de Manaus;
- 2º Esquadrão do 5º Grupo de Aviação (Natal);
- Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São José dos Campos;
- 2º Esquadrão de Controle e Alarme (Pôrto Alegre);
- 1º Esquadrilha de Ligação e Observação — Exército (Afonso);
- 2ª Esquadrilha de Ligação e Observação — Marinha (Galeão);
- 3ª Esquadrilha de Ligação e Observação — Exército (Pôrto Alegre);
- Estabelecimento de Intendência da 2ª Zona Aérea (Recife);
- Estabelecimento de Intendência da 4ª Zona Aérea (São Paulo);
- Comissão de Construção da Nova Escola de Aeronáutica (Piraquunga);
- Serviço de Rotas das Zonas Aéreas;
- Serviço de Aeronáutica Civil das Zonas Aéreas;
- Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (Rio de Janeiro);

— Comissão de Construção de Aeroportos da Região Amazônica (Belém);

— Grupo de Transportes Especial

— 1º e 2º Esquadrão (Brasília);

— Base Aérea de Brasília;

— Esquadrilha da Fumaça (Rio de Janeiro);

— Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento (Afonso);

— Núcleo de Parque de Eletrônica (Rio de Janeiro);

— Curso de Comunicações e Proteção ao Voo (São José dos Campos);

— Seção Coordenadora do Programa de Assistência Mútua (Rio de Janeiro);

— Departamento de Aviação do Centro de Instrução Aero-Naval (São Pedro D'Aldeia);

— Grupo Executivo de Trabalhos e Estudos de Projetos Espaciais (São José dos Campos);

— Curso de Formação de Oficiais-Aviadores da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica (Piraquunga);

— Comissão Desportiva da Aeronáutica (Rio de Janeiro);

— Grupo de Suprimento e Manutenção do Comando de Transportes Aéreo (Galeão).

4. Além disso, no transcurso desses quase onze anos de estagnação dos efetivos em causa, diversos Órgãos, Estabelecimentos e Unidades foram reestruturados por força do acréscimo de encargos, com inevitáveis ampliações de suas necessidades de pessoal; outros exigiram autonomia administrativa ou impuseram fôsem desmembrados, o que importou em muitos casos, em aumentos substanciais de oficiais em suas lotações.

5. Ainda mais, tendo em vista o progresso econômico de certas regiões ou localidades e por vezes as exigências da segurança nacional, diversos foram os Aeroportos e Aeródromos abertos ao tráfego aéreo, onde houve necessidade de criação ou reor-

ganização de novos núcleos de Proteção ao Voo, providos de aparelhamentos modernos e adequados, essenciais ao controle e segurança das aeronaves que operam no Brasil, tudo isso num ritmo correspondente ao vertiginoso crescimento das atividades aéreas e sob a imposição de compromissos internacionais a que não nos é dado fugir.

6. Quando em 1956, foi fixado o atual efetivo do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, a lei, por medida de economia, somente permitiu um aumento inicial que apenas atenuou carências já existentes (note-se bem, que há onze anos) e assegurou uma modesta previsão de desenvolvimento até 1958, com a agravante da estimativa ter sido superada antes que os dois anos prognosticados transcorressem. A partir daquela época então, ante os novos encargos atribuídos à Aeronáutica, verificou-se a impossibilidade de lotar as Organizações sequer com um número de Oficiais bem aquém dos efetivos previstos, pelo que hoje a Administração vê-se na contingência de dedicar-se a distribuir as faltas em lugar de cobrir os claros.

7. No Quadro Complementar de Oficiais-Aviadores (inicialmente denominado Quadro de Oficiais-Auxiliares) só permanece um Oficial, pelo que é oportuno seja efetivada a sua extinção já prevista no artigo 2º do Decreto-lei n.º 3.448, de 23 de julho de 1941, assegurando-se ao remanescente a inclusão no Quadro de Oficiais-Aviadores, cujos requisitos foram todos por ele satisfeitos e uma vez que não decorrerão prejuízos se não ocupar vaga e lhe for atribuída a colocação na ordem hierárquica correspondente à sua homologia no Quadro de origem.

8. Sabemos bem o esforço do Governo Federal para enfrentar a conjuntura econômico-financeira que atravessamos, mas estamos convicções que não podemos continuar com o citado desequilíbrio entre os efetivos vigorantes para praças (atualizado em 1965) e para Oficiais (estagnado desde 1956), acrescentando-se as incontornáveis ineficiências decorrentes da falta dos últimos, fato de que podem resultar conseqüência passíveis de comprometer a segurança do País ou de serem resistentes ao seu fortalecimento. Assinale-se, concomitantemente, o cuidado de não ocasionar aumento de despesa no corrente exercício e de ser-lhe nos subséquentes.

9. O anteprojeto de lei apresentado em anexo não alcança o efetivo de oficiais realmente exigido pelas necessidades atuais da Aeronáutica pois, atendendo aos imperativos de obediência à política econômico-financeira do Governo, foi deliberadamente reduzido a um mínimo de aumento, indispensável a permitir minorar a grande deficiência existente.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

#### Oficiais Superiores:

Coronéis .....	23
Tenentes-Coronéis .....	50
Majores .....	95

#### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	148
Primeiros-Tenentes — Variável	

#### e) QUADRO DE OFICIAIS FARMACÊUTICOS

##### Oficiais Superiores:

Coronéis .....	2
Tenentes-Coronéis .....	2
Majores .....	6

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	8
Primeiros-Tenentes — Variável	

#### f) QUADRO DE OFICIAIS DENTISTAS

##### Oficiais Superiores:

Coronel .....	1
Tenentes-Coronéis .....	2
Majores .....	4

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	16
Primeiros-Tenentes — Variável	

#### g) QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM AVIAÇÃO

##### Oficiais Superiores:

Tenentes-Coronéis .....	3
Majores .....	9

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	40
Primeiros-Tenentes .....	85
Segundos-Tenentes — Variável	

#### h) QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM COMUNICAÇÕES

##### Oficiais Superiores:

Tenentes-Coronéis .....	2
Majores .....	7

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	25
Primeiros-Tenentes .....	70
Segundos-Tenentes — Variável	

#### i) QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM ARMAMENTO

##### Oficiais Superiores:

Tenente-Coronel .....	1
Majores .....	3

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	12
Primeiros-Tenentes .....	30
Segundos-Tenentes — Variável	

#### j) QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM FOTOGRAFIA

##### Oficiais Superiores:

Tenente-Coronel .....	1
Majores .....	2

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	6
Primeiro-Tenentes .....	25
Segundos-Tenentes — Variável	

#### l) QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM METEOROLOGIA

##### Oficiais Superiores:

Tenente-Coronel .....	1
Majores .....	2

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	7
Primeiros-Tenentes .....	25
Segundos-Tenentes — Variável	

#### m) QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO

##### Oficiais Superiores:

Tenente-Coronel .....	1
Majores .....	3

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	7
Primeiros-Tenentes .....	25
Segundos-Tenentes — Variável	

#### n) QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM SUPRIMENTO TÉCNICO

##### Oficiais Superiores:

Tenentes-Coronéis .....	2
Majores .....	7

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	25
Primeiros-Tenentes .....	65
Segundos-Tenentes — Variável	

#### o) QUADRO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DE GUARDA

##### Oficiais Superiores:

Tenente-Coronel .....	1
Majores .....	3

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	25
Primeiros-Tenentes .....	75
Segundos-Tenentes — Variável	

#### p) QUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	5
Primeiros-Tenentes .....	70
Segundos-Tenentes — Variável	

#### q) QUADRO DE CAPELÃES

##### Oficiais Superiores:

Major .....	1
-------------	---

##### Capitães:....

Capitães .....	33
----------------	----

Art. 2º Nas situações abaixo, para efeito desta Lei, serão considerados incluídos no Corpo de Oficiais os Oficiais e Aspirante a Oficial da Reserva não remunerada, convocados para o serviço ativo na forma da legislação vigente, em número variável, não superior aos claros a preencher nos respectivos Quadros.

Art. 3º Os reajustamentos decorrentes desta Lei serão feitos, progressivamente, em três parcelas, efetivadas, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 1968 e de igual data nos anos de 1969 a 1970.

§ 1º As promoções decorrentes desta Lei a serem efetivadas no ano de 1968, serão condicionadas à disponibilidade nas dotações existentes.

§ 2º As vagas a serem preenchidas, anualmente, obedecerão a percentagens estabelecidas em planejamento adequado pelo Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 4º Dentro do efetivo fixado nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover as medidas necessárias ao melhor aproveitamento do pessoal para atender aos serviços da Aeronáutica, dispondo, inclusive, sobre a criação ou a extinção de Quadros de Oficiais, desde que tal providência não acarrete prejuízo às promoções dos oficiais existente, por falta de vagas.

§ 1º Fica extinto, nesta data, o Quadro Complementar de Oficiais-Aviadores, conforme previsto no artigo 2º do Decreto-lei nº 3.448, de 23 de julho de 1941.

§ 2º O Oficial remanescente do Quadro Complementar supracitado, será incluído no Quadro de Oficiais-Aviadores, sujeito às suas disposições, sem ser numerado, e colocado em ordem hierárquica correspondente à homologação do Quadro de origem.

Art. 5º A designação das funções privativas de Oficiais-Generais de que trata esta lei, será feita por decreto do Poder Executivo e a dos demais Oficiais por ato do Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis ns. 2.391, de 7 de janeiro de 1955, na parte relativa à Aeronáutica, e, no que se aplicar, a Lei nº 2.999, de 11 de dezembro de 1956, assim como as disposições em contrário.

Brasília, DF, em ... de ... de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 60.521 — DE 31 DE MARÇO DE 1967

Estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 83, inciso III, da Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, e nos termos dos artigos 46, 141 e 146 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

#### CAPÍTULO I

##### Missão e Organização Geral

Art. 1º .....

Art. 2º O Ministério da Aeronáutica, na conformidade dos fundamentos da lei que o criou, abrange a Força Aérea Brasileira, corporação militar, e, complementarmente, o Departamento de Aeronáutica Civil organismo normativo supervisor e incrementador das reservas mobilizáveis, qualificadas e atuantes, da aviação brasileira.

§ 1º A Força Aérea Brasileira — FAB — é o instrumento militar do Poder Aéreo Nacional, competindo-lhe executar as ações militares aéreas e espaciais necessárias à Segurança Nacional.

§ 2º A Força Aérea Brasileira é o conjunto das organizações, das instalações, dos equipamentos e do pessoal empenhados no cumprimento da missão militar atribuída ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 81. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República. — A. Costa e Silva — Amaure Raphael de Araújo Fogaça — Márcio de Souza Mello.

Para permanecer fiel às diretrizes de rígida economia, propomos que o reajustamento seja alcançado nos anos de 1968 e de 1969; e que no próximo exercício financeiro as promoções decorrentes da lei ora em cogitação só se efetivem nos limites da dotação existente.

10. A vista do exposto e pelo que se contém na proposta, verá Vossa Excelência que não entramos na apreciação de outros aspectos, tais como os decorrentes dos relevantes serviços especificamente prestados pela Aeronáutica ao País, pois sua enumeração redundaria no alinhamento de fatos que são do pleno conhecimento de quem vive, enfrenta e resolve os problemas da nossa Pátria.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. Márcio de Souza Mello, Ministro da Aeronáutica.

#### Projeto de Lei nº 14, de 1967 (C.N.)

Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz. O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Força Aérea Brasileira em tempo de paz, definida no artigo 2º do Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967, contará com a seguinte efetivo de Oficiais em serviço ativo:

#### a) QUADRO DE OFICIAIS AVIADORES

##### Oficiais-Generais:

Tenentes-Brigadeiros-do-Ar .....	4
Majores-Brigadeiros-do-Ar .....	15
Brigadeiros-do-Ar .....	24

##### Oficiais Superiores:

Coronéis .....	118
Tenentes-Coronéis .....	247
Majores .....	378

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	510
Primeiros-Tenentes .....	500
Segundos-Tenentes — Variável	

#### b) QUADRO DE OFICIAIS ENGENHEIROS

##### Oficiais-Generais:

Majores-Brigadeiros .....	1
Brigadeiros .....	1

##### Oficiais Superiores:

Coronéis .....	16
Tenentes-Coronéis .....	32
Majores .....	50

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	100
Primeiros-Tenentes — Variável	

#### c) QUADRO DE OFICIAIS INTENDENTES

##### Oficiais-Generais:

Majores-Brigadeiros .....	1
Brigadeiros .....	3

##### Oficiais Superiores:

Coronéis .....	25
Tenentes-Coronéis .....	60
Majores .....	113

##### Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães .....	173
Primeiros-Tenentes .....	170
Segundos-Tenentes — Variável	

#### d) QUADRO DE OFICIAIS MÉDICOS

##### Oficiais-Generais:

Major-Brigadeiro .....	1
Brigadeiros .....	3

**DECRETO-LEI Nº 3.448, DE 23 DE JULHO DE 1941**

**Cria o Quadro de Oficiais Auxiliares (Q.O. Aux.) no Corpo de Oficiais da Aeronáutica.**

Art. 3º O Q.O. Aux. é um quadro em extinção, cujo efetivo é limitado ao pessoal para ele transferido inicialmente, de acordo com as normas aqui estabelecidas.

Parágrafo único. Este quadro compreenderá todos os postos da hierarquia militar, de Segundo Tenente Aviador a Coronel Aviador, inclusive.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1941; 220ª da Independência e 53ª da República. — *Getúlio Vargas* — *J. P. Salgado Filho*.

**LEI Nº 2.391 — DE 7 DE JANEIRO DE 1955**

**Fixa os efetivos das Forças Armadas, em tempo de paz**

**III — AERONÁUTICA**

Art. 4º A Aeronáutica compreende a seguinte força ativa:

a) os Oficiais constantes dos efetivos fixados para os diferentes Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica;

b) os Capelães Militares do Serviço de Assistência Religiosa;

c) os Aspirantes-a-Oficial dos diferentes Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica;

d) os Aspirantes-a-Oficial da Reserva convocados ou designados para estágio ou período de instrução;

e) os Oficiais da Reserva convocados ou designados para o serviço ativo, estágio ou período de instrução;

f) os Segundos-Tenentes, estagiários, alunos do Curso Especial de Saúde da Aeronáutica e do Curso de Especialização de Farmacêutico da Aeronáutica;

g) 1.200 Cadetes da Escola de Aeronáutica e Alunos da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar;

h) 1.200 Alunos da Escola de Especialistas de Aeronáutica;

i) 200 Alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva;

j) 9.800 Suboficiais e Sargentos distribuídos pelos diferentes Quadros do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica;

k) 14.000 Cabos e Soldados de primeira e segunda classe;

l) 2.200 Taifeiros das diferentes graduações.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1955; 134ª da Independência e 67ª da República. — *João Café Filho*.

**LEI Nº 2.939 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1956**

**Fixa os efetivos dos quadros de Oficiais-Aviadores, Intendentes, Médicos, Farmacêuticos, Especialistas de aviação, em comunicações, em armamento, em fotografia, em meteorologia, em controle de tráfego aéreo, em suprimento técnico, de infantaria de guarda e de administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica e das outras providências.**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Quadro de Oficiais-Aviadores do Corpo de Oficiais da

Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais-Generais:**

Tenentes-Brigadeiros-do-Ar . . . . . 2  
Majores-Brigadeiro-do-Ar . . . . . 10  
Brigadeiros-do-Ar . . . . . 20

**b) Oficiais Superiores:**

Coronéis . . . . . 75  
Tenentes-Coronéis . . . . . 140  
Majores . . . . . 220

**c) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 350  
Primeiros-Tenentes . . . . . 350  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 2º. O Quadro de Oficiais Intendentes do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais-Generais:**

Major-Brigadeiro . . . . . 1  
Brigadeiros . . . . . 2

**b) Oficiais Superiores:**

Coronéis . . . . . 16  
Tenentes-Coronéis . . . . . 31  
Majores . . . . . 50

**c) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 120  
Primeiros-Tenentes . . . . . 120  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 3º. O Quadro de Oficiais-Médicos do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais-Generais:**

Major-Brigadeiro . . . . . 1  
Brigadeiros . . . . . 2

**b) Oficiais Superiores:**

Coronéis . . . . . 16  
Tenentes-Coronéis . . . . . 32  
Majores . . . . . 70

**c) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 130  
Primeiros-Tenentes . . . . . Variável

Art. 4º. O Quadro de Oficiais-Farmacêuticos do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Coronéis . . . . . 2  
Tenentes-Coronéis . . . . . 2  
Majores . . . . . 6

**b) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 8  
Primeiros-Tenentes . . . . . Variável

Art. 5º. O Quadro de Oficiais Especialistas em Aviação do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Tenentes-Coronéis . . . . . 3  
Majores . . . . . 9

**b) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 40  
Primeiros-Tenentes . . . . . 80  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 6º. O Quadro de Oficiais Especialistas em Comunicações do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Tenentes-Coronéis . . . . . 1  
Majores . . . . . 1

**b) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 25  
Primeiros-Tenentes . . . . . 60  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 7º. O Quadro de Oficiais Especialistas em Armamento do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Tenentes-Coronel . . . . . 1  
Majores . . . . . 3

**b) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 12  
Primeiros-Tenentes . . . . . 25  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 8º. O Quadro de Oficiais Especialistas em Fotografia do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Tenentes-Coronel . . . . . 1  
Majores . . . . . 2

**b) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 6  
Primeiros-Tenentes . . . . . 20  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 9º. O Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Tenente-Coronel . . . . . 1  
Majores . . . . . 2

**b) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 7  
Primeiros-Tenentes . . . . . 20  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 10. O Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Tenente-Coronel . . . . . 1  
Majores . . . . . 3

**b) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 7  
Primeiros-Tenentes . . . . . 20  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 11. O Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Oficiais Superiores:**

Tenente-Coronel . . . . . 1  
Majores . . . . . 3

**b. Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 25  
Primeiros-Tenentes . . . . . 65  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 12. O Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

Tenentes-Coronéis . . . . . 2  
Majores . . . . . 7  
Capitães . . . . . 25  
Primeiros-Tenentes . . . . . 60  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 13. O Quadro de Oficiais de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

**a) Capitães e Oficiais Subalternos:**

Capitães . . . . . 5  
Primeiros-Tenentes . . . . . 60  
Segundos-Tenentes . . . . . Variável

Art. 14. As vagas provenientes da presente lei deverão ser preenchidas à razão de um terço por ano, em data fixada pelo Regulamento de Promoções para os Oficiais da Aeronáutica.

Parágrafo único. Quando o número correspondente ao aumento não for múltiplo de três, o resto verificado será desdobrado em unidades que serão distribuídas no segundo e no terceiro terço. O mesmo critério será adotado quando o aumento for menor que três.

Art. 15. Os acessos aos diferentes postos dos diversos quadros constantes desta lei serão regulados por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. As condições de recrutamento, as escolas e os cursos de formação e aperfeiçoamento, referentes aos diversos quadros, serão regulados por ato do Poder Executivo.

Art. 16. A designação das funções privativas dos diferentes postos dos quadros de que tratam os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 será feita por ato do Poder Executivo.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 18. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1956; 135ª da Independência e 68ª da República. — *Juscelino Kubitschek* — *Henrique Fleuss*.

*Diário Oficial de 13-11-1956.*

**SENADO FEDERAL****ATA DA 164ª SESSÃO, EM 19 DE OUTUBRO DE 1967****1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)****PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE:**

As 11h acham-se presentes os

Srs. Senadores:  
Adalberto Sena.  
José Guimard.  
Oscar Passos.  
Edmundo Levi.  
Cattete Pinheiro.  
Moura Palha.  
Clodomir Millet.  
Victorino Freire.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Duarte Filho.  
Dinarte Mariz.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.

Domicio Gondim.  
João Cleófas.  
Leandro Maciel.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho.  
Carlos Lindemberg.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Paulo Torres.  
Aarão Steinbruch.  
Marcello de Alencar.  
Aurélio Vianna.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Carvalho Pinto.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Fernando Corrêa.  
Filinto Müller.  
Bezerra Neto.  
Adolpho Franco.  
Mello Braga.  
Celso Ramos.  
Antônio Carlos.

Atílio Fontana,  
Guido Mondim,  
Daniel Krüger,  
Flávio Brito,  
Sebastião Archer,  
Petrônio Portela,  
Paulo Saraceni,  
Teotônio Vilela,  
Rui Palmeira,  
Vasconcelos Torres,  
Gilberto Marinho,  
Ney Braga.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acerca do comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regular ao chamado à sessão, Vai-se à ordem da pauta.

O Sr. Segundo-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. Primeiro-Secretário lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Resolução de autógrafos de Projeto de Lei sancionada (de 18 do mês em curso):

Nº 527-67 (nº de origem 703-67) — Projeto de Lei da Câmara nº 432-B-67 e nº 24-67, no Senado, que concede reajustamento de proventos da aposentadoria do ex-funcionário índio Tamoyo do Prado (projeto que se transformou na Lei nº 5.339, de 28 de outubro de 1967.)

#### PARECER

Parecer nº 717, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1967 (nº 500, de 1957, na Câmara), que estima a receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968. Subânimo 5.13.03 — Ministério das Relações Exteriores.

Relator: Senador Fernando Corrêa.

A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1968, no setor da Política Externa, não ficou aos propósitos do Governo de harmonizar a programação específica de Trabalho, no terreno financeiro.

As medidas orçamentárias institucionais, no setor de novas relações exteriores, como nos demais setores, o Orçamento-Programa o que, sem dúvida contribuirá para efetivar providências mais objetivas na estrutura da Política Externa do Brasil.

Apresentada dentro da sistemática estatuida pela nova Constituição, relevantes inovações foram introduzidas no Orçamento do Ministério do Exterior, que se refletem tanto no combate aos focos da inflação de custos, como nas medidas tendentes a expender o nível de atividades administrativas e operacionais do mesmo Ministério, o que contribuiu para que se lograsse uma relativa estabilidade orçamentária.

De acordo com as linhas particulares de ação, que chamamos de estratégicas, nota-se, igualmente, a cautelosa programação de investimentos proposta pelo Governo, visando a consecução de investimentos nas áreas críticas ou nos setores prioritários.

É isto a proposta orçamentária conseguida no setor da Política Externa dentro do sistema de execução por projetos e atividades.

A proposta orçamentária para 1968, no setor Política Externa, dando cumprimento ao que determina a futura Lei de Meios, em seu art. 5º, pelo qual a despesa deverá ser realizada segundo a discriminação constante do anexo que apresenta a programação setorial do Governo e dos anexos que discriminam a composição da despesa pelos Poderes da União, fixou as

despesas por programa do Ministério do Exterior em NCR\$ 120.843.312 e, as referentes aos anexos detalhados em NCR\$ 134.543.152.

As despesas provenientes dos recursos do Tesouro estão assim consolidadas: despesas correntes NCR\$ 124.030.927, despesas de capital NCR\$ 10.512.225, perfazendo o total do NCR\$ 134.543.152.

Quanto à composição discriminada de suas despesas, como órgão da Administração Direta, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores, apresenta a seguinte situação: despesas com administração NCR\$ 112.833; com colonização e Reforma Agrária NCR\$ 500.000; com o comércio exterior NCR\$ 5.000.000; com defesa e segurança NCR\$ 3.410.900; com educação NCR\$ 4.676.587; com a política exterior NCR\$ 120.843.312, o que totaliza a despesa por programas em NCR\$ 134.543.152.

Deste total, detalhando as despesas por categorias econômicas, a proposta orçamentária fixou as despesas correntes do Ministério das Relações Exteriores em NCR\$ 124.103.927, e as despesas de Capital em NCR\$ 5.238.557.

Das despesas correntes de custeio, no total de NCR\$ 99.146.375, NCR\$ 51.617.333 destinam-se ao pessoal e NCR\$ 47.489.045, a outros custeios.

Do total das despesas referentes à transferência da importância de NCR\$ 24.884.549, NCR\$ 1.115.220 são aplicadas com pessoal e NCR\$ 23.769.329, com outras transferências.

Das despesas de capital, que montam a NCR\$ 10.512.225, NCR\$ 9.132.225, deverão ser aplicadas em investimentos e NCR\$ 1.380.000, em inversões financeiras.

Para a programação setorial do Ministério das Relações Exteriores, a proposta governamental destinou, como declaramos acima, a importância de NCR\$ 120.843.312, sendo que a despesa de NCR\$ 10.482.225 deve ser consolidada com programa de investimentos e NCR\$ 110.361.087, com atividades de administração, operação e manutenção.

No Subprograma administração fiscal e financeira no Anexo programado, para instalação e funcionamento da Inspeção de Finanças do Ministério, o projeto do Governo previu a aplicação de NCR\$ 59.225, enquanto no subprograma planejamento e organização, para a sua Secretaria-Geral foi prevista a importância de NCR\$ 52.228.

No Subprograma migração, foi destinada ao Ministério de a quantia de NCR\$ 520.000, para seleção de imigrantes, enquanto no subprograma comércio, para promoção comercial do Brasil no Exterior, a proposta orçamentária reservou a importância de NCR\$ 5.000.000.

No subprograma serviços especiais de segurança está prevista para as atividades de caráter reservado do Ministério a quantia de NCR\$ 3.138.900 e no Subprograma segurança pública, para fiscalização de entorpecentes e bebidas alcoólicas, a importância de NCR\$ 26.000.

No Subprograma assistência a educandos, para auxílio a Bolseiros Brasileiros no Exterior e para auxílio a Estudantes Estrangeiros no Brasil, foi destinada a verba de NCR\$ 1.410.222, enquanto no Subprograma difusão cultural a proposta orçamentária mandou aplicar o total de NCR\$ 3.265.557, para difusão cultural no Exterior, intercâmbio de jornalistas e intercâmbio científico e cultural.

O quadro geral dos programas a serem realizados, pelo Ministério das Relações Exteriores, no próximo exercício financeiro, em obediência à política exterior do governo, apresenta a seguinte situação: total de aplicações de recursos, NCR\$ 120.843.312; para programas de investimentos NCR\$ 10.482.225; para programas de administração, operação e manutenção, NCR\$ 110.361.087.

Do total de NCR\$ 10.482.225, destinados a programas de investimentos,

NCR\$ 7.786.080 devem ser aplicados na administração e NCR\$ 2.896.145, na Representação no Exterior.

Do total de NCR\$ 110.361.087, previstos para atividades de Administração, operação e manutenção, NCR\$ 56.159.881 serão aplicados na administração, NCR\$ 28.612.519, na Representação no Exterior, NCR\$ 25.164.712, na cooperação internacional, NCR\$ 411.625, no Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal e NCR\$ 12.000 em Estudos e Pesquisas.

Do total de NCR\$ 33.245.914, fixado para o Subprograma administração, NCR\$ 35.465.020, são destinados à execução da Política Exterior e NCR\$ 2.000.000 ao prosseguimento das obras do Edifício-sede em Brasília, sendo que as demais parcelas são destinadas a projetos de menor vulto, como ao reequipamento da Secretaria e repatriação, com NCR\$ 916.032, e ao Auxílio a Brasileiros desvelados no exterior, com NCR\$ 63.541.

No Subprograma Representação no Exterior, cuja importância está dada em NCR\$ 31.309.064, NCR\$ 28.612.519 serão aplicadas em atividades diplomáticas no Exterior, NCR\$ 2.300.000 em aquisição e construção de Imóveis no Exterior e NCR\$ 396.145, em reequipamento das Missões e Repartições.

O Subprograma Cooperação Internacional apresenta um quantitativo global de NCR\$ 25.164.712, do qual NCR\$ 13.635.293, foram destinados à participação do Brasil em Organismos Internacionais e NCR\$ 3.051.630, a participação do Brasil em Congressos, Reuniões e Conferências.

Foi orçada em NCR\$ 411.625, no Subprograma Aperfeiçoamento de Pessoal, a importância destinada à formação de Diplomatas Brasileiros e em NCR\$ 12.000, no Subprograma Estudos e Pesquisas, a destinada aos Estudos de Textos da História do Brasil.

A proposta do Governo, na apresentação dos elementos da despesa, na parte referente aos programas de trabalho da Secretaria de Estado, destinou NCR\$ 97.673.647, dos quais NCR\$ 39.473.807 para a política exterior, NCR\$ 4.673.387 nos setores educacionais, NCR\$ 3.410.900, no setor da segurança e NCR\$ 112.053, em administração.

A natureza das despesas com o programa de trabalho referente a Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, no total de NCR\$ 36.881.505, compreende parcelas destinadas a Colômbia e Reforma Agrária, Comércio Exterior, Política Exterior, sendo que as despesas correntes de custeio somam NCR\$ 33.233.823, as transferências correntes, NCR\$ 34.173.360 e as despesas de Capital, NCR\$ 2.696.145.

A Proposta Orçamentária e o Orçamento em Vigor

Confrontando-se a proposta do Governo para o Ministério das Relações Exteriores com o limite consignado no Orçamento da União para o ano em curso, temos que, enquanto a primeira desdobrou a Despesa em NCR\$ 1.453.152, o orçamento vigente a fixou em apenas NCR\$ 100.204.715, acusando uma diferença percentual de ordem de 31,5%.

O total geral da Despesa por programas, segundo as categorias econômicas, foi fixada em NCR\$ 12.952.355, no orçamento para o presente exercício financeiro, enquanto esta despesa foi consolidada no orçamento para 1968, em NCR\$ 120.843.312, o que demonstra um acréscimo da ordem de 23%.

No que tange à despesa por categorias econômicas, o orçamento do corrente ano fixou o total geral de NCR\$ 120.204.915, enquanto a proposta orçamentária fixou a despesa para esta Secretaria de Estado, naquelas categorias, no montante de NCR\$ 134.543.152.

Por outro lado, enquanto o orçamento vigente reservou o total de NCR\$ 31.532.154, para atender aos encargos com Missões Diplomáticas e

Repartições Consulares, o orçamento para 1968, fixou as despesas com estes encargos em NCR\$ 36.881.505, o que representa um acréscimo de 24,5%.

Finalmente, o Orçamento de 1967, em NCR\$ 68.672.751, o total das despesas com projetos e atividades da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, enquanto a proposta orçamentária, para o ano vindouro, consigna a importância de NCR\$ 97.673.647, o que representa um acréscimo de 22,7%.

Destarte, no programa de trabalho afeto às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares (5.13.02 e a Secretaria de Estado (5.13.01) houve as seguintes alterações: o quantitativo de NCR\$ 3.410.900, fixado pela proposta orçamentária, referente a Defesa e Segurança, sofreu um acréscimo de 22,7%, passando de NCR\$ 2.765.000 para NCR\$ 3.410.900, fixado pelo órgão vinculado ao Itamarati, pelos Decretos nºs 22.265, de 3-4-32, e 24.123, de 28-3-34, com a demarcação do fronteira; pelo Serviço de Caráter Reservado (3) pelo Serviço de Fiscalização de Emigrantes (Decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1933), foi majorado em NCR\$ 4.788.500.

Da mesma forma o limite fixado em NCR\$ 4.676.387 pela proposta, no setor Educação abrangente dos estudos referentes à auxílio a bolseiros brasileiros, a estudante estrangeiros, a difusão cultural no exterior, ao intercâmbio de jornalistas e ao intercâmbio científico e cultural, foi aumentado em NCR\$ 4.822.103, relativamente ao orçamento vigente.

A proposta convém ressaltar que a taxa cambial foi elevada em 1967, e que a maioria das despesas do Ministério do Exterior são efetuadas no exterior.

Por outro lado, o aumento das preços de bens e serviços em geral, até o término do corrente ano, deverá atingir ou ultrapassar de pouca a casa dos 25%.

Destes dois fatos se conclui que o Itamarati deverá manter seus planos e atividades, em termos reais em nível aproximado ao do ano em curso.

#### A Proposta Orçamentária na Câmara dos Deputados

A proposta orçamentária do Ministério das Relações Exteriores foi enviada à Câmara em sua íntegra, mestras e em seus pontos essenciais.

Após examinar, uma a uma, as 21 consignações referentes à Secretaria de Estado, e as 6 restantes relativas à rubrica Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, a Comissão do Orçamento da Câmara, após análise das redações corrigidas na comissão, 1.751, da ordem de NCR\$ 171.100.000, destinada à conservação do Palácio Itamarati; na consignação 1.753 da ordem de NCR\$ 29.510.000, para a modernização do Sistema Alfanumérico de Criptografia e Comunicações; e a consignação 1.772 da ordem de NCR\$ 64.080.000, destinada a promover a seleção de Imigrantes no Exterior, corrigiu, através de uma emenda, o corte efetivado da importância de NCR\$ 259.200,00 na consignação 1.751 cuidada de acordo com a Lei nº 4.06 de 8-6-35, regulamentada pelo Decreto nº 56.702, do mesmo ano, para promover comercialmente o Brasil no Exterior, objetivando o incremento das nossas exportações, e sobretudo a colocação de produtos manufaturados brasileiros.

A emenda da Comissão do Orçamento da Câmara, sem alterar o quantitativo da proposta do governo, tem o mérito de atender, de modo mais conveniente, a um dos mais importantes setores de nossa Política Externa dando ao seu programa, um caráter mais realista e dinâmico.

Para contrabalançar os efeitos negativos da referida emenda nos setores colonização e povoamento, ordem de NCR\$ 70.150, Defesa e Segurança, na importância de NCR\$ 1.387.800, Educação, no montante de NCR\$ 145.213, e na Política Externa da ordem de NCR\$ 352.409, no total



de NCr\$ 500.000, a Câmara dos Deputados reduziu igual importância na consignação 1.776 — Aquisição e Construção de Imóveis no Exterior, de vez que, enquanto a proposta orçamentária consignava para este projeto a importância de NCr\$ 2.300.000, a emenda da Câmara a reduziu para NCr\$ 1.705.255, o que, com o residual, igualmente, ocorreu na redução processada no setor Política Exterior, Unidade Secretária do Estado variando exatamente aquela diferença de NCr\$ 600.000.

#### Conclusão

Se atentarmos para o fato de que a proposta orçamentária do Ministério das Relações Exteriores consignava, originariamente, recursos da ordem de NCr\$ 154.340.630,00, o que quer dizer que houve um corte de NCr\$... 19.757.528, relativamente à proposta encaminhada ao Congresso, e se levarmos em conta os importantes encargos afetados à nossa Política Exterior teremos forçosamente de reconhecer que o montante da consignação destinado àquela Secretaria de Estado não é efetivamente enegado, tendo mesmo aí ocorrido severos critérios de economia, o que determinou a exclusão de novas atividades e projetos na programação do Itamarati para o ano de 1968.

Diante do exposto, a Comissão de Funções, dando cumprimento à sua atribuição regimental, é do parecer que é presente Projeto, na parte referente ao Subanexo 5.13.00 — Ministério das Relações Exteriores, deve ser aprovado, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1-R

Ao Subanexo 5.13.00 — Ministério das Relações Exteriores — 5.13.01 — Secretaria de Estado — Política Exterior — 331.1.1763, acrescente as seguintes expressões:

... e outros necessários à manutenção do Itamarati para a capital.

#### JUSTIFICAÇÃO

A consignação em apêndice tem o objetivo patriótico da fixação definitiva, em Brasília, através de construção não só do seu Edifício-sede, mas de outros imprescindíveis ao funcionamento geral daquela Secretaria de Estado, destinados a abrigar todos os seus serviços na nova Capital.

#### EMENDA Nº 2-F

A consignação — 233.2.1731 — Contratação para agência do Inst. de Cooper. Inter.

#### Destaque-se:

— Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos — NCr\$ 20.000,00. Esta emenda, de autoria do eminente Senador Antônio Carlos está assim justificada:

A exposição anexa diz dos trabalhos e da significação do Instituto cuja importância vem de ser ressaltada nos rumos da política exterior do país. É o único Instituto do gênero na América Latina. Vem o IBEA como órgão de apoio do Ministério na realização de programas culturais com órgãos como o Instituto Fundamental da África Negra; o Instituto Brasileiro-Senegal; o Grupo de Pesquisas "Presença Africana"; a Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Africanos da Universidade de Columbia; os institutos regionais africanos de Havard, Lincoln, Syracuse, Stanford, Berkeley e Riverside. As publicações do Instituto têm no momento, através do Ministério das Relações Exteriores, permitido conhecimento internacional da problemática do desenvolvimento comparado, africano e latino-americano, dos problemas da cultura negra no Brasil; e dos problemas gerais de integração entre o processo tecnológico e o cultural nas chamadas nações emergentes. A verdadeira destina à criação do Centro de Documentação do Instituto, tal como solicitada pelo Ministério das Relações Exteriores; à criação do curso

sobre os problemas da modernização e desenvolvimento; à integração do programa de intercâmbio e informação com a Universidade Califorma-Riverside; à expansão e aprimoramento dos quadros técnicos do Instituto.

#### PARECER

A emenda objetiva apenas a destacar, na citada consignação, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, com uma dotação que já por sua vez reduzida de NCr\$ 30.000,00 para NCr\$ 20.000,00, atendendo-se aos encargos do Itamarati.

Trata-se de entidade que já se encontra incluída na única consignação orçamentária. Pela aprovação da emenda.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Fernando Corrêa*, Relator. — *Oscar Passos*. — *Clodomir Millet*. — *Bezerra Neto*. — *Celso Ramos*. — *João Cleofas*. — *Aurelio Vianna*.

#### 5.13.00 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

##### 5.13.01 — Secretaria de Estado

250.2.1758 — Difusão Cultural no Exterior

#### EMENDA 2-F

##### Destaque-se:

— Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos — NCr\$ 20.000,00

#### Justificação

A exposição anexa diz dos trabalhos e da significação do Instituto, cuja importância vem de ser ressaltada nos rumos da política exterior do país. É o único Instituto do gênero na América Latina. Vem o IBEA como órgão de apoio do Ministério na realização de programas culturais com órgãos como o Instituto Fundamental da África Negra; o Instituto Brasileiro-Senegal; o Grupo de Pesquisas "Presença Africana"; a Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Africanos da Universidade de Columbia; os institutos regionais africanos de Havard, Lincoln, Syracuse, Stanford, Berkeley e Riverside. As publicações do Instituto têm no momento, através do Ministério das Relações Exteriores, permitido conhecimento internacional da problemática do desenvolvimento comparado, africano e latino-americano, dos problemas da cultura negra no Brasil; e dos problemas gerais de integração entre o processo tecnológico e o cultural nas chamadas nações emergentes. A verdadeira destina à criação do Centro de Documentação do Instituto, tal como solicitada pelo Ministério das Relações Exteriores; à criação do curso

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O Expediente não vai à publicação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Esta Presidência, tendo em vista a melhor distribuição, para pronunciamento do Conselho Nacional, dos votos presidenciais ainda pendentes de apreciação, resolve incluir nas cravicações feitas para os dias 25 e 26 do corrente mês as seguintes vetos:

No dia 25 — veto ao Projeto de Lei nº 1.438-C, na Câmara dos Deputados e nº 58-67, no Senado Federal, que concede isenção, pelo prazo de um ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação no País, de centrais telefônicas automáticas (veto total), e

no dia 26 — veto ao Projeto de Lei nº 421-B-67, na Câmara e nº 91-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos), para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 230, de 23 de fevereiro de 1937 (veto parcial).

Passará, conseqüentemente, a prever-se a seguinte discriminação:

Dia 25, às 21 horas e 30 minutos  
Votos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 242-B-67, na Câmara e nº 65-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar (veto parcial);

2º — Ao Projeto de Lei nº 1.428-C, de 1963, na Câmara e nº 58-67, no Senado, que concede isenção, pelo prazo de um ano dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas (veto total).

Dia 26, às 21 horas e 30 minutos  
Votos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 424-B, de 1957, na Câmara e nº 67-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos), para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 230, de 23 de fevereiro de 1937 (veto parcial); e

2º — Ao Projeto de Lei nº 6-67, CN, que integra o quadro de acidentes de trabalho na previdência social, e da outras providências (veto parcial).

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Sobre a mesa projetos de resolução que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 83, de 1967

Doa, à Universidade Integrada de Saúde, de Sobradinho — UIS — Saúde de Sobradinho — UIS — uma ambulância Chevrolet, ano 1953, de propriedade do Senado Federal.

#### O Senado Federal resolve:

Artigo único. É doada à Unidade Integrada de Saúde, de Sobradinho — UIS, órgão da Faculdade de Ciências Médicas da Uni. Católica de Brasília, uma ambulância Chevrolet, do ano de 1953, motor nº 3-23.01-C, de propriedade do Senado Federal.

#### Justificação

O Senado possui uma ambulância Chevrolet, do ano de 1953, portanto com 8 anos de uso, a qual foi posta à venda por não mais atender às necessidades do Serviço Médico, em face de suas condições de desgaste. Dois Editais foram publicados, o primeiro, com o preço-base de NCr\$ 5.000,00, não levou a nenhuma proposta para a compra; o segundo, com o preço-base de NCr\$ 3.000,00, não teve, do mesmo modo, nenhum interessado na aquisição.

O Hospital de Sobradinho solicitou a doação da referida ambulância no estado em que se acha, diretamente e por intermédio dos Senadores Catete Pinheiro e Eurico Romão.

Não tendo ocorrido nenhum interesse para a compra da referida ambulância, não parece a esta Comissão que deva baixar um terceiro Edital, reduzindo novamente o preço-base para a venda, dado que o resultado econômico, para o Senado, seria insignificante.

Assim, a Comissão Diretora resolveu propor o presente Projeto de Re-

solução à apreciação do Senado, para efetivar a doação do citado veículo à entidade em questão.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1967. — *Auro Moura Andrade*. — *Nogueira da Gama*. — *Gilberto Marinho*. — *Dimarte Mariz*. — *Edmundo Levi*. — *Cattete Pinheiro*. — *Guido Mendin*.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 84, de 1967

Exonera, a pedido, *Myriam Gurjão Mello* — *Paulo Bibiczer*, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado.

#### O Senado Federal resolve:

Artigo único. É exonerado, a pedido, de acordo com o art. 63, letra "c", item 2, do Regimento Interno, do cargo de Oficial Bibliotecário, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, *Myriam Gurjão Mello*, a partir de 3 de outubro.

#### Justificação

Com o presente Projeto de Resolução, a Comissão Diretora atende a um pedido formulado pela funcionária em apêndice, que foi nomeada, para o cargo público, através de concurso.

Faz-se o pedido, submetemos à apreciação da Casa o assunto em pauta.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1967. — *Auro Moura Andrade*. — *Camello Nogueira da Gama*. — *Gilberto Marinho*. — *Fernando Levi*. — *Cattete Pinheiro*. — *Guido Mendin*. — *Raul Gluberti*.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85, de 1967

Apresenta Dulce Barbosa da Cruz, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado.

#### O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o art. 171, § 1º da Constituição Federal, combinado com os arts. 345, item IV e 319, § 4º da Resolução nº 6, de 1930 no cargo de Diretor, PL-1, a Oficial Legislativa, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, *Dulce Barbosa da Cruz*.

#### Justificação

Vem o presente Projeto de Resolução a contemplar aposentadoria a uma funcionária do Quadro Anexo, após 35 anos de serviço.

Encontra-se a mesma empregada e beneficiada pelo § 1º do art. 177 da Constituição, que determina que o servidor que já tiver exercido a satisfatória, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da Lei vigente na data da promulgação da CF de 1934, aposente-se no 1º de 1967.

Assim justificando, submetemos o assunto à consideração do Pleno.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1967. — *Auro Moura Andrade*. — *Camello Nogueira da Gama*. — *Gilberto Marinho*. — *Edmundo Levi*. — *Cattete Pinheiro*. — *Guido Mendin*. — *Raul Gluberti*.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 86, de 1967

Exonera, a pedido, *Jorge Neves dos Santos*, Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

#### O Senado Federal resolve:

Artigo único. É exonerado, a pedido de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, do cargo de Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, *Jorge Neves dos Santos*.

**Justificação**

A Comissão Diretora apresenta ao Plenário o presente Projeto de Resolução, a fim de atender ao pedido formulado pelo funcionário em apelo, que foi nomeado para o Quadro da Justiça Federal, no Estado da Guanabara.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1967. — *Auro Moura Andrade*. — *Camillo Nogueira da Gama*. — *Gilberto Marinho*. — *Cattete Pinheiro*. — *Guido Mondin*. — *Raul Giuberti*.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) Os projetos lidos serão publicados e, em seguida, incluídos em Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) Não há orador inscrito. (Pausa.)  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA****Item 1:**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967, (nº 500-B-67 na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 na parte referente ao Anexo nº 4 — Poder Judiciário Subanexos 4.01 — (Supremo Tribunal Federal), 4.02 — (Tribunal Federal de Recursos) 4.03 — (Justiça Militar), 4.04 — (Justiça Eleitoral), 4.05 — (Justiça do Trabalho), 4.06 — (Justiça Federal de Primeira Instância) 4.07 — (Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) tendo Parecer favorável da Comissão de Finanças, sob número 690, de 1967.*

A este Anexo não foram apresentadas emendas.

Nos termos da Constituição, não tendo sido apresentadas emendas, a matéria é submetida à discussão.

Em discussão o projeto. (Pausa.)  
Não havendo quem peça a palavra, declaro a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram inscrever-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será cientificada a Câmara dos Deputados.

O Anexo ora aprovado, referente ao Poder Judiciário acha-se publicado, em Suplemento, no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 3-10-67.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) — Item 2:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1967, que suspende a vigência da Lei nº 959 de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, julgada inconstitucional nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos da representação nº 658 daquela unidade federativa (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 688, de 1967).*

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)  
Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 80, DE 1967

*Suspende a vigência da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos da representação nº 658, a vigência da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, criadora do Município de Agronômica.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) — Acaba de chegar à Mesa outro subanexo do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União. A ele não foram oferecidas emendas.

Está, portanto, em condições de ser incluído em Ordem do Dia.

A Presidência solicita dos Srs. Relatores da Comissão de Finanças que ainda não tenham dado seus pareceres a respeito dos subanexos de que foram encarregados a gentileza de os prolatarem, porquanto a conclusão do esquema de votação da matéria, no Senado Federal, está prevista para o dia 27, ou seja, sexta-feira da próxima semana, e as matérias que receberam emendas deverão ficar na mesa por 24 horas para conclusão do prazo de recurso do pronunciamento da Comissão a seu respeito.

Convoco os Srs. Senadores para outra sessão extraordinária, às 11,45, com a seguinte

**ORDEM DO DIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Presidência da República)

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo nº 5.01 (Presidência da República), tendo Parecer Favorável, sob número 691, de 1967, da Comissão de Finanças.*

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.)

**ATA DA 165ª SESSÃO, EM**  
19 DE OUTUBRO DE 1967**1ª Sessão Legislativa Ordinária,**  
da 6ª Legislatura  
(Extraordinária)**PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA**  
**ANDRADE**

Às 11 horas e 45 minutos, presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
José Guionard.  
Oscar Passos.  
Flávio Brito.  
Edmundo Levi.  
Cattete Pinheiro.  
Moura Dalha.  
Clodomir Milet.  
Sebastião Archer.  
Victorino Freire.  
Petrônio Portela.  
Menezes Pimentel.  
Paulo Sarasate.  
Wilson Gonçalves.  
Duarte Filho.  
Dinarte Mariz.  
Ruy Carneiro.

Argemiro de Figueiredo,  
Domicio Gondim.  
João Cleofas.  
Teotônio Vilela.  
Rui Palmeira.  
Leandro Maciel.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho.  
Carlos Lindemberg.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Paulo Tórres.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Tórres.  
Marcello de Alencar.  
Aurélio Vianna.  
Gilberto Marinho.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Carvalho Pinto.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Fernando Corrêa.  
Filinto Müller.  
Bezerra Neto.  
Ney Braga.  
Adolpho Franco.  
Mello Braga.  
Celso Ramos.  
Antônio Carlos.  
Atílio Fontana.  
Guido Mondin.  
Daniel Krieger — (54).

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) — A Lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

**EXPEDIENTE****OFÍCIO**

De 17 de outubro de 1967, do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, solicitando autorização do Senado para celebrar contrato de compra e venda com a FIAT S.P.A., de Turin — Itália.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 884 — do Sr. Lino de Mattos, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio;

Nº 885 — do Sr. Vasconcelos Tórres, ao Sr. Ministro da Fazenda;

Nº 886 — do Sr. Vasconcelos Tórres, ao Sr. Ministro da Educação e Cultura;

Nº 887 — do Sr. Vasconcelos Tórres, ao Sr. Ministro dos Transportes;

Nº 888 — do Sr. Vasconcelos Tórres, ao Sr. Ministro dos Transportes;

Nº 889 — do Sr. Vasconcelos Tórres, ao Sr. Ministro dos Transportes;

Nº 890 — do Sr. Raul Giuberti, ao Sr. Presidente do INDA;

Nº 891 — do Sr. Desiré Guarani, ao Sr. Ministro da Fazenda;

Nº 892 — do Sr. Desiré Guarani, ao Sr. Ministro do Interior.

São os seguintes os Requerimentos deferidos:

**REQUERIMENTO**  
Nº 884, de 1967

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado, ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio, o seguinte pedido de informações:

1º) O Conselho Nacional de Turismo elaborou programa objetivando

estimular e beneficiar as estações hidrominerais, particularmente no Estado de São Paulo?

2º) No caso positivo esses estímulos e benefícios serão distribuídos mediante convênio direto com as Prefeituras Municipais, ou através de outro processo que resguarde as características próprias de cada estação hidromineral?

3º) A EMBRATUR, órgão executor do Conselho Nacional de Turismo, no caso particular do Estado de São Paulo, está atuando em conjunto com a Secretaria de Turismo do Estado?

4º) O Conselho Nacional de Turismo já ultimou o projeto de Lei propondo incentivos fiscais ou de outra natureza aos municípios considerados estações hidrominerais?

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1967. — *Lino de Mattos*.

**REQUERIMENTO**  
Nº 885, de 1967

Sr. Presidente:

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda se foi tomada alguma providência visando a liberação de verba do MEC para pagamento de bolsas de estudo?

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — *Vasconcelos Tórres*.

**REQUERIMENTO**  
Nº 886, de 1967

Sr. Presidente:

De acordo com a preceituacão regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — se foi tomada alguma providência visando a restauração da casa de Santos Dumont, no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — *Vasconcelos Tórres*.

**REQUERIMENTO**  
Nº 887, de 1967

Sr. Presidente:

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se existe algum estudo visando a possível ligação entre a rodovia BR-115 a BR-462, na altura do município de Caxias, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — *Vasconcelos Tórres*.

**REQUERIMENTO**  
Nº 888, de 1967

Senhor Presidente:

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se foram ou estão sendo feitos os estudos visando a ligação de Queimadas, Distrito de Nova Iguaçu, à rodovia Presidente Dutra?

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1967. — *Senador Vasconcelos Tórres*.

**REQUERIMENTO**  
Nº 889, de 1967

Senhor Presidente:

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Serviço de Transporte da Baía da Guanabara — quais os resultados do inquérito realizado para apurar responsabilidades

no choque ocorrido na Baía da Guanabara com os barcos Paqueta e Martins Afonso?

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Tórres.

## REQUERIMENTO Nº 890, de 1967

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, requiero a V. Ex.<sup>a</sup> determine providências no sentido de ser encaminhado o ofício ao Senhor Presidente do INDA, solicitando a seguinte informação:

Quais as providências que estão sendo tomadas para a instalação de uma Central Leiteira, no Sul do Espírito Santo, mais especificamente, em Cachoeiro de Itapemirim, grande centro produtor de leite.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1967. — Senador Raul Guberti.

## REQUERIMENTO Nº 891, de 1967

Senhor Presidente:

Requero à Mesa, nos termos regimentais, que se oficie ao Ministério da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

a) quantos servidores possui o SERPRO, distribuídos pelas várias Unidades da Federação em que trabalham;

b) quantos desses servidores foram admitidos por concurso público de provas, indicando-se o órgão de divulgação que publicou os respectivos editais de concurso e os resultados das provas;

c) qual o último mês de 1967 para o qual o SERPRO possui a exata arrecadação federal dos impostos de renda, importação e sobre produtos industrializados, pelas várias unidades da Federação, indicando os totais para cada um desses tributos.

### Justificativa

O Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) foi criado para melhor atender ao levantamento estatístico da receita e até mesmo para orientar a arrecadação e a própria fiscalização, dado o sistema aprimorado de levantamento estatístico a que se propôs. No entanto, segundo se esclareceu no Congresso de Arrecadação, realizado em agosto em Brasília, o Ministério da Fazenda só muito tardiamente está conhecendo a receita arrecadada, o que não deixa de ser, surpreendente, pois ao tempo do chamado "bico de lápis", até o dia 10 de cada mês se sabia a renda do País referente ao mês anterior. Para melhor avaliar os percalços dessa experiência e melhor apreender o seu aprimoramento no setor fazendário é que buscamos os informes solicitados pelo presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1967. — Senador Desiré Guarani.

## REQUERIMENTO Nº 892, de 1967

Senhor Presidente:

Requero à Mesa, nos termos regimentais, que se oficie ao Ministério do Interior, solicitando as seguintes informações:

a) quantos Economistas integram os quadros da SUDAM;

b) o ano de formatura e as Faculdades por onde se formaram esses Economistas;

c) a data do ingresso de cada um desses Economistas na SUDAM ou antiga SPVEA;

d) quantos deles já fizeram curso de extensão ou de aperfeiçoamento depois que ingressaram na SUDAM ou antiga SPVEA.

### Justificativa

A Amazônia, como área problema, está provocando a atenção especial do atual Governo, especialmente pela ação do Ministério do Interior, verdadeira casamata das reivindicações amazônicas, no sentido de que a nacionalidade tome consciência da problemática amazônica, para, que essa região deixe de constituir apenas extensão territorial e matéria-prima inexplorada. E para programar a ação e a estratégia de planos de trabalho afinados com as possibilidades financeiras do País e a realidade regional, necessário se torna, como ocorre em outros setores de desenvolvimento, o trabalho atuante de Economistas de elevado padrão profissional e em número suficiente à prestação de todos os serviços afetos à SUDAM, para a mais rápida e completa integração da Amazônia à Pátria brasileira. E para melhor aferir esse trabalho é que solicitamos as informações em tela.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1967. — Senador Desiré Guarani.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência comunica haver recebido os seguintes requerimentos de informações:

— Do Sr. Lino, ao Sr. Ministro do Planejamento;

— Do Sr. Gilberto Marinho, ao Ministro da Fazenda;

— Do Sr. Vasconcelos Tórres, aos Srs. Ministros da Fazenda e das Minas e Energia e ao Banco Central.

Os requerimentos serão, após despacho, publicados no Diário do Congresso Nacional.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Na sessão de 17 do corrente, o Sr. Senador Josaphat Marinho suscitou questão de ordem em que sustentou não poder o Projeto de Orçamento para o exercício de 1968, elaborado pelo Poder Executivo e ora em estudo, ser tratado no Congresso Nacional, em virtude de contrariar dispositivo da Constituição.

Concluindo o seu pronunciamento, S. Ex.<sup>a</sup> pedia que a Presidência decidisse sobre como pode o Congresso Nacional admitir o curso da Proposta Orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Dada a relevância da matéria, julgou a Presidência indispensável submetê-la ao exame da Comissão de Constituição e Justiça que, reunida, aprovou parecer do relator, Sr. Senador Antônio Carlos, o qual vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

### Parecer nº 711, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, à Consulta feita através do ofício nº SP-224-67, do Sr. Presidente do Senado Federal, acerca da questão de ordem formulada pelo Sr. Senador Josaphat Marinho, "sobre como pode o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República."

Relator: Senador Antônio Carlos. O nobre representante pela Bahia, Senhor Senador Josaphat Marinho, na sessão de 17 de agosto do corrente ano sob a forma de questão de ordem, impugnou o curso e o exame, no Congresso, da proposta orçamentária para o exercício de 1968, face ao que, sobre a matéria, dispõe a Constituição do Brasil.

Dita questão de ordem arguida em longa, minuciosa e brilhante falta, conclui:

"Assim, Senhor Presidente e na forma do Regimento, segundo o

qual cabe a Vossa Excelência zelar, a um tempo, pelo respeito à Constituição e pelas prerrogativas do Congresso, peço-lhe torne na devida consideração essas ponderações em forma de questão de ordem, para que decida, quando lhe parecer próprio, isoladamente ou em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados sobre como pôde o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República."

3. O Excelentíssimo Senhor Presidente Auro Moura Andrade, declarando, na oportunidade:

"A Presidência dará decisão a questão de ordem que acaba de ser levantada pelo Sr. Senador Josaphat Marinho, depois de haver analisado a exposição feita por S. Ex.<sup>a</sup> em face do projeto de orçamento", deu o seguinte tratamento ao problema: levou ao conhecimento do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados conforme se verifica da fala desse, na sessão daquela Casa de 15-9-67, ao decidir questão idêntica submetida à sua apreciação pelo nobre Deputado Sr. João Borges e, concomitantemente, submeteu-o, em 21 de agosto, a esta Comissão.

4. Distribuído o processo, a 24 do mesmo mês e ao nobre Senhor Senador Ruy Palmeira, foi a 5 de setembro, redistribuído a. nobre Sr. Senador Eurico Rezende, e, finalmente, a mim despachado a 11 do corrente.

5. Em síntese, foi esta Comissão chamada a opinar sobre duas questões:

a) em face dos termos da exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que encaminhou a proposta orçamentária bem como, em virtude do que dispõe os artigos 5º e 7º do projeto que rezam:

"Art. 5º A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da administração Indireta";

"Art. 7º No decorrer do exercício, os recursos destinados aos programas, subprogramas, projetos e atividades poderão ser alterados por Decreto do Poder Executivo, respeitado o total da despesa dos órgãos ou Ministérios constantes dos Anexos 3 a 5, e obedecidos os limites máximos para cada elemento da despesa; a proposição fere, ou não, o § 4º do artigo 65, da Constituição?"

b) A vista da Constituição, art. 46, nº III — que diz:

"Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especificamente:

III — Planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais", poderá o Congresso aceitar o projeto?

6. Preliminarmente, cumpre ressaltar que os dispositivos relativos ao Orçamento, constantes da Seção VI, Capítulo VI, Título I, da Constituição devem ser objeto de interpretação conjunta e harmônica, de modo a que na sua aplicação, não se verifiquem choques ou contradições.

7. Fiel a essa orientação, examinamos a questão.

8. Vejamos a primeira impugnação. O parágrafo único do art. 63 da Constituição estabelece:

"As despesas de Capital obedecerão ainda, a orçamentos pluria-

nais de investimentos, na forma prevista em lei complementar."

Este o mandamento básico do elenco de disposições sobre os orçamentos plurianuais. No artigo 65, a Constituição consagrou normas sobre o Orçamento anual, definindo-o, regulando-o e disciplinando a elaboração da proposta na esfera do Executivo, e sua tramitação no Legislativo. Entre tais normas incluem-se as consagradas no seu § 4º, que diz:

"Nenhum projeto, programa obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimentos, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução".

Para todavia, dar-se cumprimento ao que determina este parágrafo é indispensável que:

a) exista a lei complementar prevista no parágrafo único do art. 63;

b) que exista ou existam os Orçamentos plurianuais;

Nem se alegue que, ao final do dispositivo, referência há a prévia lei que autorize a obra, projeto, programa ou despesa — fixa o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

Se, todavia, a tanto se estendesse a interposição estar-se-ia negando o sistema instituído pela Constituição. De fato, o dispositivo só pode e deve ser interpretado, considerando-se que, implantando o regime salutar dos orçamentos plurianuais — o que ainda não se efetivou pela absoluta carência de tempo (a proposta orçamentária começou a ser elaborada no início do exercício e a Constituição entrou em vigor a 15 de março) — ter-se-á que obedecer à alternativa:

"inclusão do projeto, programa obra ou despesa no orçamento plurianual ou prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução;

Tal é o entendimento construtivo — capaz de, sem invalidar as nobres intenções e as justas preocupações do eminente representante pela Bahia, permitir não se comprometa o trabalho do Congresso nestas suas iniciais vigências da Carta Magna.

9. Passamos à segunda parte da questão, que diz respeito ao cumprimento do art. 46 nº III, em boa hora incorporado à Constituição, graças à iniciativa e aos esforços do nobre Senador Josaphat Marinho.

10. A indagação, no caso, é uma só: os "planos e programas" referidos na exposição de motivos e no projeto podem ser considerados como aqueles objeto do disposto no art. 45, nº III?

11. Para uma resposta que não possa, nem de longe, parecer o desejo de elidir uma competência do Poder Legislativo das mais importantes que o novo Estatuto básico lhe atribuiu, examinemos o texto da proposta.

O Projeto de Lei da Câmara número 6.500, de 1967, estabelece em seu art. 4º:

"a despesa será realizada segundo a discriminação constante do Anexo 2, que apresenta a programação setorial do Governo, e dos Anexos 3 a 5, que detalham a composição da despesa pelos Poderes da União", alinhando, em seguida,

os valores constantes de tais anexos, discriminando-os por setor de atividade e por unanimidade administrativa

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Há número rejeito.



tal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Sr. Ministro das Relações Exteriores nos seguintes termos:

Em 17 de outubro de 1957.

G-SRC-DOA-39-650.18 (04).

Conferência da FAO.

Designação de Delegado.

Senhor Primeiro Secretário.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência haver o Senhor Presidente da República assinado hoje decreto designando o Senador João Cleofas para integrar, como Delegado, a Delegação do Brasil à XIV Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a realizar-se em Roma de 23 de outubro a 24 de novembro de 1967.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração.

— José de Magalhães Pinto

#### EXPEDIENTE RECEBIDO

Solicitação de Regulamentação do Parágrafo Único do art. 95 da Lei que instituiu o Código Tributário Nacional:

— Do Presidente da Assembleia Legislativa de Manaus, AM;

— Do Presidente da Assembleia Legislativa de Natal, RN;

#### Diversos Assuntos

— Do Secretário-Geral da Federação Internacional dos Jornalistas, Bruxelas — Bélgica, manifestando seu apoio à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais do Brasil e ao projeto de lei que regulamenta a profissão de periodistas;

— Do Sr. Deputado Ricardo Tamoche Benides, Lima, Peru, comunicando os nomes dos integrantes do Partido Aprista Peruano;

— da Câmara Municipal de Uberaba, MG, solicitando movimentos de solidariedade e apoio ao projeto de lei que determina a criação de novos Estados e Territórios Federais no País;

— Da Câmara Municipal de Salvador, BA, comunicando que tomaram posse os Srs. Carlos Coqueiro Costa e José Dantas do Prado, para os cargos, respectivamente de Presidente e Vice-Presidente, dessa Câmara;

— Do Grêmio Literário Esportivo "Eurico Aguiar Sales", do Colégio Comercial de Alegre, ES, comunicando os nomes dos componentes da nova diretoria daquele grêmio;

— Do Comitê Olímpico Brasileiro, GB, enviando relatório apresentado ao Conselho Executivo, da participação dos V Jogos Desportivos Pan-Americanos, realizados na cidade Winnipeg-Canadá, em julho-agosto do corrente ano;

— Do Presidente da Assembleia Estadual da Guanabara, encaminhando indicação do Deputado Gama Filho, referente às providências a serem tomadas quanto à comemoração do V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, a se realizar no dia 29 de junho de 1966;

— Do Presidente da Câmara Municipal de Cotia, SP, solicitando aprovação urgente para o PLS-54-67 (Lei Orgânica do Cooperativismo);

— Do Presidente da Câmara Municipal de Guararapes, SP, solicitando a aprovação de projeto de lei visando à dinamização da lavoura brasileira;

— Do Presidente da Câmara Municipal de Guarani D'Oeste, SP, solicitando a elaboração de projeto de lei visando à dinamização da lavoura brasileira;

— Da Câmara Municipal de Rancharia, SP, solicitando elaboração de um Projeto de Lei, obrigando os latifundiários a destinarem 40% de suas terras ao plantio de gêneros alimentícios;

— Da Faculdade de Direito "Braz Cubas" de Mogi das Cruzes, SP, convidando do Sr. Presidente do Senado Federal para assistir às Conferências, por ocasião da IV Semana de Estudos Jurídicos;

— Da Câmara Municipal de Campos de Jordão, SP, solicitando integral apoio ao Decreto-lei nº 330 de 1967, encerrando sua manutenção;

— Da Câmara Municipal de Penápolis, SP, manifestando opinião contrária à pretensa liberação do "jogo do Bicho";

— Da Câmara Municipal de Americana, SP, manifestando integral repulsa à revogação do Decreto-lei nº 201-67;

— Da Associação dos Advogados de São Paulo, SP, manifestando opinião contrária ao projeto de Lei número 55-67;

— Do Diretor do Colégio José de Anchieta, encaminhando antese do Seminário de Estudos do Ensino Primário, realizado nesse estabelecimento;

— Do Coordenador do Gagan, SP, solicitando remessa de lista de endereços dos Srs. Senadores;

— Da Associação dos Advogados de São Paulo, SP, manifestando opinião favorável ao PL-27-67;

— Da Câmara Municipal de S. Caetano do Sul, SP, solicitando elaboração de projeto de lei incrementador de novas diretrizes no sistema agrícola da Nação;

— Da Assembleia Legislativa de São Paulo, SP, solicitando aprovação urgente da emenda constitucional que suprime o art. 58 da Constituição;

— Da Assembleia Legislativa do Paraná, PR, solicitando anuimento ao Projeto de lei que visa a criação do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná.

#### PARECERES

##### Parecer nº 718, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1967, que institui o "Dia do Gráfico."

Relator: Senador Rui Palmeira.

Existem, no Brasil, cerca de 2.500 estabelecimentos de indústria gráfica nas trabalhando, atualmente mais de trinta e cinco mil operários São aplicadas, nesse setor da indústria pátria, mais ou menos NCRs 2.000.000.000, atualmente elevando-se o valor da produção a aproximadamente, NCRs 4.000.000.000.

Como é do conhecimento público, os gráficos sempre estiveram presentes aos grandes movimentos cívicos que ocorreram em nossa Terra culminando a sua atuação com o marcante evento de 7 de fevereiro de 1923, quando cinco mil gráficos tomaram corajosa e decisiva posição contra os abusos e a favor da classe.

Alcogendo esses fatos, o embaixador Senador Lino de Mattos ofereceu à consideração da Casa a presente Proposição, instituindo o "Dia do Gráfico", a ser festejado no dia 7 de fevereiro.

No mérito, nada a objetar, pois muitas categorias profissionais já têm o "seu" dia, embora, a nossos ver-

fosse isso desnecessário, uma vez que se comemora a 1ª de maio o dia de todos os trabalhadores.

Seja como for, do ponto de vista constitucional e jurídico nada temos a opor ao projeto, pelo que nosso parecer é favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1967. — Milton Campos, — Presidente. — Rui Palmeira, Relator. — Alcides de Carvalho. — Antônio Balbino. — Wilson Gonçalves. — Josaphat Marinho.

##### Parecer nº 719, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967 (na Câmara nº 37-A-67) que aprova o Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 318, de 14 de março de 1937 (Código de Minas), e restaura a vigência do art. 23 da Lei nº 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares.

Relator: Senador Antônio Balbino.

1. Vindo da Câmara, em cujo plenário foi aprovado, após pronunciamento unanimemente favorável de suas Comissões de Justiça, de Segurança Nacional e de Minas e Encargos — o projeto de decreto legislativo que, naquela outra Casa do Congresso, tomou o número 37, chegou ao número 47 ao Senado e é encaminhado ao exame desta Comissão de Justiça.

2. Trata-se de proposição que, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição vigente, concretiza, pela forma do decreto legislativo, a sujeição ao Congresso Nacional, para que o aprove ou rejeite, globalmente e sem emendas, o Decreto-lei número 330 de 13 de setembro de 1967, pelo qual o Presidente da República, valendo-se da competência excepcional que lhe confere aquele preceito constitucional, revogou dispositivos do Decreto-lei número 227, de 28 de fevereiro de 1967 e restaurou a vigência do artigo 33 da Lei número 4.118, de 1962.

3. Sob fundamento de que "o comércio dos minerais nucleares e seus concentrados e dos elementos nucleares número 47 ao Senado e é encaminhada, pela forma do decreto legislativo, res e seus compostos constitui monopólio da União e diz que estava tomando urgente "a aplicação de medidas que viessem disciplinar o mercado brasileiro desses materiais".

— o Presidente da República baixou o Decreto-lei de que nos referimos revogou os §§ 1º, 4º e 5º do artigo 91 do Decreto-lei número 227, que havia sido remunerado para "artigo 90" pelo Decreto-lei, número 318, de 14 de março de 1967.

4. A exposição de motivos, anexa ao processo, pela qual o Sr. General Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional propôs a providência, que se veio a transformar no Decreto-lei número 330, ora sob nosso exame de conformidade, dá uma idéia bem nítida das razões justificadoras da medida, que tem o evidente caráter de revisão da filosofia adotada pelo Governo imediatamente anterior a este, o qual teria liberalismo, exagerado e inconvenientemente, a exportação de minerais e minérios contendo elementos nucleares em coexistência.

5. Até ao surgimento do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 a Comissão Nacional de Energia Nuclear vinha exigindo dos exportadores desses materiais a devolução dos elementos nucleares associados aos materiais exportados, com o evidente objetivo de preservação das reservas nacionais, determinada pela filosofia vigorante e expressa na Lei nº 4.118 de 27 de agosto de 1962.

O Decreto-lei nº 227, no entanto, que baixou o Código de Mineração, estabeleceu no art. 91 (que depois passou a ter o número 90), com a derrogação do artigo 33 da Lei número 4.118 já referida, uma posição diferente, pela qual, segundo reconheceu o Conselho de Segurança Nacional, "impediu a Comissão Nacional de Energia Nuclear de manter a preservação das reservas nacionais dos elementos nucleares associados, de forma segura e efetiva, conforme vinha fazendo, pois, para tanto, acverá arcar com o pesado ônus das despesas relativas à separação desses elementos".

Salienta a exposição do Conselho de Segurança Nacional que apesar de não estarem sendo sacrificados os exportadores e concessionários de lavras pelo regime que prevalecia com a vigência do artigo 33 da Lei número 4.118 tanto assim que suas atividades continuavam em plena expansão — o mencionado artigo 90 do Decreto-lei 227, baixado ao fim da presidência Castello Branco, "buscou isentar o particular do encargo de devolver esse material sem ônus para a Comissão de Energia Nuclear".

6. Depois de salientar que em todo o mundo aumenta a importância da energia nuclear, quer por sua participação no desenvolvimento, quer por seu valor crescente para a segurança das Nações e que o Brasil, sendo um dos poucos países detentores de jazidas de minerais nucleares deve considerar o assunto como intimamente vinculado às exigências de sua segurança, o Conselho de Segurança Nacional chegou à conclusão de "que há necessidade de restituir à Comissão Nacional de Energia Nuclear os instrumentos indispensáveis à preservação de nossas reservas nucleares, imprescindíveis ao cumprimento da Política Nacional de Energia Nuclear".

7. Em complemento às informações da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, e dentro da mesma linha de orientação, constam do relatório da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, no exame desta proposição, trechos do depoimento do General Uribe da Costa Ribeiro, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, pelos quais, com argumentos que bem situam as inconveniências resultantes da liberalização trazida ao problema pelo decreto-lei nº 227, se verifica que aquela Comissão foi o órgão que tomou a iniciativa de propor, por intermédio do Conselho de Segurança Nacional, ao Presidente da República o revigoramento das medidas cautelares da Lei nº 4.118, de 1962.

Na exposição feita pelo Presidente da C. N. E. N., consta que, para obviar as dificuldades criadas pela política institucionalizada com o artigo 90 do Decreto-lei nº 227, a Comissão de Energia Nuclear, depois de tentar construir, na via administrativa de seu poder de fiscalização, algumas formulas, chegou a coarçar com os mineradores uma solução pela qual eles se obrigariam a devolver o mineral nuclear associado aos seus minerais destinados à exportação se, no prazo de seis meses, fosse restabelecida a obrigatoriedade da devolução. Naquela depoimento esclarecedor — consta, ainda, que tal prazo deveria terminar em 15 de setembro e que, até então, a soma das obrigações acrescidas à Comissão de Energia Nuclear tendia a se elevar a 350 milhões de cruzados antigos até aquela data se o Presidente da República deixasse de baixar decreto-lei ou se o Congresso não viesse a aprovar medida no mesmo sentido, dentro daquele termo fatal.

Vale referir que o Presidente do C. N. E. N. narra, em seu depoimento, que já havia encaminhado proposta de Decreto-lei ao Presidente da Re-

pública, pela urgência da matéria e pela impossibilidade de sua tramitação no prazo necessário em tramitação normal pelo Congresso, mas que não poderia dizer à Comissão da Câmara dos Deputados se o Presidente da República assinaria ou não o Decreto-lei, porque Sua Excelência estaria relutando em assinar o Decreto-lei, apesar de sua concordância com o mérito da providência. Por espírito de justiça e em testemunho de homenagem a tão salutar orientação democrática é que o Relator cumpre o dever de deixar, aqui, assinalada a alvissareira alergia presidencial com os votos de que ela prospere...

8. Na espécie, não temos dúvida em reconhecer que o assunto está inequivocamente qualificado como de urgência, de interesse público relevante, não implica em aumento de despesa, e, pelo contrário, evita despesa a um órgão do poder público e, evidentemente, é daqueles que sem sofismas ou falsas extensões analógicas está compreendido no âmbito do entendimento normal da segurança nacional.

E' pois, caso de competência do Presidente da República definido no artigo 58 da Constituição em vigor.

Quanto ao mérito, a exposição acima feita — por igual — nos faz concluir que a posição adotada pelo Governo atual, revendo o ato de seu antecessor, expresso no artigo 90 do Decreto-lei nº 227 e restabelecendo, a legislação de 1962, é a que, realmente, mais se adapta às exigências de uma conveniente política de defesa e preservação de nossas reservas nucleares.

9. Pela aprovação do Decreto-Lei que ratifica o Decreto-lei nº 339, de 13 de setembro de 1967, é, pois, o nosso parecer.

Sala da Comissão de Justiça, em 19 de outubro de 1967. — Milton Campos, Relator. — Antônio Balbino. — Josaphat Marinho, com a ressalva de que deve ser enviada a Comissão de Minas e Energia. — Rui Palmeira, pela conclusão. — Carlos Lindenberg. — Aloysio de Carvalho pela conclusão. — Wilson Gonçalves.

#### Parecer nº 720, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1967 (nº 3.908-B, de 1966, na Câmara), que dá nova redação ao Capítulo III do Título IX, do Código de Processo Penal (Prisão Preventiva).

Relator: Senador Eurico Rezende.

O Projeto em epígrafe cuida de retirar de nossa legislação processual a obrigatoriedade quanto à decretação da prisão preventiva.

Objetivando expungir o excessivo rigor formal de nossa diploina adjetivo penal, a proposição confia ao prudente arbítrio do Juiz a conveniência da custódia cautelar.

Em consequência, não se cuida de suprimir a possibilidade da reclusão ou detenção provisória, mas, tão somente não a tornar compulsória, — mas sempre facultativa.

As disposições constantes do artigo 312, do Código de Processo Penal vieram para a nossa legislação emigrada do Código Italiano, no período em que a Itália e o Brasil se encontravam sob regime de exceção.

A doutrina e, também, algumas variações jurisprudenciais têm classificado a figura da prisão preventiva obrigatória como uma violência odiosa, incompatível com os princípios da Justiça.

Somam-se opiniões valiosas, de eminentes juristas e tratadistas, contra a medida excepcional.

A seu turno, a observação e a experiência revelam que, quase sempre,

prisão preventiva dos acusados, em muitos casos, ficam na dependência exclusiva do oferecimento da denúncia e do seu recebimento pelo Juiz, sem maiores indagações.

Entendemos que o Projeto oriundo da Câmara dos Deputados vem ao encontro do pensamento e da reivindicação constantes da cultura jurídica nacional.

Isto posto, opinamos no sentido da sua aprovação.

Sala das Reuniões, 19 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Antônio Balbino. — Wilson Gonçalves. — Carlos Lindenberg. — Aloysio de Carvalho.

#### Parecer nº 721, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1967, que altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública.

Relator: Senador Josaphat Marinho.

##### RELATÓRIO

Por proposta do Poder Executivo, a Câmara dos Deputados aprovou este Projeto que altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública.

A proposição modifica os artigos 163, 180 e 265 do Código, criando o parágrafo único, item III do primeiro preceito e acrescentando parágrafo aos dois outros.

As modificações, sugeridas oficialmente pelo Ministro da Justiça, originaram-se de pedido do Sindicato da Indústria de Energia Hidroelétrica no Estado de São Paulo, no sentido de "melhor proteção contra o furto e os danos causados em instalações de eletricidade, bem como em outros serviços de utilidade pública". Segundo a exposição do Ministério, o Sindicato "informa que, no Estado de São Paulo, em 1966, foram furtados 344.043 metros de fio, no montante de NCr\$ 222.737,00; nos quatro primeiros meses deste ano já atingiram os furtos a 126.375 metros de fios totalizando NCr\$ 95.689,60; isso na zona de concessão da São Paulo Light S. A. Na zona de concessão da Cia. Paulista de Força e Luz, subsidiária da Eletrobrás, o prejuízo atingiu a NCr\$ 18.772,57".

Por isso, o projeto altera:

a) o item III do parágrafo único do art. 163 — para considerar dano qualificado o praticado também contra empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, uma vez que o dispositivo já protegia o patrimônio da União, do Estado e do Município;

b) o art. 180 — para acrescentar-lhe o § 4º, estabelecendo pena de reclusão de 1 (um) ano a 5 (cinco) anos e multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos do maior vigente no país, no caso de aquisição dolosa de bens e instalações do patrimônio daquelas entidades;

c) o art. 265 — para aditar-lhe o seguinte parágrafo único: "Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços". Esses serviços são, precisamente, os de água, luz, força, ou calor ou qualquer outro de utilidade pública, na forma do caput do art. 265.

##### PARECER DO RELATOR

O projeto pelo exposto, tem fundamento razoável e atende ao interesse público, sem violar o sistema jurídico vigente, a partir da Constituição. Altera e amplia o Código Penal, sem desfigurá-lo.

Em rigor, caso seria de aguardar-se a reforma geral do Código Penal,

para em novo texto enquadrar, a par de outras, as inovações ora propostas. Ocorre, porém, que a reforma dos Códigos perdeu o impulso, ou entrou em processo de novas revisões preliminares até a instância parlamentar conhecer da matéria.

Em consequência, mais prudente é admitir o encaminhamento do projeto, que não entra vício de inconstitucionalidade, injuridicidade, ou inconveniência.

Brasília, 19 de outubro de 1967. — Josaphat Marinho.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, conhecendo do parecer do Relator, opina pela constitucionalidade, juridicidade e conveniência do projeto de lei da Câmara nº 136, de 1967, que altera dispositivos do Código Penal.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Rui Palmeira. — Antônio Balbino. — Wilson Gonçalves.

#### Parecer nº 722, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei da Câmara nº 139 de 1967, (nº 26-B-67 — Câmara), que estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

O Projeto de Lei Complementar nº 109, de 1967 (nº 26-B-67, na Câmara) de iniciativa do Sr. Presidente da República, com apoio no artigo 54, parágrafos 1º e 2º, combinado com o artigo 53 da Constituição, e para os efeitos do artigo 14, estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios. Sua emenda, enunciada em tais termos, repete, literalmente, o citado artigo 14 da Constituição onde se declara ser a matéria objeto de "lei complementar". De que assim é, acartetando, pois, a votação na forma especial do artigo 53, nenhuma dúvida há, assentado como já foi, por esta Comissão, que onde a Constituição se referir a lei complementar, a lei a ser votada deixa de ser "lei ordinária".

A proposição remetida pelo Executivo sofreu, na outra Casa, algumas modificações, e com a incorporação dessas modificações é que vem ao Senado. Algumas delas representam simples inovações formais, outras, porém, atingem a substância. Certo que quando projeto confia ao "órgão fazendário estadual" (sic) a comprovação do requisito da arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos (art. 2º, item IV), para que determinada área territorial possa transformar-se em município, a diferença é grande em relação ao projeto governamental, por onde tal atribuição caberia ao Tribunal de Contas do Estado. Mas a expressão "órgão fazendário estadual", em que se cifrou a substituição, dará margem, por sua ambiguidade a entendimentos discrepantes. Melhor fora, — sem dúvida, que o projeto precisasse Especificar a Fazenda ou Finanças, ou, ainda mais, explicitamente. De qualquer modo, a Receita ainda que qualquer uma dessas repartições, a superior como a subordinada, possa designar-se por aquela rubrica.

Alteração importante, por outro lado, foi a da eliminação, entre os requisitos para a criação do município,

da densidade populacional mínima de cinco habitantes por quilômetro quadrado na área territorial considerada, o que ao nobre Relator da matéria na Câmara, deputado Raimundo Diniz, afirmou-se impraticável e pouco, sobretudo impraticável, argumentando, como argumentou para o exemplo da área amazônica, que a densidade demográfica é de aproximadamente, 1 habitante por quilômetro quadrado.

As emendas da Câmara, apesar de, em suma, o projeto sobre o qual não recaí, de resto nenhuma taxa de inconstitucionalidade podendo, pois, ser aprovado.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Carlos Lindenberg. — Rui Palmeira. — Antônio Balbino. — Wilson Gonçalves. — Josaphat Marinho.

#### Parecer nº 723, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1967 (nº 500, na Casa de origem), que estima a Receita e faz a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 — S.º Anexo 5.04.00 — Ministério das Comunicações.

Relator: Senador Antônio Carlos.

Na Proposta Orçamentária para 1968 (Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1967), o Poder Executivo, conforme o artigo 4º, apresentou a despesa sob dois aspectos por programas e por unidades administrativas.

Sob o primeiro aspecto, o setor Comunicações foi dotado com NCr\$ 342.365.000; no que se refere às despesas por unidades, ao Ministério das Comunicações foi conferido o montante de NCr\$ 328.666.000.

Deste total de recursos, para atender as suas despesas correntes, foi prefixada a importância de Cr\$ 291.165.000, devendo orçar a despesa de capital em NCr\$ 37.201.000.

A vista de seus recursos próprios, as despesas correntes somam NCr\$ 332.372.740, NCr\$ 37.501.000 representam despesas de capital e NCr\$ 294.871.740, despesas correntes.

De acordo com as despesas discriminadas através de seus dois órgãos e de seus programas de atividades para o próximo exercício, no total de NCr\$ 328.666.000, NCr\$ 170.400 destinam-se à Administração do Ministério, e NCr\$ 327.496.000, aos serviços de comunicações.

No que concerne as despesas por categorias econômicas, a proposta fixa as despesas do Ministério das Comunicações da seguinte maneira: despesas correntes de custeio com pessoal, NCr\$ 229.607.000; despesas com outros custeios, NCr\$ 3.887.600, no total de NCr\$ 262.494.600; despesas de transferências correntes de pessoal NCr\$ 28.681.000. Os dois tipos de despesas correntes perfazem o total de NCr\$ 291.165.000.

As despesas do capital totalizam a importância de NCr\$ 37.501.000, sendo destinada a parcela de Cr\$ 36.001.000 para investimentos e a de NCr\$ 1.500.000, para investimentos financeiros.

As despesas correntes, da ordem de NCr\$ 291.165.000, somadas às de capital, na importância de NCr\$ 37.501.000, montam a NCr\$ 328.666.000, os quais representam o total das despesas por órgãos e categorias econômicas Ministério das Comunicações.

Na parte referente à consolidação da despesa por programas para a vista da ausência de planos, programas ou orçamentos plurianuais que tenham sido aprovados pelo Congresso, conforme determina a Constituição, não passa de meros planos de aplicação, foram fixadas as impor-

tâncias de NCr\$ 37.131.000 e NCr\$ 305.234.000, destinadas, respectivamente, ao seu programa de investimentos e à Administração, Operação e Manutenção, despesas estas que somam o total de NCr\$ 342.365.000.

Ainda com referência a este anexo, nos setores, subprogramas, o Ministério das Comunicações deverá dispor a quantia de NCr\$ 100.000 em projetos e NCr\$ 990.000 com atividades diversas, no total de NCr\$ 1.170.000.

No subprograma administração, a proposta do Governo prevê para o programa de investimentos do Ministério das Comunicações a importância de NCr\$ 5.970.000, e para atividades com operações e manutenção a soma de NCr\$ 64.647.100, totalizando NCr\$ 70.713.000. Esta quantia, acrescida à de NCr\$ 104.100, fixada para a manutenção dos Serviços de Radiocomunicações do Ministério do Interior, perfaz o total de NCr\$ 70.817.100.

No subprograma postais-telegráficos, o Ministério das Comunicações deverá aplicar no próximo orçamento a importância de NCr\$ 174.431.000, da qual NCr\$ 3.280.000 em projetos e NCr\$ 166.151.000 em atividades administrativas, operacionais e de manutenção. Importa salientar que naquela total está incluída a quantia de NCr\$ 100.900.000 destinada à construção de linhas telegráficas, no Ministério do Interior.

No subprograma telecomunicações, setor para o qual foi carreada a segunda soma de recursos, está previsto o total de NCr\$ 94.390.900.

Desta importância, NCr\$ 73.779.900 deverão ser aplicados em atividades de operações, administração e manutenção, e NCr\$ 20.581.000, em programas de investimentos.

No subprograma relativo aos sistemas especiais, a proposta governamental fixou a importância de NCr\$ 2.300.000 para o setor de investimentos, devendo a parcela de NCr\$ 1.300.000 ser aplicada na participação do Brasil no Intersat e a outra, de NCr\$ 1.000.000, na implantação do Sistema de Telecomunicações.

No último subprograma, destinado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, foi reservada a quantia de NCr\$ 456.000, devendo toda ela ser aplicada na formação e especialização profissional.

No que se relaciona ainda com a despesa do Ministério das Comunicações, o projeto fixou o seu total, como já se declarou acima, em NCr\$ 328.666.000.

Desta importância caberá ao Gabinete do Ministro, para seu programa de trabalho, a soma de NCr\$ 1.170.000; ao Departamento Nacional de Telecomunicações, para o programa de comunicações, foi reservada a quantia de NCr\$ 5.368.000; e ao Departamento dos Correios e Telégrafos, também para o mesmo fim, destinou-se a importância de NCr\$ 322.128.000.

Quanto às categorias econômicas, a proposta do Governo demonstra que desse total de despesas, NCr\$ 291.165.000 representam despesas correntes e NCr\$ 37.501.000, despesas de capital.

Por seu turno, das despesas correntes de custeio, que atingem a cifra de NCr\$ 262.484.000, NCr\$ 225.923.000 são despesas de pessoal e NCr\$ 31.800.000, de outros custeios. O total de NCr\$ 28.644.000, referentes a despesas com transferências correntes, destina-se a despesas de pessoal.

Das despesas de capital foram fixados NCr\$ 36.001.000 para investimentos e NCr\$ 1.500.000, para inversões financeiras.

Dentro do programa de trabalho estatuído pela proposta orçamentária, ao Departamento Nacional de

Telecomunicações foram confiadas importantes tarefas. Dentre estas cabe ressaltar a de coordenar os serviços de Telecomunicações para cujo desempenho foi destinada importância de NCr\$ 2.328.000 a de planejar o Sistema Nacional de Telecomunicações, cabendo a esta tarefa a soma de NCr\$ 1.630.000.

No setor das despesas de capital, a proposta do Governo destina ao mesmo Departamento a quantia de NCr\$ 2.300.000 para ser investida em serviços de regime de programação especial e a soma de NCr\$ 151.000 para equipamentos e instalações.

Para o seu programa de trabalho, o Departamento dos Correios e Telégrafos foi contemplado com NCr\$ 322.128.000, cabendo as maiores parcelas: a) ao Tráfego Postal Telegráfico, com NCr\$ 166.151.000; b) ao Tráfego de Telecomunicações, com NCr\$ 67.557.000; c) à Coordenação dos Serviços de Comunicações, com NCr\$ 64.743.000; d) aos Centros e Estações Transmissoras e Receptoras, com NCr\$ 3.750.000; e) à construção de Agências Postais Telegráficas, com NCr\$ 3.030.000; f) ao Plano Nacional de Telex, com NCr\$ 100.000 e g) à construção de prédios de Diretorias Regionais e reequipamento destas Diretorias, com NCr\$ 4.000.000.

No DCT, das despesas correntes de custeio, no montante de NCr\$ 225.923.000, a proposta manda aplicar NCr\$ 211.471.000, para pagamento de vencimentos e vantagens fixas do seu pessoal.

Das despesas com investimentos de capital, foram destinadas NCr\$ 15.460.000 para equipamentos e instalações e NCr\$ 11.065.000, para obras públicas.

Afigura-se-nos de real interesse para esta Comissão estabelecer rápido confronto entre o orçamento proposto pelo Governo para o próximo exercício financeiro e o que está consignado na Lei nº 5.189-58, para o Departamento dos Correios e Telégrafos que, juntamente com o novo Departamento Nacional de Telecomunicações, integra um dos órgãos do Ministério das Comunicações.

De acordo com o orçamento em vigor, o total geral das despesas correntes e despesas de capital fixadas para o DCT é de NCr\$ 330.610.000, enquanto que na proposta orçamentária para 1968, estas despesas estão previstas em NCr\$ 322.128.000, o que representa uma diferença de NCr\$ 61.518.000, ou seja, em termos percentuais, um acréscimo de 23,55%.

Na Câmara dos Deputados prevaleceu o critério proposto pela Comissão de Orçamento, de "só serem aceitas emendas destinadas ao prosseguimento e conclusão de projetos para Agências Postais Telegráficas que estivessem de acordo com a relação do próprio DCT".

Em consequência desta providência, na rubrica 5.04.03 — DCT — ..... 212.1.0454 — Construção de Agências Postais Telegráficas, a Câmara dos Deputados, para a conclusão de 261 novas agências, em todo o Território Nacional, fixou a despesa em NCr\$ 1.530.000.

O Setor programa de trabalho ficou inalterado, rejeitando-se, porém, a despesa por categorias econômicas, unidade DCT as seguintes alterações:

Enquanto a proposta do Governo consignou para despesas correntes com custeio pessoal a importância de NCr\$ 1.834.000, a Câmara consignou NCr\$ 2.410.030, acusando um acréscimo, de NCr\$ 582.030.

Contudo para que o limite estabelecido pelo Governo, de NCr\$ 5.368.000 se mantivesse inalterado, de acordo com o preceito constitucional, a Câmara dos Deputados reduziu nas Despesas do Capital para investimentos a mesma diferença de

NCr\$ 582.030, uma vez que a proposta consignava para essa categoria econômica o total de NCr\$ 2.560.000, enquanto a outra Casa do Congresso fixou esta importância em NCr\$ 1.997.970.

Diante dos fatos ora expostos, a Comissão de Finanças, cumprindo disposição regimental, manifesta-se pela aprovação do presente subanexo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, anexo ..... 5.04.00 — Ministério das Comunicações, bem como das emendas oferecidas, todas elas à consignação ..... 1.04.54 — Aquisição de imóveis e construção de Agências Postais Telegráficas. Trata-se de emendas que visam a incluir ou destacar naquela consignação 16 Agências Postais e Telegráficas em determinadas localidades, sem acarretar aumento de despesa, alteração do montante objetivo ou natureza da dotação, comparando-se, assim, com o preceituado na Constituição no que se refere ao curso da Proposta no Congresso relativamente às emendas de números 13 e 14, esta Comissão se manifesta favoravelmente, em parte, com a exclusão dos quantitativos fixados

Sala das Comissões em 18 de outubro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Antonio Carlos*, Relator. — *Clodomir Milet*. — *Carlos Lindenberg*. — *Fernando Corrêa*. — *Celso Ramos*. — *Bezerra Neto*. — *Oscar Passos*. — *Carvalho Pinto*.

5.04.00 — MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

5.04.03 — Departamento dos Correios e Telégrafos

212.1.0454 — Construção de Agências Postais Telegráficas

EMENDA 1-F

Adendo "A"

ALAGOAS

Inclua-se:

Marimbo e Campo Alegre — Senador Rui Palmeira.

EMENDA 2-F

Adendo "A"

MARANHAO

Inclua-se:

Construção de Agências Postais Telegráficas em Timon, Itapecuru Mirim e Timbiras — Senador Clodomir Milet.

EMENDA 3-F

Adendo "A"

SANTA CATARINA

Inclua-se:

Ithotas — Senador Ruy Carneiro.

EMENDA 4-F

Adendo "A"

RIO DE JANEIRO

Inclua-se:

Sapucaia — Senador Ruy Carneiro.

EMENDA 5-F

BAHIA

Inclua-se no Adendo "A":

Amargosa, Itapebi, Ribeira do Pombo, Santa Maria da Vitória e Vitória da Conquista — Senador Josephat Marinho.

EMENDA 6-F

Adendo "A"

MINAS GERAIS

Inclua-se:

Campina Verde — Senador Milton Campos.

EMENDA 7-F

Adendo "A"

MINAS GERAIS

Inclua-se:

Sacramento — Senador Milton Campos.

EMENDA 8-F

Inclua-se:

Construção da Agência Postal Telegráfica no Município de Santa Leopoldina.

Construção da Agência Postal Telegráfica no Município de Anchieta.

Construção da Agência Postal Telegráfica no Município de Itapemirim. — Senador Carlos Lindenberg.

EMENDA 9-F

Adendo "A"

RIO GRANDE DO NORTE

Inclua-se:

Agência Postal de Várzea da Catinga. — Senador Duarte Filho.

EMENDA 10-F

Adendo "A"

MINAS GERAIS

Inclua-se:

Prédio para APT de Camanducaia — Senador Milton Campos.

EMENDA 11-F

Adendo "A"

MINAS GERAIS

Inclua-se:

Prédio para APT de Jacaiba — Senador Milton Campos.

EMENDA 12-F

ESPIRITO SANTO

Inclua-se:

Construção da Agência Postal Telegráfica no Município de Santa Leopoldina.

Construção da Agência Postal Telegráfica no Município de São Gabriel da Palha.

Construção da Agência Postal Telegráfica no Município de Santa Teresinha. — Senador Carlos Lindenberg.

EMENDA 13-F

ESPIRITO SANTO

Destaque-se:

Para construção do Prédio do D.C.T. na cidade de Santa Teresa — NCr\$ 40.000. — Senador Eurico Rezende.

EMENDA 14-F

Ministério das Comunicações Departamento dos Correios e Telégrafos

Nº de Identificação: 211.1.0445

ESTADO DE MINAS GERAIS

Inclua-se:

Para a construção do prédio da Agência Postal de Bertópolis — .... 30.000,00. — Senador Milton Campos.

EMENDA 15-F

Adendo "A"

Construção de Agências Postais Telegráficas

Inclua-se:

Andradina — SP

Brotas — SP

Morungaba — SP. — Senador Auro Moura Andrade

**EMENDA 16-F****Adendo "A"**

Construção de Agências Postais Telegráficas

Inclua-se:

13 — Mato Grosso

Nova Andradina — Senador Auro Moura Andrade.

Inclua-se:

Parecer nº 724, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1967 (nº 37-C, de 1967, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1967.

Relator: Senador Bezerra Neto.

O presente projeto, de autoria do Deputado Paulo Macarini, propõe a retificação, sem ônus, da Lei número 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

O objetivo da proposição é corrigir alguns equívocos verificados, no tocante a nomes de entidades beneficiárias, na parte relativa a Adendos a fim de que as mesmas possam receber as dotações com que foram contempladas.

Há outras correções mais, além das já feitas na Câmara.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas:

**EMENDA Nº 1 — CF**

Ministério da Saúde

17 — Paraná — Adendo "C"

Onde se lê:

Hospital Regional Diocesano — Maringá — 3.000.

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia de Maringá — Maringá — 3.000.

**EMENDA Nº 2 — CF**

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social.

**Adendo C**

27 — Sergipe

Aracaju

Onde se lê:

Educandário Sagrado Coração de Jesus,

Leia-se:

Instituto Sagrado Coração de Jesus

São Paulo

Onde se lê:

Associação dos Antigos Alunos do Colégio São Bento — São Paulo — 1.000.

Leia-se:

Fundação Lar São Bento, da Associação dos Antigos Alunos do Colégio São Bento — São Paulo — 1.000.

**EMENDA Nº 3 — CF**

Ao Adendo "C" — Subvenções Extraordinárias — 01 — Acre.

Onde se lê:

Escola Coronel José Correia — Vila Rodrigues Alves — 6.500.

Leia-se:

Escola Coronel João Correia — Vila Rodrigues Alves — 6.500.

Ao Adendo "B" — Subvenções Ordinárias — 10 — Goiás.

Onde se lê:

Municipalidade de Luziânia, para obras e manutenção de escola primária na localidade de Chácara Marajó — 1.000.

Leia-se:

Municipalidade de Luziânia, para obras e manutenção de escola primária na localidade de Chácara Araguaia — 1.000.

**Justificação**

A primeira das retificações acima propostas impõe-se por motivo óbvio. Não existe, na Vila Rodrigues Alves, Município de Cruzeiro do Sul — Acre, escola com denominação de "Coronel José Correia". Existe, sim, a Escola "Coronel João Correia" para a qual foram propostas aquela e outras subvenções.

Trata-se, aliás, de erro de redação ou de publicação já uma vez retificado pelo Congresso Nacional, através da Lei nº 4.922, de 23 de dezembro de 1963 (Diário Oficial de 29-12-1966, pág. 13.531, 3ª coluna).

A segunda correção justifica-se pelo fato de haver a subvenção ordinária em aprêço resultado de emenda de nossa autoria com o objetivo de auxiliar a Prefeitura de Luziânia, Goiás, a atender apêlo dos moradores de uma faixa desse município, vizinho do Distrito Federal, onde se encontra um conjunto de chácaras denominado "Chácaras Araguaia". Como, porém, o loteamento inicial foi feito pela Companhia "Imobiliária Construtora Marajó", cometemos, ao redigir a emenda, o equívoco de confundir esta última designação com a dada particularmente aquele conjunto.

A retificação, pois, é indispensável para determinar-se a localização da escola, sem prejuízo dos nossos intuitos de beneficiar o grupo populacional mais numeroso entre os existentes nas ditas cercanias.

**EMENDA Nº 4 — CF**

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social.

Adendo — B — Subvenções Ordinárias

14 — Minas Gerais

Onde se lê:

Caixa Escolar do Grupo Escolar Dr. Custódio Junqueira, de Argirita — 4.800.

Cruz Vermelha Brasileira — Filial de Argirita — 800.

Leia-se:

Caixa Escolar do Grupo Escolar Dr. Custódio Junqueira de Argirita — 5.600.

**Justificação**

No recente levantamento feito pela Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, das entidades registradas no Conselho Nacional de Serviço Social foi dada como inexistente a Cruz Vermelha Brasileira — Filial de Argirita.

Nada mais justo se transferirmos à verba de uma entidade inexistente para outra em pleno funcionamento, na mesma localidade.

**EMENDA Nº 5 — CF**

Ministério da Educação e Cultura

**ADENDO — B**

14) Minas Gerais

Conselheiro Lafaiete

Onde se lê:

Hospital Nossa Senhora do Carmo — Promater — NCr\$ 300,00.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José — NCr\$ 300,00.

**ADENDO — C**

14) Minas Gerais

Conselheiro Lafaiete

Onde se lê:

Hospital Nossa Senhora do Carmo Promater — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José — NCr\$ 1.000,00.

**Justificação**

A entidade — "Hospital Nossa Senhora do Carmo — Promater" teve seu nome mudado, mas, no Orçamento de 1967, continua com o nome errado, urgindo, assim, a correção proposta.

**EMENDA Nº 6 — C.F.**

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social.

Adendo B — Subvenções Ordinárias

20 — Rio de Janeiro

Barra do Pirai

Onde se lê:

Academia de Comércio Cândido Mendes — NCr\$ 1.800,00.

Aprendizado Agrícola de Ipiabas — NCr\$ 300,00.

Assistência Social da Igreja Evangélica da Assembleia de Deus de Barra do Pirai — NCr\$ 100,00.

Associação Casa de Caridade Santa Rita de Cássia — NCr\$ 4.800,00.

Casa de Caridade Santa Rita — NCr\$ 500,00.

Casa da Mãe Pobre — 300,00.

Casa Nossa Senhora de Fátima — NCr\$ 1.000,00.

Centro Espirita Pai José Cambinda (para a Maternidade da Mãe Pobre) — NCr\$ 4.100,00.

Centro Espirita Pai Manoel Felício — NCr\$ 500,00.

Dispensário da Casa Nossa Senhora de Fátima — NCr\$ 1.800,00.

Educandário Padre Antônio Pinto — NCr\$ 800,00.

Jardim de Infância "Professor Maurilo Braga (para o Círculo das Mães) — NCr\$ 200,00.

Lar da Criança — NCr\$ 800,00.

Lar da Criança da Loja Maçônica José Bonifácio — NCr\$ 3.500,00.

Tenda Espirita Nossa Senhora da Conceição — NCr\$ 200,00.

Leia-se:

Associação Casa de Caridade Santa Rita — NCr\$ 5.400,00.

Centro Espirita Pai José Cambinda (para a Maternidade Mãe Pobre) — NCr\$ 5.000,00.

Dispensário da Casa Nossa Senhora de Fátima — NCr\$ 4.000,00.

Educandário Padre Antônio Pinto — 2.000,00.

Lar da Criança mantido pela Loja Maçônica José Bonifácio — NCr\$ 4.300,00.

**Justificação**

Trata-se, na maioria dos casos, de simples correção de nome, pois várias entidades têm sido contempladas duas vezes no Adendo B, dificultando o recebimento da subvenção. Quanto às demais, são entidades que tiveram seu registro cancelado ou que não foram registradas no Conselho Nacional

de Serviço Social e nada mais justo a transferência de sua verba para uma entidade em pleno funcionamento na mesma cidade.

**EMENDA Nº 7 — C.F.**

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social.

Adendo C — Subvenções Extraordinárias.

11 — Guanabara

Onde se lê:

Caixa Beneficente dos Fiscais do Estação da Guanabara — 2.000.

Leia-se:

Associação dos Inspectores e Fiscais do Estado da Guanabara — 2.000.

**EMENDA Nº 8 — C.F.**

4.14.00 — Ministério da Saúde.

4.14.10 — Departamento Nacional de Saúde.

05.01.2.1830 — Auxílio financeiro a assistência médica-social a instituições hospitalares e para-hospitalares nas seguintes unidades da Federação:

Adendo "C".

16 — Paraíba.

Onde se lê:

Liga Campinense Contra a Tuberculose, sendo NCr\$ 5.000.000 para seu Hospital — Campina Grande.

Leia-se:

Liga Campinense Contra a Tuberculose, sendo NCr\$ 5.000.000 para seu Dispensário — Campina Grande.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos. — Carlos Lindenberg. — Clodomir Millet. — Oscar Passos. — João Cleofas. — Aurélio Vianna.

**PARECER Nº 725, DE 1967**

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1967 (nº 22-B-17, na Câmara), que aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 17 de outubro de 1966.

Relator: Senador Rui Palmeira.

Com a Mensagem nº 473, de 1967, o Sr. Presidente da República, de conformidade com o disposto no artigo 47, inciso I, da Constituição Federal, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

2. Segundo esclarece o Ministro das Relações Exteriores, em sua Exposição de Motivos, "o Protocolo de 1903 tem por finalidade permitir a substituição da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré construída pelo Brasil, por força do compromisso assumido de acordo com o artigo V.1 do citado Tratado de Petrópolis, por uma rodovia que vincule Porto Velho, Abunã, Vila Murtinho e Guajará - Mirim". A rodovia, segundo a mesma fonte de informação, não se afastará das zonas de influência criadas pela ferrovia e "deverá ser construída, pavimentada e conservada pelo Brasil, de acordo com as características técnicas que apresentarem as rodovias de primeira classe".

3. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, após examinar a matéria, apresentou, nos termos regimentais, o competente pro-



to de decreto-legislativo, aprovando o referido Protocolo.

4. O Projeto atende ao disposto no artigo 47, inciso I da Constituição Federal, que dá competência exclusiva ao Congresso Nacional para "resolver definitivamente sobre os tratados celebrados pelo Presidente da República".

5. No que compete a esta Comissão examinar — aspecto jurídico-constitucional — nada há que possa ser arguido contra a proposição, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Rui Palmeira, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Antônio Balbino. — Wilson Gonçalves. — Joséphat Marinho. — Antônio Carlos.

#### PARECER Nº 726, DE 1967

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1967 (nº 22-B-67, na Câmara), que aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966. Relator: Fernando Corrêa.

De acordo com o que estabelece o artigo 47, inciso I da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 473, de 1963, encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro a 27 de outubro de 1966.

2. O artigo I do Protocolo estabelece que a estrada de ferro Madeira-Mamoré, "construída pelo Brasil como resultado do compromisso assumido de acordo com o artigo VII do Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, será substituída por uma rodovia que vincula Porto Velho, Abunã, Vila Murinho e Guajará - Mirim". Dispõe, ainda, o mesmo artigo, que o traçado da rodovia não se afastará das zonas de influência criadas pela ferrovia, devendo as suas características técnicas ajustar-se às normas estabelecidas pelo Brasil para rodovias de primeira classe.

3. A responsabilidade da retirada dos trilhos da Ferrovia Madeira-Mamoré e da construção, pavimentação e conservação da rodovia foi assumida por amigos dos países contratantes do artigo II do Protocolo, pelo Governo do Brasil.

4. O artigo III do mesmo instrumento, permite a circulação, na referida estrada de rodagem, de veículos, bens e pessoas de nacionalidade boliviana, sem restrição alguma e "com absoluta liberdade de competição e de trânsito em qualquer tempo e circunstâncias". Ainda o mesmo artigo estabelece que um Convênio especial, a ser subscrito oportunamente, "estabelecerá as medidas bilaterais que garantam o comércio legal".

5. A aplicação provisória do Protocolo, consoante o disposto no seu artigo V, deu-se a partir da data de sua assinatura, ou seja, 27 de outubro de 1966. O Protocolo só entrará em vigor, entretanto, em caráter definitivo, após o cumprimento por parte de ambos os países contratantes, das respectivas formalidades constitucionais.

6. O Ministro das Relações Exteriores, em Exposição de Motivos sobre a matéria, esclarece:

"Os motivos que levaram o Brasil a promover a assinatura do Protocolo em questão prendem-se aos estudos realizados pela Rede Ferroviária Federal S.A., pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro. Tais estudos concluíram pela conveniência da substituição, por uma rodovia, da mencionada

Estrada de Ferro, que vinha funcionando com tráfego reduzido devido ao colapso da indústria extrativa da borracha na região. Essa solução apresenta reais vantagens por ser, no caso em apreço, a rodovia economicamente superior à ferrovia, não só em vista da redução das correntes locais de transporte, mas também porque é bem maior a função colonizadora da estrada de rodagem, mormente em se tratando de área subdesenvolvida. Finalmente, com base nesses estudos, o Decreto número 58.992, de 4 de agosto de 1966, que dispõe sobre a implementação da política governamental de supressão de trechos ferroviários anti-econômicos de que trata a Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964, incluiu a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré na sua relação II, onde são arroladas as ferrovias e ramais, cujas rodovias substitutivas se acham em construção ou programadas."

7. Afirma, ainda, o Ministro das Relações Exteriores, em sua Exposição de Motivos, que:

"A nova rodovia, além de estimular o desenvolvimento da região, será acima de tudo, um importante fator para o entrosamento das economias brasileira e boliviana, dentro dos objetivos da política do Brasil, que visa a propiciar o incremento do nosso comércio exterior."

8. Trata-se de matéria, como se vê, de relevante interesse para o país, sendo de se notar que as medidas adotadas resultaram dos estudos técnicos realizados pelos órgãos competentes do Executivo.

9. O texto do Protocolo em questão encontra-se na devida ordem, nada havendo, no âmbito desta Comissão, que lhe possa ser oposto.

10. Diante do exposto, a Comissão de Relações Exteriores opina pela aprovação do presente projeto de decreto-legislativo.

Sala das Comissões. — Benedito Valladares, Presidente. — Fernando Corrêa, Relator. — Menezes Pimentel. — Filinto Muller. — Ruy Palmeira. — Argemiro Figueiredo. — José Guionard. — Clodomir Millet.

#### Parecer nº 727, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1967 (Projeto de Decreto Legislativo nº 300-A-66 — na Câmara) que mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da concessão de pensão a D<sup>a</sup> Martinha Monteiro da Silveira.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

Volta a esta Comissão de Justiça — cumprida, satisfatoriamente, a diligência por ela solicitada ao Ministério do Exército — o processado referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1967, oriundo da Câmara, que mantém o ato do Tribunal de Contas, de 13 de agosto de 1965, denegatório de registro à concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira, viúva do 3º Sargento João Machado da Silveira, expulso das fileiras do Exército no ano de 1937.

O Tribunal de Contas julgou falta de amparo legal à concessão da pensão uma vez que ao tempo da expulsão somente oficial, perdendo posto e patente, se reputava falecido, para os efeitos de percepção de montepio, não tendo sido previsto no Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946, caráter retroativo para o parágrafo único do seu artigo 111, que estendeu às

praças o benefício reconhecido a oficiais.

Inconformado, o Ministério da Guerra, invocando parecer do Consultor-Geral da República em seu apoio, encaminhou expediente ao Sr. Presidente da República, pedindo se dirigisse ao Tribunal de Contas, autorizando o registro, sob reserva, o que foi feito, vindo imediatamente o ato ao Congresso Nacional, para sua apreciação, na forma da Constituição Federal.

A Câmara, elaborando o referido projeto de decreto legislativo, aprovou o pronunciamento do Tribunal. Aqui, porém, impressionando-se a insistência do Ministério em favor da beneficiária, e considerando que a Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara opinara por que o parecer da Consultoria Geral da República, citada na Exposição de Motivos do titular da pasta, não tinha nenhuma pertinência com o caso sob exame, entendemos prudente converter o julgamento em diligência, para que o Ministério em causa se manifestasse (Parecer aprovado em 29 de março deste ano).

Essa, a diligência agora cumprida e através da completa informação prestada, inclusive com a juntada, em original, do processo de habilitação de montepio em que foi requerente a viúva do ex-sargento João Machado da Silveira (processo de setembro de 1957, com despacho favorável de outubro do mesmo ano), verifica-se que razão tinha o mesmo Ministério, em carecendo a concessão a Martinha Monteiro da Silveira de um benefício que às próprias autoridades do Exército se afigura "líquido e certo."

Vejam, a seguir, o fato, as leis que a ele se aplicam e a documentação que em torno dele se acumulou:

A Exposição de Motivos do então Ministro da Guerra, General Artur da Costa e Silva, ao Sr. Presidente da República, ao contrário do que pareceu ao ilustre Relator da matéria na Câmara dos Deputados, não reconhece, em absoluto, na decisão do Tribunal, amparo em dispositivos legais. Basta ver os seus termos concisos:

"1. Trata o presente processo de habilitação à pensão militar em favor de Martinha Monteiro da Silveira, viúva do 3º Sargento João Machado da Silveira, expulso das fileiras do Exército a 11 de dezembro de 1937, de acordo com o artigo 60, parágrafo segundo, Regulamento Disciplinar do Exército.

2. O Exército Tribunal de Contas da União, ao julgar a legalidade da concessão, resolveu, em sessão de 13 de agosto de 1965, recusar o registro à mesma, baseando-se no fato de que "ao tempo em que o ex-sargento foi expulso do Exército, isto é, em 1937 só o Oficial, perdendo posto e patente, se reputava falecido para os efeitos de Montepio."

3. Ante o exposto e à luz do Parecer do Eminentíssimo Consultor-Geral da República — Doutor Adroaldo Mesquita da Costa — aprovado por Vossa Excelência em 17 de junho de 1964, tenho a honra de encarecer a Vossa Excelência seja autorizado registro sob reserva das despesas relativas ao mesmo, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 77 da Constituição da República."

O parecer do Sr. Consultor-Geral da República, a que se reporta a Exposição de Motivos Ministerial, amparando-se nas suas conclusões, esclarece-se agora que é o nº 0.19 de 9 de junho de 1964, aprovado, com efeito, pelo Presidente da República em 17, e publicado no Diário Oficial de 19 do mesmo mês e ano, às páginas 5.325. Versa sobre pensão militar requerida por Maria do Carmo

Caland, viúva do ex-sargento João Batista Caland, expulso, também, das fileiras do Exército em 1931 e falecido em 1949. Nêle, o eminente Doutor Adroaldo Mesquita da Costa faz cuidadoso levantamento da legislação aplicável à espécie, a começar da Lei nº 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, que modificou as tabelas de vencimentos dos oficiais e praças do Exército, e em cujo artigo 15 se dispunha ficarem extensivas aos sargentos as vantagens do montepio militar, na forma das disposições em vigor para os suboficiais. Acrescenta o parecer que nos suboficiais vinham contribuindo para o montepio militar na forma da Lei nº 40, de 2 de fevereiro de 1932, e que, destarte, foram extensivos aos sargentos, além das obrigações, os direitos concedidos pelo Decreto nº 695, de 1899, que instituiu o Montepio para os Oficiais incluído-se, obviamente, entre esses direitos o substanciamento no artigo 10, a saber: "O oficial que for demitido por efeito de sentença, ou que for degradado ou banido por sentença, ou não será reputado falecido, pelo que cessará a contribuição, e a contar da mesma data sua família terá a pensão correspondente."

Ainda é dêsse parecer o preceito esclarecedor seguinte: "Por outro lado, ao ser baixada a Consolidação das Pensões Militares pelo Decreto nº 3.695, de 6 de fevereiro de 1939 e sendo já contribuintes, além dos Oficiais, os Sargentos (Lei número 5.167-A, de 1927), o art. 69, consolidando o artigo 10 do Decreto número 695-90, substituiu a expressão "Oficial" por "Contribuinte", de forma a abranger uns e outros (oficiais e praças), assim dispondo: Art. 69 — O contribuinte demitido ou expulso do Exército, por efeito de sentença ou em virtude de ato de autoridade competente, será, para efeito de montepio, reputado falecido, pelo que cessará a contribuição e, a contar da mesma data, sua família terá a pensão correspondente."

Com base nesse parecer é que o Ministério da Guerra, armando-se à ilação de Carlos Maximiliano de que fatos de igual natureza devem ser disciplinados de modo idêntico (ver a razão para a representação ao Tribunal de Contas, subscrita, em 29 de setembro de 1965, pelo então Diretor de Finanças, General de Brigada José Jacinto de Camerino), insistiu pela concessão do registro e, desatendendo pelo registro sob reserva. Tanto mais se justificava esse procedimento quanto no parecer em causa, proferido em relação à pretensão da viúva do ex-sargento João Batista Caland, concluiu o Consultor-Geral da República que podia o Presidente da República caso considerasse oportuno, ordenar o registro, sob reserva, da despesa "dêta e de outros processos em idênticas condições."

Não precisaria, pois, o Ministério quando em face do pedido referente ao ex-sargento João Machado da Silveira, expulso, como o outro, das fileiras do Exército, e em idênticas condições, pedir novo pronunciamento do Consultor-Geral da República se não seguiu-lo nos termos gerais da conclusão de seu parecer de 9 de junho de 1964. De fato, o ex-sargento João Machado de Oliveira fora expulso do Exército, em virtude de ato infamante. A portaria que consumou o ato está indicada no noticiário oficial do Ministério da Guerra (Diário Oficial de 1 de dezembro de 1937) pela seguinte forma: "Foi expulso das fileiras do Exército, de conformidade com o artigo 60 e seu § 2º do Regulamento Disciplinar do Exército, o 3º Sargento João Machado da Silveira, por haver cometido ato infamante que o torna incompatível com o serviço" (O grifo é nosso). Que diz o artigo 60 do Regulamento Disciplinar (Decreto nº 1.899, de 19 de agosto

to de 1937?) Isto: "Art. 60 — As praças, as pessoas a elas assemelhadas e os civis (com vencimentos ou lhes correspondam), que cometerem atos infamantes, fizerem propaganda ou tomarem parte em conspiração ou movimento subversivo serão expulsas ou demitidas a bem da disciplina e entregues à polícia civil." O § 2.º, citado na portaria, é o que declara a autoridade competente para o ato da expulsão, no caso de oficial ou de praça.

Incidiu, efetivamente, em equívocos a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara quando identificou como sendo o de 1908-26, de 3 de junho de 1964, publicado no *Diário Oficial* de 23 do mesmo mês, o parecer mencionado na Exposição de Motivos do Ministro da Guerra. Acentuamos, então, naquele nosso pronunciamento de 29 de março, que o único ponto de concordância desse parecer de 3 de junho com a Exposição de Motivos era a data de aprovação do Presidente da República, ou fosse, 17 de junho. "Não há, no seu texto — acrescentávamos — uma só linha expondo ou decidindo a discordância suscitada no julgamento da pensão pelo Tribunal de Contas." E indagávamos, por fim: "Como explicar-se, entretanto, a assistência do Ministério da Guerra e, sobretudo, a invocação de um parecer impertinente à hipótese?"

Eis que com a diligência deferida por esta Comissão os esclarecimentos vieram por forma convincente. O ofício do Presidente da Comissão, Senador Milton Campos, nº 6-67, de 30 de março, foi objeto de processado especial, também enviado ao nosso conhecimento, e em que se apura unanimidade de pareceres jurídicos e de informações burocráticas, afirmando e reafirmando a legitimidade da pretensão do beneficiário. O Assistente Jurídico do Ministério, Dr. Pinto da Silveira (fls. 7) faz lembrado outro parecer do Consultor-Geral da República, o de nº 178-Z, datado de 10 de dezembro de 1956, em favor da pretensão a montepio de D. Iris Pimentel Anello, esposa do ex-Sargento Francisco dos Santos Anello expulso das fileiras da FAB em agosto de 1955, e em que se oferece, matematicamente, a exegese do artigo 111 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 2.698, de 2 de setembro de 1946, sobre o qual apoiou o Tribunal o seu ato denegatório.

Evidencia-se, com efeito, dessa exposição do Estatuto dos Militares que a intenção do legislador não foi a de estender às praças expulsas, como ao Tribunal de Contas pareceu, o direito de montepio aos seus dependentes, o que seria supérfluo, mas o de regular, particularmente, os efeitos desse direito, no caso de a praça reabilitar-se a passar, consequentemente, à Reserva, substituído, agora, o documento de isenção, recebido quando da expulsão, pelo certificado de reserva, de que se vai utilizar na vida civil. Daí, o texto do parágrafo único desse artigo 111 — a praça contribuinte do montepio militar, expulsa e não reabilitada como reservista, etc. (O grifo é nosso).

Das, portanto, são as condições para que a praça contribuinte (já contribuinte, obviamente) do montepio militar seja reputada falecida a fim de que aos seus herdeiros se defira a pensão. Uma condição é a da expulsão, "por efeito de sentença ou em virtude de ato da autoridade competente", acrescenta o parágrafo. Outra, condição é a de não estar a praça relacionada como reservista, vale dizer, não haver sido reservista, antes de não haver sido reabilitada, ingressando, por conseguinte, no quadro da Reserva. Daí, a conclusão a que chegou, em seu citado parecer, o então Consultor-Geral da República, hoje eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. A. Gonçalves da

Oliveira: "... tratando-se de praça contribuinte do montepio, somente denegada a reabilitação, ou quando a militar a renúncia, ou quando a expulsão é consequência de pena criminal que impossibilite a reabilitação, a que não será ela relacionada como reservista, caso em que os herdeiros terão direito a pensão, nos termos do parágrafo único do artigo 111 do Estatuto dos Militares" (vide A. Gonçalves de Oliveira — *Pareceres do Consultor-Geral da República* — vol. II — pág. 79).

Não foi, portanto, o Decreto-lei nº 2.698 que estendeu aos sargentos, quando expulsos das fileiras militares, a ficção legal de óbito, para o efeito de percepção de pensão, por parte dos seus herdeiros. Em face disso, não há como justificar-se tenha o Tribunal de Contas negado a pensão à mulher do ex-sargento, expulso em 1937, João Machado da Silveira, sob o fundamento de que esse Decreto-lei nº 2.698 não atribuiu retroatividade ao parágrafo único do seu artigo 111, que, de resto, nada tinha a ver com a espécie.

Por tudo exposto, e atentas as premissões de justiça e de equidade, impõe-se a reforma do projeto de decreto legislativo oriundo da Câmara, que aprovou a decisão denegatória do Tribunal de Contas. Para esse efeito, submetemos à esclarecida apreciação do Senado a seguinte

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

(Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6-67 — nº 390-A-66, na Casa de origem).

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto no Processo nº 32.784-65, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira, viúva do ex-sargento do Exército João Machado da Silveira, tornando-se definitivo o ato praticado em 25 de julho de 1936, na conformidade da autorização do Sr. Presidente da República, exercida na exposição de Motivos nº 647-D.F., de 14 de março de 1966, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1967. — Antônio Carlos — Presidente em exercício. — Aloysio de Carvalho — Relator. — Wilson Gonçalves — Joséphat Marinho — Heitor Pimentel — Carlos Lindenberg — Antônio Galvão.

#### Parecer nº 728, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 6-67, de 1967, que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da concessão de pensão a D. Martinha Monteiro da Silveira.

Relator: Senador Argemiro de Figueiredo.

O Projeto do Decreto Legislativo nº 6-67, de 1967, mantém o ato do Egrégio Tribunal de Contas da União, de 13 de agosto de 1965, que denegou o registro à concessão de pensão a D. Martinha Monteiro da Silveira, esposa do ex-Sargento João Machado da Silveira, membro das fileiras do Exército em 1937.

A Câmara dos Deputados manteve a decisão denegatória, cujo fundamento principal resume-se ao fato de que, ao tempo da expulsão — (1937), só o oficial, perdendo o posto

e patente, era considerado falecido, para o efeito de se conceder aos seus dependentes, o amparo estabelecido no Montepio Militar.

O Ministério da Guerra, não se conformando com o julgamento, oteve do Presidente da República o encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas, para que se procedesse ao registro sob reserva, o que se fez. Entretanto, nos termos do artigo 77, nº III, da Constituição Federal de 1934, vem o caso ao pronunciamento do Congresso Nacional, cuja competência, na matéria, está mantida pela Constituição de 24 de janeiro último, no § 5º, do art. 73.

Submetido o processo à decisão da dita Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em eruditíssimo parecer da autoria do eminente Senador Aloysio de Carvalho, manifestou-se esta contrária ao Projeto de Decreto Legislativo oriundo da Câmara dos Deputados o tornou definitivo o registro sob reserva da concessão da pensão à esposa e filhas do ex-Sargento já referido. O parecer do Relator e a decisão da Comissão técnica do Senado são irretorquíveis. Poderíamos repetir os argumentos constantes dos autos e até aduzir novos, mas, a matéria escapa à nossa competência funcional. Entretanto ficou bem claro que os sub-oficiais vinham contribuindo para o Montepio Militar, por força da Lei nº 40, de 2 de fevereiro de 1932, o que significa que foram estendidos aos sargentos os direitos e obrigações consignadas no Decreto nº 695, de 1933, que instituiu o Montepio.

Adotando plenamente o ponto de vista firmado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a Comissão de Finanças é, por equidade e justiça, favorável à Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, concebida nos seguintes termos:

"Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto no Processo nº 32.785, de 1965, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de Montepio Militar a D. Martinha Monteiro da Silveira, viúva do ex-Sargento do Exército João Machado da Silveira, tornando-se definitivo o ato praticado em 25 de julho de 1936, na conformidade da autorização do Sr. Presidente da República exercida na Exposição de Motivos nº 647 — D.F. de 14 de março de 1966, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

E' o parecer.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 1967. — Fernando Correa, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Bezerra Neto. — Clodomir Miltz. — João Cleofas. — Antônio Carlos. — Celso Ramos. — Carlos Lindenberg. — Aurélio Viana.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do requerimento de autoria do Sr. Senador Leandro Maciel.

E' não o seguinte:

#### REQUERIMENTO

Nº 392, de 1967

Requiro, nos termos regimentais, a indicação de uma Comissão de Senadores para compor o 26º Exposição Agro-Pecuária de Sargos e Primeira Regional, compreendendo Bahia — Sergipe — Alagoas e Per-

nambuco, à realizar-se em Aracaju, de 29 de outubro a 5 de novembro.

Brasília, 19 de outubro de 1967. — Leandro Maciel.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Senador Raul Giuberti encaminha à Mesa requerimento de informação ao Sr. Ministro do Interior.

O requerimento será, após despacho, publicado no *Diário do Congresso*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu os Requerimentos ns. 894 a 898, apresentados em sessão anterior.

São os seguintes os requerimentos deferidos:

#### REQUERIMENTO

Nº 894, de 1967

Sr. Presidente:

Requiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento o seguinte pedido de informações:

1º) Quais as unidades residenciais distribuídas pela CODEBRAS até a presente data?

2º) Quais os órgãos do Poder Executivo que receberam unidades residenciais, entregues pela CODEBRAS?

3º) Quais os órgãos do Poder Judiciário que receberam unidades residenciais, entregues pela "Codebras"?

4º) Quais as unidades residenciais entregues a Câmara dos Deputados e Senado Federal, pela CODEBRAS?

5º) Relacionar: Nomes, cargos e funções dos ocupantes, pertencentes aos quadros do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, aos quais a CODEBRAS, entregou unidades residenciais.

Sala das Sessões 19 de outubro de 1967. — Lino de Matos.

#### REQUERIMENTO

Nº 895, de 1967

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno venho requerer sejam solicitadas do Ministério da Fazenda as seguintes informações:

a) Qual a razão de atraso no pagamento dos professores dos diversos cursos da Biblioteca Nacional (Processo nº 49.293-67)?

b) Que providências adequadas à regularização do citado pagamento esse Ministério adotará e para quando prevê a medida?

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — Gilberto Marinho.

#### REQUERIMENTO

Nº 896, de 1967

Senhor Presidente:

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — quais as empresas que se encontravam em dificuldade de capital de giro e que foram socorridas pela Caixa, sabendo-se que foram dispendidos cerca de 15 bilhões de cruzeiros velhos?

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — Vasconcelos Torres.

# REQUERIMENTO Nº 897, de 1967

Sr. Presidente:

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Banco Central, sobre o contrato de financiamento efetuado através do Banco do Estado do Rio de Janeiro para a Cia. Petropolitana.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — *Vasconcelos Torres.*

# REQUERIMENTO Nº 898, de 1967

Sr. Presidente:

De conformidade com dispositivo regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — Usina de Santa Cruz — o seguinte:

1) Por que alguns operadores da Usina de Santa Cruz, registrados em carteira como operadores, com curso em Furnas e estágio em outras usinas, estão em tarefas alheias a sua especialização?

2) Se são dados e respeitadas as garantias exigidas por lei aos operadores que fazem horário noturno, e, em caso afirmativo, qual a escala de horário estabelecida aos que estão aféctos a sua especialização, isto é, aos que, por exemplo, encontram-se em descarga de óleo dos caminhões, em que há um flagrante alheamento às suas tarefas específicas, que seriam as de operar o instrumental da refinação usina?

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — *Vasconcelos Torres.*

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Senador Vasconcelos Torres encaminhou à Mesa discurso para ser publicado nos termos do art. 201, § 2º, do Regulamento Interno.

S. Ex.ª está atendido.

E o seguinte o discurso enviado à Mesa:

O SR. VASCONCELLOS TORRES:

Sr. Presidente, Sr. Senadores, estou informado, por pessoas que se utilizam com frequência da estrada Rio-Teresópolis, de que está ocorrendo nessa estrada uma irregularidade que encerra ameaça séria à segurança pública...

Trata-se de reparos que vêm sendo aplicados no leito da estrada, em trechos próximos à cidade de Teresópolis.

Ocorre, segundo meus informantes, de o serviço está sendo feito sem o maior cuidado. A pedras são amontoadas às margens da rodovia sem nenhuma proteção e, à noite, o perigo aumenta ainda mais pela falta de iluminação.

A Rio-Teresópolis, como se sabe, em um trecho dos mais intensos, movimentado não apenas pelas centenas de automóveis e ônibus que circulam as duas cidades — todos os dias — mas, também, pelos milhares de veículos que, usando a rodovia em direção à região entre a Guanabara e as diferentes regiões do país servidas pela Rio-Bébia.

Dirijo, pois, o meu apelo, neste momento, ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e ao Senhor Ministro dos Transportes, para que providências urgentes e eficazes sejam dadas, no sentido do restabelecimento da ordem e da segurança nessa importante via de comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurelio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, iremos fazer alguns comentários sobre a proposta orçamentária para o ano de 1968. A proposta, como as anteriores, é o espelho fiel do subdesenvolvimento nacional.

O Orçamento que iremos aprovar é mais um Orçamento de maras do que, propriamente, um Orçamento-programa.

Por não ser um Orçamento-programa, não constitui, como faz crer o Governo, fator importante para efetivação das reformas que vêm sendo introduzidas na estrutura social, econômica e administrativa nacional.

O Orçamento plurianual de investimento não foi ainda preparado, dele não tivemos nem temos conhecimento.

O próprio Chefe do Executivo reconhece que o Orçamento plurianual de investimento é uma necessidade do sistema de organização de programa, e que tal peça só estará pronta a partir do próximo exercício, quando deverá o Poder Executivo submeter à aprovação do Congresso Nacional o primeiro Orçamento plurianual de investimento. Logo, estamos estudando e votando um orçamento-programa sem a sua vigia-mestra, sem a sua base de sustentação, sem conhecimento completo de causa. Estamos elaborando um orçamento-programa que não é orçamento-programa.

Sr. Presidente, extraímos alguns dados da proposta orçamentária que nos impressionaram: 1º) verificamos que o nosso povo vai gastar em assistência e previdência para sustentar, em 1968, pensionistas e inativos Cb 1.137.245.410.000 (um trilhão, cento e trinta e sete bilhões, duzentos e quarenta e três milhões e quatrocentos e quarenta mil cruzeiros), em linguagem antiga, cerca de um trilhão e meio de cruzeiros.

E para a colonização e reforma agrária, num País com áreas incultas, totalmente desocupadas, registra a proposta orçamentária um dispêndio de apenas 57 milhões, 872 mil, 663 cruzeiros.

Em consequência, muito facilmente o Poder Executivo Federal executará, neste País, a reforma agrária necessária ao seu desenvolvimento pleno, à criação de um mercado interno poderoso que promova o desenvolvimento industrial do País e o desenvolvimento econômico do País, absorvendo e provocando esse mesmo desenvolvimento.

Para Defesa e Segurança Nacional encontramos uma destinação de um bilhão, 712 milhões, 631 mil, 421 cruzeiros novos, sendo que todos os Ministérios civis, com exceção de apenas dois, consignam, nos seus Orçamentos, cerca de cem milhões de cruzeiros novos para defesa e segurança.

Os três Ministérios militares despendem, para defesa e segurança nacional, inclusive com armamentos de um orçamento mal calculado, de dois bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e setenta e um mil oitocentos e noventa e cinco cruzeiros um bilhão seiscentos e dezessete milhões, seiscentos e noventa mil duzentos e noventa e três cruzeiros.

O restante, que complementaria o Orçamento militar de cerca de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros novos, está distribuído em assistência e previdência, inativos e pensionistas, num total de quase um bilhão de cruzeiros novos.

Para habitação e planejamento urbano, quarenta milhões, cento e vinte e sete mil e duzentos cruzeiros novos; com a Saúde e Saneamento, onze milhões, setenta e oito mil e duzentos e trinta e cinco cruzeiros novos. Mas,

para o setor agrícola, ou como hoje se denomina, agropecuário, o País gasta, através do seu Orçamento federal, apenas duzentos e quarenta e um milhões, setecentos e noventa e três mil cruzeiros novos, cerca da metade do que estamos pagando para sustento dos pensionistas e inativos dos Ministérios militares.

Para o Ministério do Interior que, às vezes, nós nos subimos se é também da Agricultura, há uma destinação, para o setor agrícola, de cento e cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões e setecentos e cinquenta e três cruzeiros novos.

E notamos, também, que o próprio Ministério da Fazenda possui uma verba de cerca de dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros antigos para a agropecuária, para a agricultura. Também o Ministério das Minas e Energia tem uma dotação para o setor agropecuário sob sua responsabilidade, e também o Ministério do Exército.

Ora, Sr. Presidente, verificamos com certo alarme ou certa preocupação que, percentualmente, os Ministérios menos beneficiados, ou que sofreram redução nos seus Orçamentos foram justamente o da Agricultura e da Educação e Cultura e o da Saúde, o que vem demonstrar que, num País em que se morre cedo, em que a vida média dos seus habitantes é dos mais baixos do mundo não temos o poder de aprovar, no Orçamento destinado à Saúde, à Educação e à Cultura e à alimentação de nosso povo, dotações que representem, fielmente, o nosso estágio de subdesenvolvimento.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — Convido, nobre Senador, ressaltar um aspecto significativo do Orçamento e que a dotação orçamentária para o Instituto de Reforma Agrária foi reduzida se não me falha a memória em mais de cinquenta milhões de cruzeiros novos para a instalação de escolas-modelo para todo o País. Ora, o Governo atual, como o que o antecedeu, proclama sempre que as administrações anteriores faziam muito em reforma agrária, sem, contudo concretizá-la. Que a Revolução vier, inclusive, para fazer a verdadeira reforma agrária. Mas vemos, com surpresa e estardalhaço, que, com precisamento o Instituto que tem a finalidade de realizar a reforma agrária no País teve diminuída, consideravelmente, a sua dotação orçamentária para 1968.

O SR. AURELIO VIANNA — Nobre Senador Aarão Steinbruch, para a colonização em todo o País, não somente sob a responsabilidade do IBRA, mas doutros órgãos e ministérios, as dotações orçamentárias não chegam a setenta milhões de cruzeiros novos.

Quando de algum modo, estrangeiros, no próprio território nacional, declararam a nós a importância que comemoram áreas enormes, extensas de terras superiores às de qualquer ou de alguns Estados do nosso País não nos vemos os impactos que nos devem representar da nossa situação e dizem, com um cinismo pouco justificável que comemoram as terras e as vêm comprando, e de 1963, portanto desvelaram preocupação para o desenvolvimento do nosso País.

Que fizeram nestas terras? Até agora, nada. Lotearam-nas e as estão vendendo, principalmente aos seus compatriotas.

A culpa maior é dos estrangeiros? Não, é nossa, é dos responsáveis pelos destinos deste País, pelo presente e

pelo futuro da nossa pátria e, segundo os jamaicos de hoje, o possuidor particular da maior área de terra do Brasil declarou que havia deposto, perante o Senado do seu País, sobre essa questão de terras compradas no Brasil e que, no princípio, houve uma reação, mas que, logo depois, elemento que ele classificou como pertencente também ao Departamento de Estado norte-americano, havia enviado ao Senado um documento, que ele nos revelou qual documento fora, depois de cuja recepção cessaram as interrogações e os interrogatórios e ele ficou livre de qualquer compromisso com a sua pátria.

Sr. Presidente, eu sei que, infelizmente, os que mais se estão preocupando com esses problemas são os filhos do povo, são os humildes, são os indefesos, mas que, religiosamente, estão tomando consciência desses problemas, conhecimento e consciência da sua própria força e da sua responsabilidade. Surgirão dali os nossos futuros dirigentes com outro sentido de vida.

Reconheço, a bem da verdade, que algumas medidas estão sendo postas em prática no sentido de uma investigação sobre quanto de terras brasileiras foram cedidas a estrangeiros.

Na Constituição de 67, e não na anterior, está escrito que há uma responsabilidade do governo quanto às terras cedidas a estrangeiros quando, particularmente, essas terras estão em áreas que tenham implicações de segurança nacional.

Admita-se que elementos doutros países venham comprando, desde 1963, terras brasileiras sem que qualquer dos nossos governos se tenha preocupado com esse problema.

O Sr. Aarão Steinbruch — Vossa Ex.ª permite um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — O erro é estrutural. V. Ex.ª há de admitir isso porque, infelizmente, vivemos em nosso País o conceito antigo pelo qual a propriedade da terra se valoriza pela própria ação do tempo, quando devia valorizar-se pela ação do homem, que, em consequência, a torna mais produtiva e mais lucrativa. Os americanos estão comprando grandes extensões de terras, deixam-nas durante algum tempo abandonadas, improdutivas e, depois, as loteiam, vendendo-as por preços fabulosos, inclusive a outros estrangeiros.

O SR. AURELIO VIANNA — Estou exatamente ciente do assunto que está abordando. Estou condenando a atitude dos nossos governantes, dos nossos dirigentes que vêm permitindo a ceder da grande parte, de porções ponderáveis do território nacional a estrangeiros ligados a interesses alienígenas, estranhos aos nossos, ou, inclusive, em comprando essas terras, abandonam à espera de valorizá-las.

Mas, na nossa Constituição, não estava escrito que quando a terra ultrapassava a certo número de hectares deveria fazer uma parte do Poder constituinte para que esse elemento se preocupasse?

Então tem havido dúvida.

Sr. Presidente, um País com 83 milhões de habitantes, que de 1963, no Orçamento de cerca de 13 bilhões de cruzeiros novos, dos quais 219 milhões foram destinados para o próprio Ministério da Agricultura, inclusive as áreas condicionais do Ministério da Administração Indireta, não está ciente da realidade nacional nem internacional.

Os encobridores prepararam a revolução burguesa de 1960 na França, mas não a fizeram. Enquanto não houve condições objetivas, a revolu-



ção não eclodiu. A fome levou o povo francês a se rebelar e a extinguir os restos do feudalismo que ali existiam. Nossa população cresce numa progressão geométrica e a produção de alimentos nem mesmo numa progressão aritmética, como irei provar daqui a instantes.

E ainda, Sr. Presidente, os cortes orçamentários vêm prejudicando a aplicação dos dinheiros públicos pelo Ministério da Agricultura, particularmente. Planos de economia ou contenção de despesas alcançam quase prioritariamente aquela Pasta e, além de tudo, a liberação tardia dos recursos, destinados ao Ministério da Agricultura, vem causando sérios e trêmentes prejuízos à sua atuação no campo específico de suas atividades.

Declarei que cerca de 100 milhões de cruzeiros novos eram destinados à defesa nacional, aos Ministérios civis e, aqui vejo até o Ministério da Agricultura aquinhado com 78 mil cruzeiros novos; o da Educação e Cultura, com 45.776 cruzeiros novos; o da Fazenda, com 37.980.131 cruzeiros novos, para defesa e segurança nacionais; o Ministério do Interior, com quase 4 bilhões de cruzeiros antigos; o da Justiça, com mais de 42 milhões de cruzeiros novos, e assim por diante.

Ora, Sr. Presidente, numa população que cresce, numa população de jovens — cerca de 70% da população brasileira é constituída de jovens — de menos de 25 anos de idade — para um orçamento, repito, de cerca de 13 bilhões de cruzeiros novos, não temos 1 bilhão destinado a cobrir as deficiências educativas e culturais do nosso povo!

Dizem que, quando os Congressos e os Executivos não se preocupam com esses três problemas, alimentação do espírito do intelecto e da alma, alimentação do corpo físico e preservação da saúde do seu povo, trata-se de um País de classe dirigente morta, traumatizada, completamente incapaz, provocando, pela sua ausência, grandes comoções sociais.

Sr. Presidente, quando declarei que o próprio Chefe do Executivo, na sua Mensagem, reconhece que o Orçamento que nos enviou não é um Orçamento-programa, fi-lo baseado na própria Mensagem.

No início, proclama que o Orçamento é programa e lá por umas tantas assim se pronuncia:

"A presente Proposta Orçamentária já está sendo apresentada dentro da sistemática estabelecida pela nova Constituição."

Declara que o projeto de lei orçamentária buscou justamente institucionalizar, no sistema orçamentário federal, o orçamento-programa, que, faltando o orçamento plurianual, o orçamento-programa não está realizado, nem a política do Governo pásser fielmente observada e interpretada.

Conclusão: estamos votando um orçamento que objetiva alcançar algumas metas, desconhecendo totalmente, pela falta do elemento essencial, o programa que deve ser executado para que as grandes reformas, de que tanto o País necessita e por que vêm clamando, sejam executadas.

O fato é tão estranho — se vivéssemos noutro país, estaria causando uma agitação tremenda no seio da coletividade legislativa — que relatores da própria ARENA, do Governo, desconhecendo o orçamento plurianual e os verdadeiros objetivos do Governo, nas verbas consignadas no Orçamento quanto à sua destinação específica, pulverizaram muitas dessas verbas, causando um impacto tremendo em certos Ministérios que, tomando conhecimento do processo legislativo no campo que estamos discutindo, revelam grande preocupação, porque, pulverizadas ou destinadas a outros fins, aquelas verbas vão anular

qualquer esforço no sentido de uma política desenvolvimentista, efetiva e clara.

Departamentos de alguns Ministérios, como o Ministério da Agricultura, paralisarão obras imediatamente, em 1968, se muitas das emendas que foram apresentadas e que estão incluídas em diversos adendos permanecerem de pé, forem aprovadas pelo Senado, ratificando-se, assim, a disposição da Câmara dos Deputados, quando da sua apresentação. Hoje reconheço que muitos colegas, se não as comissões competentes daquela outra Casa do Congresso Nacional, apresentaram emendas e as aprovaram no pressuposto de que estavam praticando um ato de grande magnitude, de alta política administrativa. Quando pedi ao Ministério da Agricultura informações sobre algumas daquelas dotações, sobre aqueles adendos, recebi a resposta que aqui se encontra e verifiquei que nós estávamos com a razão.

É bastante que se diga que há uma verba de setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros antigos destinada à assistência e previdência, às colônias de pescadores do Brasil. Pois bem; destacamos menos de cem, destinamos para elas quase toda a verba, cinco sextos da Câmara, um sexto do Senado.

O Senado, apresentando emendas destinando aquela porção que representa um sexto da verba a que me referi para colônias de pescadores no Brasil, possibilitará que ocorra o seguinte fato: das quatrocentas colônias de pescadores do Brasil, cerca de cem é que serão beneficiadas, porque a totalidade da verba orçamentária será destinada exclusivamente para estas.

Tenho em mãos o documento autêntico que prova e comprova a nossa assertiva. Como vamos ter poucas oportunidades, mesmo dado o sistema que foi adotado para discussão e votação da proposta orçamentária, de discutir a proposta que nos chegou, procurarei deter-me numa análise um tanto ou quanto ligeira sobre esse problema da agricultura brasileira.

(Lendo): Entendemos que seria verdadeira demasia insistir na importância da Secretaria ora em estudo num país de economia basicamente agrícola e cuja explosão demográfica impressiona e preocupa.

Com vistas à magnitude do tema, teremos a propósito, algumas considerações.

O Brasil está na área dos países cuja renda per capita oficial o coloca na categoria dos subdesenvolvidos.

Países de renda per capita superior à do Brasil: Canadá, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, França, Noruega, Reino Unido, Países Baixos, URSS, Finlândia, Venezuela, Israel, Áustria, Hungria, Irlanda, Itália, Alemanha Oriental, Polónia, Argentina, Chile, Bulgária, Espanha, Grécia, Japão, Panamá, Turquia, Iugoslávia, México, Costa Rica, Malásia, Portugal.

Iremos verificar a existência de uma correlação entre renda per capita e índice de vida de qualquer povo.

Os demógrafos concluíram que as nações de renda per capita acima de 1.000 dólares tinham uma esperança de vida acima de 70 anos. — A medida que a renda per capita diminuiu, também a esperança de vida.

Assim, a população dos países de renda per habitante abaixo de 100 dólares tinham uma esperança de vida de 41 anos. (Anuário Estatístico das Nações Unidas).

A mortalidade infantil também é uma prova de que quanto pior a situação sócio-econômica de um país,

mais acentuada a perda de vida dos infantes.

O coeficiente de mortalidade infantil do Brasil é de estarrecer e assustar. Note-se que os cálculos para se aferir a mortalidade infantil no Brasil são baseados apenas nas estatísticas das capitais.

Ainda somos um País de estatísticas falhas e ainda, acrescentamos — o País em que há falta de estatísticas. Isto é uma das provas de subdesenvolvimento.

(Lendo):

Pelos cálculos referentes à década de 1980, verifica-se que atingimos o coeficiente de 110-1.000, enquanto os países de alta renda apresentam a taxa de mortalidade infantil inferior a 30 por mil.

Em 42 países, só perdemos para um! — o Paquistão.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Marcello de Alencar — Em que pese a precariedade das estatísticas, lembro uma que é muito sintomática — a que revela que no País existem mais de mil e setecentos municípios sem médico. E a relação é a seguinte: para cada dez mil habitantes, temos quatro médicos, enquanto a Argentina tem treze. Isto eu queria lembrar a V. Exa., com o meu aparte.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Incorporo-o, com grande prazer, ao nosso pronunciamento de hoje.

(Lendo):

"Sabe-se que o vigor físico e a disposição para o trabalho de qualquer povo se afere pelo consumo de calorias — de cada um de seus habitantes."

Enquanto os países de renda, por habitante, superior a mil dólares, dispõem de três mil calorias por pessoa, os abaixo de cem, dispõem apenas de 2.000 calorias diárias.

A maior parte da população brasileira não dispõe de 2.000 calorias diárias para trabalhar eficientemente."

Quanto maior a renda per capita, maior o teor de proteína na alimentação. A medida que este teor declina a renda decresce.

(Lendo):

Estamos classificados no vigésimo sexto lugar no consumo de disponibilidades alimentares diárias, por pessoa.

Que isto prova?

Se o mundo está dividido entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, nós nos encontramos, infelizmente, na segunda faixa.

Embora possuidores de uma área imensa: 8.525.000 km<sup>2</sup> — ainda não a aproveitamos convenientemente. Muito mal a conhecemos. A impressão é de que os estrangeiros a conhecem mais do que nós.

O Acordo Aerofotogramétrico aí está. As fotografias tiradas neste país estão no arquivo de outras potências. Os estudiosos da edafologia ainda não tomaram conhecimento perfeito da composição do nosso solos.

Há os que os supõem extremamente pobres e, por isso, culpados principais da carência de nossa produção.

A verdade é que a culpa maior está no uso do sistema rodneiro de produção agrícola: que nada habitual e constantes falta de conhecimentos técnicos, falta de capital, de melhor distribuição de terra e de amparo creditício, e de uso racional de fertilizantes.

Geralmente quando tratamos desse problema é para beneficiarmos as empresas estrangeiras, que importam seus fertilizantes e deixam em situação difícil as nacionais, como a Fosforita, de Olinda, e outras.

Ainda somos os grandes devastadores de florestas dos tempos modernos.

Em 1911, possuíamos 5.018.833 km<sup>2</sup> de matas.

Em 1953, apenas 3.567.696, quase todas situadas no planalto amazônico. E atualmente?

As florestas do Paraná estão se utilizando e calcula-se que só as perdas anuais de resíduos florestais, naquele Estado, são avaliados em 300.000 toneladas, o que daria para a fabricação de 60 milhões de litros de álcool etílico e 8 mil toneladas de leveduras para alimentação animal."

O Brasil enfrenta obstáculos quase intransponíveis, na sua arrancada para o desenvolvimento.

Chegamos, no setor econômico, a um quase impasse. Emitimos, nestes últimos 10 anos, mais do que em todos os períodos anteriores, e, paralelamente, aumentamos e criamos novos tributos.

Houve, nos idos de 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 uma fase de expansão que nos encheu de esperanças e confiança no futuro.

O produto nacional bruto aumentou, até alcançar a taxa impressionante de 7,5%!

Logo depois, lá pelo ano de 1964, sentimos que algo de perigoso e anormal estava acontecendo. A produção industrial decaiu de 0,4%, sendo acompanhada pela redução no setor agrícola, cujo decréscimo foi de 4,5%.

"... O reflexo na renda interna por habitante foi imediato. Redução de 6%. Em 1965, a situação também não foi boa — os preços das utilidades se elevaram e os salários permaneceram estancados. O custo de vida aumentou, em algumas regiões do país, como na Guanabara, atingiu 92%, em 64 e, em 65, 60%. Em 1970, seremos 95 e 100 milhões de habitantes. Por que inquirimos preocupados a população do mundo desenvolvido, aquela população que representa 1/3 dos habitantes da terra, consome 3/4 dos alimentos produzidos e 5/6 dos produtos industriais e os 2/3 restantes só consome 1/4 dos gêneros alimentícios e 1/6 dos produtos manufaturados?" Esses dados causam pavor, e imensa preocupação aos homens responsáveis e de bom senso."

É o que está acontecendo nas áreas subdesenvolvidas: o desespero levando aquelas populações a se prepararem ou já ingressarem na era da revolução social.

O nosso desenvolvimento econômico é mínimo em face das necessidades e aspirações do povo.

E quando a Nação desperta para a realidade, está-se no limiar de grandes acontecimentos. O inconformismo se apossa, particularmente da mocidade, e todos desejam a eliminação do terrível antagonismo existente.

As medidas até então preconizadas visando uma saída para o nosso subdesenvolvimento têm sido ineficazes.

Exige-se pesado ônus e enorme sacrifício da grande massa popular, do vasto mundo dos assalariados em benefício de um pequeno grupo, germinamente internacional.

Até mesmo quando, em 1961 as estatísticas acusaram um crescimento de mais de 7,5% do produto interno bruto, taxa reconhecidamente elevada, a massa consumidora continuava frígida, vivendo dias turbulentos e sombrios.

Que acontecia, além do mais?

É que se o produto nacional bruto alcançava então uma taxa de 7,5%, o aumento da nossa população era de 3,1% — logo "... o crescimento da renda anual per capita foi apenas de 2,2%!"

Com a mesma taxa de crescimento do produto interno bruto diminuiu para 3,2%, com o ano de 1964, quando o nosso produto interno bruto sofreu uma queda de 2%!

E em 1955? O produto interno bruto acusou uma redução na renda per



capita. A distribuição da Renda Interna demonstra o quanto o distorção e de desequilíbrio há no quadro do desenvolvimento brasileiro, causando uma instalação que ninguém mais ousa desconhecer ou ignorar.

Algumas dessas estatísticas, desses

dados foram extraídos de trabalhos de pesquisa, executados por grupos, inclusive por grupos econômicos interessados por manipular, particularmente com capitais nacionais ou de empréstimo, no desenvolvimento nacional.

Eis a distribuição da nossa renda interna:

	1959	1960
NORTE .....	2,5%	2,2%
<b>DIMINUIU</b>		
NORDESTE .....	21,3%	16,0%
CENTRO-SUL .....	73,8%	79,9%
<b>AUMENTOU</b>		
CENTRO-OESTE .....	2,4%	2,5%

Aumentou de 0,1% em 1960.

Eis o fato. (Lê:)

Verifica-se, portanto, que enquanto a renda regional interna crescia na região Centro-Sul, decrescia nas regiões Norte e Nordeste.

O Brasil tem urgência de integrar-se, pois se no plano global e atrasado e subdesenvolvido, no campo regional

existem algumas poucas ilhas que já se podem classificar de desenvolvidas. Para se verificar o quanto este país, se tem unidade geográfica e política não a tem no campo econômico. Basta ver a estatística sobre a Distribuição Regional da Receita Pública, referente ao ano de 1962, segundo informa a Fundação Getúlio Vargas:

	Impostos indiretos	Impostos diretos
NORTE .....	1,2%	2,1%

Embora possuidor, o Norte, de um potencial formidável, estes dados revelam uma pobreza imensa. (Lê:)

NORDESTE .....	6,1%	10,1%
----------------	------	-------

Centro-Sul, 90,1% de impostos indiretos e 83,3% de impostos diretos; Centro-Oeste, 2,6% de impostos indiretos e 4% de impostos diretos.

Eis, portanto, o quadro da distribuição regional da nossa receita pública.

Felizmente, temos, ainda, São Paulo e outros Estados do Sul, que absorvem e promovem essa renda para uma relativa distribuição equitativa, através de um orçamento que representa o que já declarei no início. Se não fossemos esse parque industrial, que absorvesse parte das nossas matérias-primas, o Brasil já estaria esfacelado, dividido, dividido.

O nosso grande problema é o subdesenvolvimento. Esse, o grande problema!

(Lendo:)

"O Brasil, como a maior parte dos subdesenvolvidos, registra dentro de suas fronteiras a coexistência de dois setores: um capitalista, utilizando técnicas modernas e produzindo para o mercado, e outro, retrógrado, de tecnologia elementar e cuja produção é destinada, em grande parte para o consumo."

Observação de alguns economistas

(Lendo:)

Li de certo mistas brasileiros, um pouco de impressionante clareza, que

não me furto de mencionar, tal a sua improcedência.

Distribuiu-se a Renda Nacional, tomando-se como base o ano de 1960, por 4 categorias da população brasileira:

Na 1ª encontrou-se 50% da nossa população cuja renda per capita era de 100 dólares, e que foi colocada no "setor pre-capitalista, não participante do mercado para produtos industriais".

Há necessidade da criação de um mercado interno poderoso.

Cinquenta por cento de nossa população encontra-se nesse estágio.

(Lendo:)

A 2ª categoria, representando 43% da nossa população, tinha uma renda per capita anual de até 325 dólares, "oferecendo mercado apenas para produtos industriais de consumo de massa".

A terceira categoria era representada apenas por 3% da nossa população e a sua renda per capita foi hipoteticamente calculada em 1.430 dólares anuais. Finalmente, a quarta categoria era representada por 2% da população brasileira com uma renda per capita que foi calculada em torno dos 2.850 dólares anuais. Os 5% das duas últimas categorias representavam, portanto, o setor capitalista do país.

Que vem criando essa situação?

Nesse estudo, elaborado em São Paulo por economistas e sociólogos de fôlego, encontramos a resposta:

(Lendo:)

"Clima geral de insatisfação:

"Criação de ressentimentos em relação às áreas mais desenvolvidas do país;

"Aparecimento de associações camponesas com vistas a resolver o problema imediato do acesso à terra;

"Expansão do contingente de desempregados;

"Redução do prestígio do Poder Público nas camadas maiores da população."

Abroindo um parêntese: cada ano nós temos mais um milhão de jovens em busca de empregos.

(Lendo:)

Não vi, nas viagens que tenho feito ao exterior representando o Congresso Nacional, não vi um só país desenvolvido industrialmente que também não o fosse no setor agrícola.

Os dois setores têm que marchar paralelamente. Eles se completam.

Num país como o nosso, só a criação de um mercado interno poderoso apressará a sua completa integração econômica.

Quando o poder aquisitivo do povo é baixo, fraca é a indústria do país onde esse povo vive.

Dai a necessidade de reformas estruturais, de reformas de base, sendo a principal delas a agrária, acompanhada de uma política também agrária que atenda à nossa realidade.

Sr. Presidente, eu sei que este assunto é superenfadonho, é um assunto que ainda não empolgou a coletividade política dirigente do País.

Quando eu falo política dirigente, não me refiro apenas ao Executivo — é um assunto que vem sendo relegado para segundo plano. Parece que o subdesenvolvido adota aquela tese estranha para os desenvolvidos: comamos e bebamos hoje, porque amanhã morreremos. Não construamos; hoje o edifício da Pátria do amanhã. Fiquemos sempre no compasso de espera.

Eu às vezes me preocupo com esses problemas até para meu divertimento interior. Alguns políticos de raça, até mesmo os que se consideram como possuidores de uma ideologia avançada, preocupam-se muito com os insultos pessoais. O seu fôlego é para insultar. Eles como que interpretam bem o ambiente, o meio, e acham que só se projetam — e às vezes é assim — através de um palavreado que traga o cunho da violência. Muitas vezes são pacíficos, pacatos, cordeiros, mansos até nas atitudes, nas épocas de dificuldade.

Mas cada um de nós deixa a sua marca deixa a sua posição. Somos um País de classe dirigente que se caracteriza pelo seguinte: ela não gosta de discutir problemas, não gosta de analisar, principalmente o passado, nem do País nem dos homens; por conveniência esquece e por conveniência lembra e relembra. País das conveniências. Enquanto isto, a explosão demográfica aqui está. A população brasileira duplica a cada trinta anos. Seremos cem milhões em 1970; trinta anos depois, fatalmente, duzentos milhões. Se os problemas não forem equacionados, hoje, para serem resolvidos logo amanhã, iniciando-se a solução no hoje, então seremos todos tragados no vórtice da inquietação social, a mais profunda, a mais justa.

Sr. Presidente, deixo a tribuna, mas procurarei completar este estudo, que me consumi muitas noites e muitos dias de pesquisas, em outra oportunidade. Nem mesmo passarei à Taquigrafia.

Estou tendo consciência de uma realidade: enquanto uma oportunidade nós, políticos responsáveis, tivermos, aproveitemo-la, aceitando os convites da nossa juventude. Eu es-

tou fazendo agora assim: atrás dos agitadores vou eu. Eles agitaram através de frases bombásticas, até mesmo ditadas "revolucionárias" — revolucionários com duas aspas encimes — e eu estou procurando, através de dados e estatística, formar uma consciência na nossa sociedade, na nossa juventude, que parece, particularmente a mim, está mais adulta dos que os adultos, mais velha na observação dos fenômenos sócio-econômicos deste país do que os que pensam ou que são velhos mesmo.

Sr. Presidente, tenho passado algum tempo nas comissões — de uma para outra, de uma para outra, de uma para outra — fazendo uma experiência muito interessante, e aí tenho aprendido bastante. Ali, onde nós cozinhamos os alimentos que os outros vão comer. Comem mais os do Plenário do que os das comissões.

Repito o que disse, para terminar, falando à juventude universitária de Brasília. Realizamos, no Senado, 133 sessões extraordinárias para 124 ordinárias nas comissões. Houve uma espécie de interrogação, pelo olhar. "Não, disse eu, não recebemos pelas extraordinárias nas comissões. E realizamos sessões extraordinárias no Plenário. Propaganda que, foram centenas. Eu lhes quero dizer, moros, foram 42 durante todo o ano de 1966.

Prestam as Comissões um grande serviço, mas os que nela trabalham são ignorados.

Eu estive no norte do Paraná, como estive no Rio Grande do Sul, como estive em Goiás, e irei a Goiás mais tarde, para um debate, se Deus quiser. E era uma curiosidade: — "Quem é fulano, que fala todo dia?" "O que é que ele diz?" — "Eu não sei, mas fala todo dia." Desde que fala todo dia, esse homem é formidável. Então eu vi porque era conhecido: porque falava todo dia. (Risos). Na Comissão, não; no Plenário.

Então o julgamento dos homens; é feito a base da quantidade de vezes que eles falam, não do trabalho que produzem, efetivo e produtivo. Quando falam produzem também trabalhos bons, quando os produzem.

Então, nós somos uns subdesenvolvidos. E' o trabalho ignorado.

Sr. Presidente, assumimos a responsabilidade de votar um Orçamento sem os dados, sem os elementos que nós convencessem plenamente — falo do seu conjunto — da sua eficácia e do que ele representa mesmo algumas das soluções solicitadas e requeridas pelo País.

O Sr. Josaphat Marinho — Permitte V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Demonstra V. Exa., no seu pormenorizado e informado pronunciamento, que, apesar da falta de dados, o Congresso está vigilante. Um discurso como esse deve, inclusive, servir de subsídio ao Governo para a elaboração dos planos e programas a serem encaminhados ao Congresso, para conversão em leis específicas que passarão a ser preliminares do orçamento anual de cada exercício. Porém, o mais importante que eu desejaria salientar, no discurso de V. Exa., é que, analisando a distribuição da receita, V. Exa. demonstra que o Governo não teve empenho específico em dotações convenientes para aquelas atividades protetoras da educação e da cultura do povo ou das atividades reprodutivas de riqueza. Ao contrário, há um sem-número de verbas destinadas a tarefas secundárias da administração, e muitas até irão funcionar contra as liberdades públicas. Mas no fim de tudo, eu desejaria fazer uma afirmativa em torno do discurso de V. Exa., que servirá como sugestão para debate posterior. O que V. Exa. demonstra ou o que

resulta da demonstração de seu desinteresse e da má administração pelas atividades dos diferentes grupos sociais do que desenvolvimento provocado pela ação do Governo.

**O SR. AURELIO VIANNA — Exatidão.**

Sr. Presidente, reconhecemos também, com profunda preocupação, que o Estado não pode deixar de pagar este bilhão de cruzeiros aos seus representantes, aos seus pensionistas; o Estado não pode deixar de ter a sua máquina malha, embora incipiente; o Estado não pode deixar de ter a sua máquina de funcionamento. Porque, em todas as instituições, encontramos uma certa dose de crítica ao funcionamento. Mas se V. Exas já notaram isso, inclusive a culpa dos orçamentos deficitários do a Nação não poder pagar o emprego? q

**O Sr. Eurico Rezende —** Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. AURELIO VIANNA —** Com muito prazer.

**O Sr. Eurico Rezende —** Ouvi, com atenção e a vigilância que, aliás, são de meu ofício, o aparte pronunciado pelo eminente Senador Josephat Marinho e esta, de fato, em contraste: V. Exa. citou o seu pronunciamento em termos de absoluta isenção e imparcialidade. Dou o meu testemunho a respeito. Relator, que é, do orçamento do Ministério da Agricultura, teve o cuidado, teve, repetido, a isenção teve renova; a imparcialidade — e com isso o cuidado de acertar e de corrigir bem — de manter contato com autoridades daquela Ministério e lá recebeu dados e opiniões para se constituir em encaminhamentos decisivos para o seu trabalho. O aparte do eminente Senador Josephat Marinho data de então, colocou o assunto em plano politicamente partidário. S. Exa., por exemplo, reclama que as dotações são insuficientes. Realmente, são insuficientes. E' o de um País ainda não planejado desenvolvido. Se o eminente Senador Josephat Marinho e tivesse falando em linguagem do dia e de cultura comparando a tribuna do parlamento norte-americano, S. Exa. teria o direito de estranhar que a Receita orçamentária não indicasse demandas e as necessidades da colheita da despesa. Mas, eu condecoraria S. Exa. e — agora em termos de desfilio — a me dizer se as dotações e desfilio e, em 1967, para cá? Cresceram e muito e, em todos os setores, em todos os ângulos. Então, não culpe o eminente Senador Josephat Marinho o Governo pela insuficiência das dotações. Culpe, sim, a realidade nacional, que é uma realidade caracterizada pelo deficit. S. Exa. deseja superavit. Seria muito fácil ao Governo estabelecer a usina de ilusão orçamentária, ao colar uma Receita fabulosa. Mas, a execução orçamentária revelaria aquilo que é intuído e que seria a hipocrisia governamental. Quero, pois, manifestar com o pronunciamento de V. Exa., que é um pronunciamento sério, um pronunciamento de assessoria parlamentar, valioso. Por isso mesmo, há de repercutir no espírito dos Srs. Senadores, que por certo, com base no trabalho de V. Exa., corrigirão bem, as demandas da Câmara dos Deputados. Esta realidade, quanto ao Anexo do Ministério da Agricultura, uma política de quartelão arrazado, através da pulverização de verbas, da pulverização de recursos e, se mantida, não se poderá fazer nada, neste País, em termos de Ministério da Agricultura.

**O SR. AURELIO VIANNA —** Agradeço a V. Exa. mas reconheço que se o meu pronunciamento é sério, tão sério quanto ele foi o pronunciamento do Sr. Senador Josephat Marinho. O aparte de V. Exa. serviu, inclusive, para nos identificarmos, cada vez mais, e nos compreendarmos cada vez mais.

Mes V. Exa. verificou, através das estatísticas que me foram fornecidas por órgãos oficiais que, enquanto, em 1966, a ligação desfilio, no seu orçamento federal, para o Ministério da Agricultura 5,8%, em 1967, desfilio, apenas, 2,7%.

**O Sr. Eurico Rezende —** Permite V. Exa. um novo aparte?

**O SR. AURELIO VIANNA —** Pois não.

**O Sr. Eurico Rezende —** V. Exa. se eu em Ministério da Agricultura não incluiu as dotações a órgãos como o IBRA e o IANSA, cujos recursos somados dão o percentual muito mais elevado do que o de 1966.

**O SR. AURELIO VIANNA —** Queo declarar a V. Exa. que aqui estão incluídas o IANSA, o IBRA e todas as organizações indiretas. O Orçamento — e neste ponto, louvo os seus autores — colocou, na Receita, toda a Receita dos órgãos de administração indireta. Ali estão. E' verdade que ouvi de um relator, de um Deputado federal, que há muitas dotações, muitas verbas que deveriam ter sido incluídas mas que não o foram, por motivos que ele ignora.

De qualquer modo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, agradeço, sensibilizadíssimo, a atenção, a camaradagem, os apertes pronunciados durante este debate. O de que estou certo, certíssimo, cada vez mais, é da necessidade da adoção, para situação desta natureza, de medidas heróicas, positivas, muito claras, que se traduzam na libertação econômica do nosso País, que o livrem de tais assaltantes que têm levado e levado para o Exterior grande parte dos esforços, dos sacrifícios e do trabalho do povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**  
(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 852, DE 1967**

Senhor Presidente,

Tendo sido desfilio, pelo Senhor Presidente da República, para encerrar, como Delegado, a Delegação do Brasil à XIV Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (OIA), a reunião e a reunião, de 23 de outubro a 27 de novembro do corrente ano, venho solicitar nos termos do parágrafo 2º do Art. 33 da Constituição e 4º do Regulamento Interno, licença do Senado para o desempenho daquela missão.

Atenciosamente — José Chaves.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — O requerimento não será incluído em Ordem do Dia.

**CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA**

José Chaves  
Milton Trindade  
Sebastião Ar. e  
Petrônio Portela  
Ruy Carneiro  
Rui Palmeira  
Antônio Balbino  
Vasconcelos Torres  
Gilberto Marinho

Milton Campos

Carvalho Pinto

José Feliciano

Bazerra Neto

Ney Braga

Mello Dória

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Terminado o trabalho destinado ao Expediente. Passa-se à

**Ordem do Dia**

Item 1:

Votado, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 476, de 1967, no qual o Sr. Senador João da Silva requer prorrogação de licença para tratamento de saúde.

A licença, em cujo gozo se acha o Sr. Senador João da Silva, termina a 22 do corrente.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovem queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Assim, será prorrogada a licença, por mais 73 dias, a partir do dia 23 do corrente, continuando o suplente de S. Exa. em exercício.

E' o seguinte o requerimento aprovado:

**REQUERIMENTO Nº 876, DE 1967**

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, prorrogação de licença para tratamento de saúde por mais setenta e cinco (75) dias.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1967. — João da Silva.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Item 2

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1967, de autoria do Sr. Senador Rui Palmeira, que acrescenta prorrogação única ao art. 107 do Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências, tendo por bases as arts. 72 e 73 da Constituição de 1960, de Consolidação e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade da Serviço Público Civil, pela aprovação.

Em discussão o Projeto em seu segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, entra a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovem o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi aprovado e irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 1967**

Acrescenta prorrogação única ao art. 107 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

Art. 1º Esta lei acrescenta ao art. 107 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, o seguinte parágrafo único: "Cada unidade da administração pública federal terá um chefe de unidade, nomeado pelo Presidente da República, para exercer a direção e a administração da unidade, tendo a ela subordinados os funcionários e os agentes públicos."

Art. 2º São introduzidas na Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organizou a Justiça Federal de primeira instância, alterada pelo De-

creto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, as seguintes modificações:

a) o item IX do art. 13 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, introduzido pelo item III do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

"IX — requisitar força federal quando esta for necessária ao cumprimento de seus decrétois";

b) a linha 2 do item XIII do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

"XIII — nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, um cargo de Diretor-Geral de Justiça";

c) a modificação do art. 2º da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do final do item IV do art. 2º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, constitui o item V do referido art. 1º;

d) o item sobre a 3ª Região Judiciária Nordeste, constante do art. 2º da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, passa a ter a seguinte redação: "3ª) Nordeste: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Território de Fernando de Noronha, Paul, Rio Grande do Norte e Sergipe";

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Item 3.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1967, de autoria do Sr. Senador Rui Palmeira, que acrescenta prorrogação única ao art. 107 do Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências, tendo por bases as arts. 72 e 73 da Constituição de 1960, de Consolidação e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade da Serviço Público Civil, pela aprovação.

Em discussão o Projeto em seu segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, entra a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovem o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi aprovado e irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 1967**

Acrescenta prorrogação única ao art. 107 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta ao art. 107 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1937, o seguinte parágrafo único: "Cada unidade da administração pública federal terá um chefe de unidade, nomeado pelo Presidente da República, para exercer a direção e a administração da unidade, tendo a ela subordinados os funcionários e os agentes públicos."

Art. 2º São introduzidas na Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organizou a Justiça Federal de primeira instância, alterada pelo De-

creto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, as seguintes modificações:

a) o item IX do art. 13 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, introduzido pelo item III do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1967, de autoria do Sr. Senador Desiré Guarani, que altera a Lei de Sonegação Fiscal, tendo Parceres, sob ns. 632 e 383, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, pela Constituição e Jurisdição com declaração de voto do Sr. Senador Antônio Balbino: Finanças, favorável, com sugestão para modificação da redação da ementa.

Em discussão o Projeto, em seu primeiro turno, com a sugestão da Comissão de Finanças para alteração da ementa. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº 55, DE 1967

Altera a lei de sonegação fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 1º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, o seguinte item:

"V — exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário, comunicação enviada à Mesa.

E' lida a seguinte.

Brasília, em 19 de outubro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senador Desiré Guarani pelo Nobre Senador Marcello de Alencar na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para registrar os protestos da mais alta instância e distinta consideração. — Aureliano Vianna, Líder.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — A Mesa acolhe o pedido, considerando a substituição nos termos solicitados. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Está anotada a matéria da Ordem do Dia. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Marcello de Alencar, por causa do nobre Senador Jurupari Maranhão.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR:**

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, aguardando uma atenção menos intoxicada pela prática propagando com que os promotores espalham uma cortina de fumaça de supostas vantagens e benesses, vimos agora expor a esta Casa, refletindo a perspectiva dos que pensamos em termos de inde-

pendência econômica para o Brasil, as nossas conclusões acerca da Reunião do Fundo Monetário Internacional.

Trazendo ao Senado uma contribuição que julgamos positivo, por contar com dados e números altamente esclarecedores, não viemos todavia expressar qualquer descontentamento ou decepção, porque os vinte anos do Fundo e o papel que ele tem desempenhado no comércio internacional não nos conferem mais o direito de alimentar ilusões.

Nesse histórico processo de espoliação dos países pobres pelas potências industrializadas, o FMI não é um acidente ou exceção, ao contrário, dá-lhe coerente sequência, como etapa nova mas não diferente, diversa em grau mas nunca em espécie.

No quadro da sua história econômico-financeira o Brasil distingue dois períodos: o da dominância inglesa, quando os nossos credores eram os banqueiros da City londrina, os Rothschilds, e o período que vivemos até hoje — iniciado por volta da década de 1920 — quando passamos à dominância dos grupos de Wall Street.

Permiti, Senhores, que rapidamente tracejemos o que foi aquela nossa experiência sob o primeiro imperialismo.

A história dos nossos empréstimos externos tem mais de um século, começando em 1824 com uma operação do tipo mais extorsivo.

Ao extinguir-se, em 1839, o Império legava à República uma dívida externa de mais de 30 milhões de libras. A República, por intermédio do Governo Federal, dos Estados e até de Municípios, ao encerrar o ano de 1937 deixava uma dívida pública externa no valor de 267.173.023 libras, o que à época equivalia a um bilhão e duzentos e tantos milhões de dólares na sua maior parte com os banqueiros ingleses. O serviço externo desta dívida atingia cerca de 21 milhões e 500 mil libras, ou seja, mais de um quinto da receita da União.

Os governantes que contrataram tais empréstimos aceitaram, em nome do Brasil, as cláusulas mais humilhantes exigidas pelos credores, como a hipoteca da renda alfândegária, dos impostos de consumo e de renda, e até mesmo do imposto de vendas e consignações, colocando assim as finanças nacionais nas mãos do estrangeiro.

Em 1959 o Sr. Valquíria Pomar enunciará a esse respeito a causa de quase dois terços do ouro brasileiro depositado em Nova York, para garantir empréstimo de 20 milhões de dólares concedido por banqueiros norte-americanos. Era Ministro da Fazenda e patrocinador da operação o professor Eugênio Gudin.

Relatório oficial do Ministério das Relações Exteriores resumia o balanço desse endividamento nos seguintes termos: "Assim, de 1901 a 1961, o total dos empréstimos externos contratados, que atingiu o quarenta e dois milhões e trezentos e cinco mil libras, havia sido custeado entre juros, amortização e conversões, a soma de quatrocentos e trinta e oito milhões e cento e setenta e três mil libras, e o Brasil ainda devia, incluindo o último 'financiamento' de duzentos e cinquenta e seis mil libras, mais de quatrocentos e cinquenta milhões de libras, ou seja, mais de 22 milhões de dólares".

Os resultados da identificação, no decorrer de mais de um século, não sabiam senão recorrer à ação direta internacional para cobrir os déficits orçamentários, refer estoques de café para melhorar-lhe os preços, comprar armamentos e realizar algumas obras públicas. Mas grande parte dos empréstimos foi destinada simplesmente

a pagar débitos anteriores, ampliando mais ainda a conta do endividamento.

O serviço da dívida externa consumia pois os saldos de nosso balanço comercial e atrelava a economia brasileira aos centros imperialistas, alimentando o seu parasitismo com juros e amortizações infundáveis.

De 1939 em diante, refletindo as modificações no quadro financeiro internacional e em decorrência da grande crise da exportação do café, interrompeu-se o serviço dessa dívida duas vezes, de 1931 a 1934 e de 1937 a 1940, e finalmente, por ocasião da guerra, tendo o Brasil acumulado considerável saldo em divisas, o Governo Getúlio Vargas compôs com os banqueiros um esquema definitivo de liquidação da dívida.

Em 1959 tivemos pago mais de um bilhão de dólares em juros e amortizações, mas o país estava novamente endividado, e 71% dessas dívidas pertenciam aos EUA, para total de quase dois bilhões e meio de dólares.

E em 1955, segundo publicação especializada, o Brasil devia 4 bilhões e oitocentos milhões de dólares, e o balanço de pagamentos incluía 230 milhões de dólares para amortização de dívidas e mais 200 milhões de dólares de juros. E mais outros 200 milhões de dólares de despesas de licenças de companhias estrangeiras. Contraponha-se estes números à receita cambial, oriunda predominantemente das exportações, que alcançava uma média de 1 bilhão e trinta e cinco milhões de dólares — cobrindo apenas as importações — e verificamos que o passivo sobe a 2 bilhões de dólares.

Passamos a algumas considerações de âmbito continental.

A CEPAL, no último informe de que este ano, mostra que a América Latina parou, e o Brasil nela aparece alinhado entre os países que registram um decréscimo em sua taxa de crescimento, não conseguindo melhorar a um ritmo médio anual de 1%, e portanto abaixo do nível médio do crescimento de todo o Continente, que é de 3%. Segundo essa documentação, a América Latina deixou de se beneficiar com a expansão que a atividade econômica e o comércio mundial registraram.

Estamos assim retrocedendo, enquanto o resto do mundo, o mundo dos senhores do Fundo Monetário realiza cada vez mais vantajosos negócios. Aquela triste índole brasileira, que apesar um insustentável crescimento vegetativo, e não mais o desenvolvimento.

Vejamos, porém, o que ocorre no terreno da ajuda econômica.

No livro de "Economia", de Londres, a ajuda econômica "está na defensiva em todo o mundo".

Atribuído a apelo do Presidente Lyndon Johnson, a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou — em 1960 do ano passado — resolução que aprova o projeto de lei de ajuda ao Exterior. A princípio procuraram apertar os países latino-americanos afirmando que os Programas da "Aliança para o Progresso" não estavam incluídos nessas resoluções; depois cederam, e cortaram tudo, as dotações da Aliança, hoje uma obrigação incerta para os que não a criaram nem a deram. Naquela Comissão, desde que se espalhou uma elevação das taxas de juros nos empréstimos para o desenvolvimento, e a redução dos recursos destinados ao mesmo fim.

Ao passo que os países ricos lograram elevar sua riqueza nacional de 5% ao ano — cerca de 4 bilhões de dólares — suas doações e empréstimos oficiais ao mundo em desenvolvimento foram mantidas praticamente inalteradas. Os auxílios man-

tiveram-se ao nível de 1961, eis que a ajuda oficial nunca ultrapassou a média de 6 bilhões ao ano, entre 1961-64, e os capitais privados jamais foram além de suas marcas anteriores.

Considere-se ainda o fato de crescente porção desses 6 bilhões de dólares anuais ser absorvida pelo pagamento de antigos empréstimos, o que demonstra serem as contribuições líquidas dos países ricos aos países pobres, pouco mais de 1% dos 1% de suas altíssimas e sempre progressivas rendas nacionais. Em 43 países, que abrangem metade da população da terra no "terceiro mundo", a renda por habitante tem aumentado de menos de 1% ao ano!

Apesar dessa triste realidade de falta de cooperação internacional, o Sr. Roberto Campos e os demais proletores menores das excelências de cartas amadas e submissões, insistiram — e insistem, embora com outras palavras — na ideia de faticismo o desenvolvimento nacional nessa cooperação.

Não falemos do destino de muitas dívidas auxílios, das populeiras fáticas que já têm endereço certo, para financiar o grupo Light, que em 1965 recebeu 43 milhões de dólares, cujos 29 milhões de dólares da duplicação da Rio-São Paulo, para o pagamento de régios salariais a "fiscalis norte-americanos" e mais o vergonhoso laço da interferência técnica aliígena, em detrimento do quadro de engenheiros do DNRE, um dos melhores do Brasil.

Não falemos também dos Acórdãos do Trigo, esse diabólico e engenhoso mecanismo que, aparentando quase uma operação da caridade, não passa entretanto da exportação das crises de superprodução de diversos produtos norte-americanos, e, no caso brasileiro, de instrumento da liquidação da tráfica nacional que vicejara promissora, no Rio Grande do Sul, há tão pouco tempo!

Desagradado o movimento de abril, e conquistado o Poder, desacompanhados os cordões e, em apenas dois anos, negociamos empenhos anunciados em torno de um bilhão de dólares, por intermédio de 31 operações. Mas, segundo a "Hanson's Letter", esta ajuda seria textualmente, "um mito", pois reduziu-se na verdade a carta de 250 milhões de dólares.

De fato, computando-se os dólares para as clamorosas aquisições da Telefônica, da "Brazilian Traction", da "American Foreign Power" e da "Brazilian Electric Power", so aí nesse atentado ao patrimônio nacional entregaram-se 200 milhões de dólares. Somando ainda os 90 milhões de dólares do BIRD para a São Paulo Light, teremos um total de quase trêscentos milhões de dólares.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. uma aparte? (Atribuição) — Quanto custou mesmo a Telefônica?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Em um cálculo geral, onde incluímos as beneficiárias dessas pagamentos, elas entregaram duzentos milhões de dólares com a Telefônica, a Brazilian Traction, a American Foreign Power e a Brazilian Electric Power.

O Sr. Victorino Freire — Quanto à aquisição da Telefônica, posso afirmar, foi uma obra meritória do Governo Federal.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — É opinião de V. Exa.

O Sr. Victorino Freire — Não me dá para polvilhar quanto a de V. Exa.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sem dúvida e, por isso creio, estamos no debate. Penso que essa operação foi danosa ao patrimônio nacional. Entendo que não se justifica o pretexto político invocado, de aca-

bar com áreas de atrito. Fundado nisto é que se lê a compra cara para o patrimônio nacional. Se V. Exa. tiver paciência, verá como explico isso bem.

O Sr. Victorino Freire — Conheço esse assunto muito bem.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — (Retornando a leitura) — Vejamos ainda outro aspecto desses empréstimos tão desinteressados...

A AID, por exemplo, concede financiamentos condicionados, vinculados à exigência de utilizar os recursos na aquisição de material dos Estados Unidos, exclusivamente. E o frete marítimo também é delegação obrigatória, no todo ou em parte, aos armadores daquele país. O Banco do Brasil contra a empréstimo de 10 milhões de dólares com dezesseis bancos americanos, e assim é que se explicam depois as investidas e as conquistas desses banqueiros sobre a rede bancária nacional.

Um grudo de pesquisadores, sob a direção da "IBM World Trade Corporation" — sucessores de um Conselho presidido pelo General Lucius Clay — estudando a política da Casa Branca de proteção ao Balanço de Pagamentos dos E.E.U.U., concluiu, que os países economicamente atrasados estavam sofrendo de uma perda de capital estimada entre 5 a 20 bilhões de dólares por ano!

Manipulando estatísticas do FMI, o economista Herman Scheyng, da Midland Grace Trust Company, concluiu que de 1933 até 1955 os membros do "Clube de Paris" lograram enormes (tremendous) ganhos no aumento das reservas, não só a expensas dos outros "grandes" como igualmente à custa dos países menos desenvolvidos. Esse aumento de reservas foi de 219,6%, ou seja, mais de 15 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, notem os Senhores Senadores, os países em desenvolvimento perdiam 23% de suas reservas, isto é, mais de um bilhão de dólares! São brancos falando de brancos, e esgrimindo estatísticas desse tão enaltecido Fundo Monetário...

Redigido para analisar o resultado da ajuda americana aos países do nosso Continente, especialmente da "Aliança para o Progresso", trabalho especial da Universidade de Oregon, encomendado pelo Senado daquele país, concluiu que a inflação acompanhada os violentos decréscimos nos lucros das exportações latino-americanas.

E' interessante mostrar como nesse trabalho se preceitua, para aplicação de medidas antiinflacionárias, a solução totalitária. Vou ler: "em alguns casos as ações efetivas só podem ser tomadas por um Ditador apoiado por uma Junta Militar".

Apesar desse insinuante receituário ditatorial, ou justificativa para certos acontecimentos, o Professor Raymond Mikeseli — certamente um dos "doutores fantásticos" que influem no pensamento dos dirigentes estadunidenses não deixa de, honestamente, também afirmar que a manutenção dos preços mundiais dos produtos primários, "acima dos níveis de equilíbrio", é um método eficiente de dar assistência aos países mais pobres. E queixa-se, reclamando do FMI para que este alivie um pouco a tarefa norte-americana nessa política de minorar as noções crônicas dos balanços de pagamentos.

Em 1933, sob os signos de outro Zodíaco, o Sr. Roberto Campos, em discurso pronunciado no "National Press Club", em Washington, e publicado no Boletim Americano, declarava que entre os anos de 1953 e 1959 as exportações dos países industrializados aumentaram em 57%, enquanto os países não industrializados aumentaram suas vendas em apenas 14%; nesse mesmo período anotava

ainda que o volume do comércio brasileiro, aumentara a 20%, mas os preços unitários haviam aumentado de 37%!

Pelo citado trabalho da Universidade de Oregon, publicada nos Estados Unidos, vê-se que essa situação continua pelo Sr. Roberto Campos a ser-se assim.

Reparem os Senhores Senadores que não estamos apontando novas condições em favor da economia do Brasil. Estamos apenas mostrando as condições de existência da política econômica norte-americana de interesse dos Estados Unidos e de vantagens óbvias de insuportáveis prejuízos e consequências para a maior responsabilidade na vida daquele país.

Sem o complicado, artificial e frágil mecanismo bancário do FMI, sem intervenções na casa antiga, os nossos vizinhos do Norte em muito nos ajudariam se apegassem e acessem, sem empurramentos artificiais, os preços de nossos produtos de exportação, com o que não exporíamos mais tentamos de sofrer as crises cíclicas que nos esmagam o bolso e as poupanças, e poderíamos planejar a utilização de um fluxo mais regular de divisas, libertando-nos inclusive de boa parte da mágoa e de grande parcela das instabilidades pontuais que a engendra permanentemente. Em suma, estabelecida para o caso, ao invés de uma utópica estabilização para a moeda.

Os erros e enganos dos homens públicos são quase sempre terríveis, porque ficam às vezes repercutindo além da geração que os cometeu. Estamos cada vez mais solícitos a achar maior número de desculpas, e mais rapidamente do que há um decênio atrás, do que ontem.

Nessa Revolução mundial pelo desenvolvimento nenhum povo deve ficar marginalizado, nenhuma admiração ficar relegada àquela categoria característica "a que se referiu o Presidente Kubischek".

Esta é a hora de progredir, de promover o desenvolvimento, de superar etapas, de criar riquezas, de redistribuí-las mais cristãmente; esta é a hora de convocar todas as forças nacionais para uma obra que só pode ser realizada pela união de todos os espíritos; não é portanto o momento de fazermos — como corre ainda agora, infelizmente — o Brasil sofrer as suas aspirações de progresso, de fazê-lo titubear no caminho do futuro, de frustrar as oportunidades de um povo que começava a confiar no desenvolvimento, na força do seu trabalho como meio de alcançar melhores e mais decentes níveis de existência.

Por mais quanto tempo ficaremos desacelerando a vontade nacional de grandeza? Por mais quanto tempo continuaremos iludidos quanto aos auxílios supostamente desinteressados de outras potências? Por mais quanto tempo continuaremos à mercê desse complexo de colônia, ingenuamente crentes no progresso à custa alheia?

George Washington escreveu um dia que a nação que aceita favores de outra nação cedo ou tarde terá de pagá-los com parte de sua soberania, de sua independência.

O Sr. Eurico Rezende — Honra-me V. Exa. com um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não!

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. está prolongando toda a história na drenagem de recursos estrangeiros para o Brasil.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Do Brasil!

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer a V. Exa. — e isto é uma verdade paciana — que entre as pessoas há amizade; entre os povos há interesses. O fato de as agências oficiais e as agências particulares fi-

nanceiras dos Estados Unidos estarem atuando lucros, e uma atividade comercial em termos de objetivamente normal, como é normal V. Exa., pelo seu trabalho de agitação, auferir lucros também. Realmente, a cooperação econômica se dá em termos comerciais. Há de haver lucro. Não se trata de uma cooperação econômica, mas de uma cooperação econômica. Faz V. Exa. referência a Light. A Light coopera-se com o desenvolvimento econômico do Brasil. O Brasil é, principalmente, no caso da Light, São Paulo, uma empresa comercial e, hoje, a maior na economia brasileira. V. Exa. se lembra a fazer referência, então, a Light, que é o caso de agências em termos de judaísmo internacional. Mas V. Exa. precisa, também, dizer os benefícios da ajuda estrangeira a este País V. Exa. deve conhecer a história da siderurgia nacional, em Volta Redonda — lá no Estado do empreiteiro Senador Aarão Steinbruch...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — E V. Exa. deve saber como foi conseguida a implantação.

O Sr. Eurico Rezende — Não sei! Quero é que se consiga o juro que se cobra...

O Sr. Aarão Steinbruch — Gostaria que V. Exa. explicasse o que quer dizer por "judaísmo financeiro".

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. vai-me permitir, mas não pode desapropriar o meu aparte!

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Sr. Exa. quer explicação para a discriminação racial que V. Exa. fez no seu aparte.

O Sr. Aarão Steinbruch — Gostaria que V. Exa. explicasse isso de "judaísmo financeiro" em palavras mais claras.

O Sr. Eurico Rezende — Quando se fala em judaísmo financeiro ou apenas em judaísmo, não quero, absolutamente, colocar injúrias nas coroas de V. Exa. Absolutamente! Falo em termos comerciais, isto é, quando...

O Sr. Aarão Steinbruch — Mas V. Exa., aqui, está apelando a linguagem nazista, como quando se referiu com estas mesmas palavras, a agressividade. V. Exa. não destoa, portanto, do pensamento nazista, nesse particular.

O Sr. Eurico Rezende — Não! V. Exa. está atendendo com excesso às convicções do sangue e da hereditariedade. Absolutamente, não tive o menor propósito. Esse é um termo que se usa quando se quer caracterizar a exploração do homem pelo homem. Fala-se em judaísmo. Não retiro o termo, mantenho-o.

O Sr. Aarão Steinbruch — Técnica nazista de Hitler!

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. me faz a injustiça de achar que eu estou adotando uma técnica nazista, mas não praticarei a injustiça de dizer que V. Exa. está tendo uma reação comunista.

O Sr. Aarão Steinbruch — Esta técnica é muito usada, muito explorada. V. Exa., sempre utiliza esses métodos...

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. não foi chamado ao debate e eu já expliquei que não tive, absolutamente, o propósito de afronta ao povo judeu. Não tive e jamais o teria.

Reato o meu aparte, se o orador o permite, para dizer que o seu discurso tem muita coisa certa e muita coisa de adivinhação. Somente uma instituição, com balisamento técnico muito grande, é que poderia recrutar esses segredos de finança internacional que estão porcoando o seu discurso. Esta cobrança, esta fruição, que V. Exa. diz exagerada de lucros,

apesar disso foi altamente produtiva para o Brasil. Tenho lá no meu Estado, o maior embarcador de minérios do Mundo, Cais do Tubarão, com ajuda estrangeira. A Light, que beneficiou o Estado de V. Exa. e São Paulo, com ajuda estrangeira, Urubupungá, em conjunto com Jucá e Ilva Soltbra, irá colocar o Brasil em 4º lugar no sistema gerador de energia elétrica do mundo e em primeiro lugar do Hemisfério Ocidental, com produção programada para 4.700.000 kws. Se a ajuda estrangeira, em algumas áreas, tem sido expoliativa, não o é em relação a outros setores.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Falo daquelas áreas.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. está falando de tudo. Não apontei nenhum benefício sequer da ajuda estrangeira.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Isto cabe a V. Exa., que se mantém numa filosofia diferente da minha.

O Sr. Eurico Rezende — E' por isso que o Brasil não progride.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — E não progride, porque, realmente, existe um processo expoliativo. Dai a necessidade de defendê-lo.

O Sr. Eurico Rezende — São sinais de falha colonial. Um país com dimensões continentais tem que aceitar a ajuda externa.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Não é isso.

O Sr. Eurico Rezende — Agora, quando marchamos para a industrialização, não podemos abrir mão da cooperação americana, que nos é útil, dá lucros enormes. — Esse é o onus do país subdesenvolvido. Mas, no conjunto, V. Exa., pelo menos comigo, deve ter a certeza de que essa cooperação econômica tem sido benéfica.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem drenado para o Brasil, em termos de energia elétrica, noventa milhões de dólares por ano a juros de 1,25% — digo isto porque estive em Washington, durante uma semana, para compreender o mecanismo do B.I.D. O B. I. D., que obtém recursos decorrentes dos fundos orientais, principalmente japoneses, está com um projeto pronto, e já vai ingressar no canteiro de obras, para construção da grande rodovia que vai ligar Vitória — vale dizer, o Atlântico — ao Porto de Cajá — no Pacífico — percorrendo áreas imensas de Minas, de Goiás e, principalmente, de Mato Grosso.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Nobre Líder, V. Exa. terá oportunidade de rebater o meu discurso, defendendo os investimentos estrangeiros, defendendo os empréstimos e a ajuda estrangeiros. Mas V. Exa. não deve fazer um discurso paralelo, perturbando, evidentemente, o sentido e a coordenação do meu discurso. Se está preocupado com os dados que trago aqui, eles não resultam de uma erudição, que é privilégio de V. Exa., mas estão instruído com toda a documentação em que me fundei. De sorte que os passarei, no fim do meu discurso, a V. Exa., para que tenha acesso a esses documentos de fontes, evidentemente, insuspeitas.

O Sr. Eurico Rezende — Peço a V. Exa. que tenha paciência com seu modesto colega. Não estou fugindo, absolutamente, ao tema do seu discurso. V. Exa. está apontando aquilo que chama de maledicências...

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Eu estou dizendo quanto custa a Light. V. Exa. quer defender a Light!

O Sr. Eurico Rezende — Eu não estou defendendo a Light, Excelência! Eu estou salientando a importância



da Light no desenvolvimento do complexo sócio-econômico da região centro-sul.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — Estou provando a importância da Light no processo de espoliação.

**O Sr. Eurico Rezende** — Como espoliação, nobre Senador?

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — Pelos dados que estou enumerando, com juros dos empréstimos feitos, os tipos de empréstimos realizados, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a Light é responsável — isso foi no Governo do ilustre Marechal Dutra — por um empréstimo que é oneroso e que pagamos até hoje.

**O Sr. Eurico Rezende** — Não sei o que sei e que conheço é a honra do Governo do Marechal Dutra.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — Governos honrados também fazem negócios como esse, nobre Senador. Então V. Ex.<sup>a</sup> não sabe a respeito daquele aval que demos à Brazilian Traction, no Canadá, para emprestar à sua filial lá, a juros de 4% e que pagamos até hoje a juros de 7%?

**O Sr. Eurico Rezende** — Nós quem, nobre Senador.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — Nós, brasileiros, nós, o Brasil.

**O Sr. Eurico Rezende** — Mas se foi aval para um empréstimo, quando o avalista paga é com o que produz.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — Paga com que Receita, nobre Senador?

**O Sr. Eurico Rezende** — Ele tem ação regressiva sobre o credor principal.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — Não é a hipótese que V. Ex.<sup>a</sup> formula.

**O Sr. Eurico Rezende** — Então não estou compreendendo.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — A operação não foi direta entre o Governo brasileiro e o Governo Norte-Americano. A operação feita através a matriz, no Canadá, de um empréstimo por intermédio da agência norte-americana à sua filial no Brasil, com aval do Governo brasileiro. Esse aval onerou de 3% a taxa de juros. V. Ex.<sup>a</sup> não pode ignorar porque foi um dos casos de maior repercussão, denunciado pelos bons brasileiros, pelos nacionalistas.

**O Sr. Victorino Freire** — Não sei dessa repercussão.

**O SR. MARCELLO DE ALENCAR** — Estou mostrando agora a V. Ex.<sup>a</sup>. Vou prosseguir no meu discurso, nobre Senador.

Isso foi escrito há dois séculos, dois séculos durante os quais a História não fez senão confirmar a justeza do axioma, e apesar disso ainda há patriotas nossos que insistem nesse erro, que, dooso, constitui grave infração aos deveres cívicos, o crime que o povo brasileiro já se habituou a capitular como entreguismo.

Estamos com Celso Furtado — casado por ter equacionado os nossos problemas econômicos à luz do interesse nacional — quando em feliz imagem diz que o Brasil é um carro que deve ser consertado em movimento, sem pará-lo.

A velocidade que o carro adquiriu — o "take off" — no dizer dos economistas — não pode ser substituída pela inércia. O Brasil não pode voltar à era do recurso aos empréstimos, continuando de chapéu na mão, a acolher as diretrizes emanadas da alta finança internacional que fez de nós um dos melhores clientes e prisioneiros de permanente endividamento externo.

Sucedem-se as Conferências, Reuniões dos Pontos IV, das OPA's, das Alianças para o Progresso e dos Acórdios, e os resultados apregoados, as "vitórias" proclamadas pelos nossos governos depois de cada um desses episódios, continuam a recusar-se a aparecer — a não ser em termos de uma progressiva pirâmide de juros para pagar juros, enquanto prossegue, inalterável, o círculo vicioso do aviltamento dos nossos produtos básicos, e dos consequentes empréstimos para cobrir os saldos negativos desse iníquo sistema espoliativo, que insistem em chamar de comércio.

Em 1963 as dívidas do Brasil totalizavam cerca de 4 bilhões de dólares, 2/3 dos quais cabiam aos EUA. Grande parte desse débito com este país era o resultado não de doações, mas de negócios americanos altamente lucrativos, com quase 90% canalizados através do EXIMBANK, vendas de excedentes de trigo, etc.

"Vision Letter" na mesma época calculava que para mantermos em dia o pagamento das dívidas do país teríamos de lançar mão de 43% do total das receitas anuais. No ano anterior o Fundo Monetário Internacional se recusara a ajudar o Brasil sob a alegação de que a inflação eliminaria a eficácia dessa ajuda. Em síntese, a semelhança dos bancos particulares, só levanta dinheiro quem está sólido, quem não precisa, enquanto o cliente em situação afiliva não pode receber a menor compreensão, a mais ínfima parcela de crédito.

Vamos recordar de uma vez por todas o bom senso para nos unirmos em torno do desenvolvimento baseado primordialmente em nossos próprios esforços. Vamos arregarçar as mangas e trabalhar, ao invés de continuarmos na expectativa duma ajuda que não virá nunca, porque contrária ao sistema de dominação dos que nos anestesiavam com injeções de alguns dólares, dólares que logo adiante reverterem, multiplicados, às suas origens.

Quando o "Board" do FMI se reúne, e friamente examina um pedido de saque de um país como o nosso, eu me pergunto se naqueles dados muito circunspectamente analisados pode estar contida a nossa realidade sócio-econômica, e se os cerebros eletrônicos são capazes de computar os mil e um fatores desta surpreendente e diversificada realidade.

Batendo sempre na tecla da inflação, o Fundo persiste em desconhecer que deflação é dinheiro curto e dinheiro curto diminui o ritmo de crescimento econômico. Deflação acarreta a recessão, que é uma via de acesso à inquietude social. Logo, só é possível fazer com que um país (que já se debate com dívidas e desenvolvimento desordenado) ainda por cima enfrente essa política econômico-financeira, se nele for instalada uma ditadura, o regime autoritário apoiado na força das armas, na Junta Militar sugerida com tanta sinceridade ao Senado americano pelo estudo da Universidade de Oregon.

O "remédio" do FMI constitui, pois, uma dupla intervenção — econômico-financeira e política — e tem duas consequências danosas: a estagnação econômica e a liquidação da Democracia. O Brasil é a Argentina, em diferentes grupos, estão aí comprovando o que afirmamos.

"O Brasil é um país em construção, diz a citada revista, e, como tal, sempre mais do que ganha. Deve-se notar que os EUA não tiveram superávit de balanço de pagamentos entre a Guerra Civil e a 1ª guerra mundial". E termina com palavras que há muito são nossas conhecidas: "acontece que os cavalheiros do Fundo são apenas banqueiros, e duros banqueiros... A sorte dos EUA no Brasil, por motivos do passado, presente e futuro, é muito mais com-

plicada do que uma demonstração de conta de banco". Ai está a nossa tese proclamada por autorizado órgão da imprensa americana. Cá está, mais uma vez, os brancos falando dos brancos...

Mesmo com a melhor das intenções, até os homens de ciência descomprometidos com os grupos econômicos dos seus países dificilmente podem obter perspectivas do "terceiro mundo" sem um mínimo de distorções. As teorias mais bem intencionadas esbarram na refração das condicionamentos da realidade metropolitana, e nascem sob a égide dum ciência econômica impregnada da ideologia de dominação e superioridade dos que enriqueceram primeiro e comandam a empresa imperialista. Fazemos todavia justiça a alguns espíritos lúcidos que compreenderam a necessidade de criarmos soluções originais para os nossos problemas, e quando dizemos soluções queremos dizer técnicas, equações, experiências partidas da nossa realidade, formuladas e inspiradas por uma vivência direta, pela vivência do nosso dia a dia de povo desangrando nas suas riquezas, no fruto do seu trabalho.

Depois de abril de 1964 lamentavelmente assistimos ao retorno e ao reforçamento dessa atitude mental subdesenvolvida, de importação de técnicos estrangeiros e consequentemente de justa-posição de modelos estrangeiros ao corpo da nação brasileira. Assim, do dia para a noite voltamos a ser um povo de incapazes, e todo um patrimônio tecnológico-científico foi posto de lado para que os luminares estrangeiros viessem nos ensinar a construir o Brasil, ou a consertá-lo, segundo alguns. Voltamos aos tempos das "Missões" que tinham para nós dizer o que éramos e o que deveríamos ser, das quais nada restou senão os exemplos de gritantes inocuidades, intervenções e fracassos.

É verdade que os nossos patriotas que os convocaram, não quiseram deixar de acrescentar a sua contribuição sofisticada, e assim nasceu o "gradualismo", ou seja, o modelo do FMI confeccionado ao gosto dos que amam as discussões estérteis, porque nada foi gradual na política do Sr. Roberto Campos, sobretudo a fome dos trabalhadores, que se aguçou violentamente. Enfim um dos eufemismos com que o Sr. Campos entreteia os incautos enquanto para construir estradas, para organizar o nosso sistema tributário, para equacionar o problema do aço e o de tantos outros setores da economia nacional, vinham vindo os técnicos — por singular coincidência exclusivamente cidadãos americanos — e pagos a peso de ouro, com vencimentos até dez vezes maiores do que os de nossos patriotas que exercem as mesmas funções.

Veja-se o caso do Relatório contratado com a firma Booz-Allen, uma análise pessimista, evitada de erros grosseiros e rematada por conclusões ocasionais, e que nos custou um milhão de dólares; e o Relatório dos técnicos americanos sobre os nossos problemas portuários, que mereceu do Professor Maurício Joppert as críticas mais severas e o título de trabalho primário?

Mudado o governo, continuamos a contratar firmas estrangeiras, a empregar dólares, apesar de os engenheiros brasileiros terem chegado ao extremo de criar uma Comissão de Defesa da Engenharia Nacional, sob os auspícios oficiais do Clube de Engenharia. O Governo atual continua como o que o antecedeu, a levar tudo o que é nacional à posição defensiva, e a contratar firmas alienígenas para trabalhos e estudos que há muito já fazemos. Vão ficar muito mal na História — se é que ficarão — os que executam essa política de desvalorização e alienação da nossa in-

teligência, que encontra o seu ponto alto no Convênio MEC-USAID, aqui dissecado pelo ilustre Senador Mário Martins.

Que há um século o Barão de Mauá trouxesse técnicos ingleses para a construção da primeira ferrovia desse Continente, nada mais razoável e até louvável. O que não podemos é concordar com o fato de o Governo contratar com diversos firmas estrangeiras o planejamento global do nosso sistema de transportes, ignorando um século de experiências e extraordinárias realizações.

Retornemos a nossa linha central de raciocínio.

O Presidente do Banco Mundial, Sr. George Woods, às vésperas da reunião confessava que os financiamentos públicos e privados para os países em desenvolvimento "constituem uma centésima parte do produto nacional bruto dos países industriais" e atribuiu à "falta de cooperação dos países industrializados" o lento crescimento das exportações dos países menos desenvolvidos. E baseou o seu julgamento na informação de que um aumento de apenas 1% das exportações dos países em desenvolvimento ou atrasados, produziu um ingresso superior a 1 bilhão de dólares em divisas. E ficou nisso, porque no mais a Reunião transcorreu como de costume, com a nossa presença conostando a espoliação, e encerrou-se também como de costume, com as mesmas promessas de modificações substanciais, com os acenos duma boa vontade que é posta de lado no dia seguinte à revogada dos banqueiros para os seus países.

Fala-se no "direito especial de saque" como uma das conquistas, talvez o carro-chefe do conclave, apresentado em termos de excepcional benesse, concedida magnanimamente pelos países ricos que controlam o Fundo. Para o Brasil o saque significa apenas 34 milhões de dólares, já que a nossa percentagem — de 1% — sobre o montante de dois bilhões de dólares nos permite obter — a em 5 anos — tão somente esta irrisória quantia e nada mais. E esses 34 milhões de dólares ainda por cima, só poderão ser sacados se houver déficit no balanço de pagamentos, notem bem, Senhores Senadores, se o país interessado assumir a obrigação de manter saldo credor médio de 30% na sua linha de crédito o que os reduza, de 34 para 24 milhões de dólares. O Brasil aliás dispõe, em termos de votos, de apenas 8,5% do total de cada votação.

Goi esta a grande ajuda, alardeada quase como uma "graça", concedida a alguns países do "terceiro mundo".

Mas, para honra da verdade, o silêncio jamais é completo nos arraiáis da mentira, e o pequeno Equador, através a palavra do Presidente Arosemena, desafiou do côro, segundo nos informam os jornais, denunciando as taxas de juros, a exigência da compra dos materiais financeiros nos EE. UU., a preços mais elevados, e a contratação de técnicos norte-americanos a preços exorbitantes. Segundo o Presidente equatoriano, essa contratação de técnicos representa, só ela, 14% do valor dos empréstimos, e por isso é que classificou a Aliança para o Progresso como "uma das esperanças frustradas do homem latino-americano".

Discutem os países ricos uma nova moeda, e é claro que o fiziam naturalmente na defesa dos seus interesses, a França com reservas de ouro como jamais possuiu, defendendo o padrão-ouro e os EE. UU., com suas reservas bastante desfalcadas e preocupadas com o montante das reservas russas, dispostos a superar esse tradicional padrão. E bem o símbolo do mundo atual, dominado pelos adoradores dos bezerros de ouro do ouro que jaz às toneladas nos porões de Fort Knox, enquanto dois terços da

humanidade passam fome, e no Brasil morrem diariamente milhares de recém-nascidos.

É saudável a reação ao dólar como medida internacional de trocas, já que se trata de moeda interna de um país, mas seria muito melhor se reagíssemos ao dólar atacando as causas e não os efeitos. Porque o dólar em grande parte de sua força dominadora originada de todo um sistema de comércio e diplomacia — que vai do "big stick" à boa vizinhança — que compreende inclusive os aliados externos, os infelizes nacionais dos nossos países que se colocam a serviço do bezerro de ouro e alienam continuamente a sua Pátria.

O grave é que depois da guerra o FMI passou a desempenhar uma função predominante na orientação das operações financeiras internacionais, visto por instituições públicas e privadas, como o barômetro da situação econômico-financeira de cada país. Em suma, o FMI passou a dar o "sinal verde", investido portanto de autoridade política, capazes de derrubar regimes e instituir outros à sua imagem e semelhança...

E assim uma perspectiva monetarista governa o mundo, baseada em relatórios secretos, apoiada em contas de banco que muito pouco podem dizer sobre a realidade dos países emergentes, dogmática e surda às suas estruturas peculiares e incógnitas, incapaz de autocriticar-se e reconhecer que ela é, no final de contas, quem tem levado esses países a situações difíceis, que ela é a terrível divindade que zela pela perpetuidade de um jogo internacional que é um círculo vicioso.

Para os banqueiros que calcam os botões, seria interessante que contabilizassem nos seus cadastros as parcelas da deteriorização dos preços de nossas matérias-primas, a permanente insegurança que nos impede de planejar sequer a curto prazo, os acordos leoninos, os financiamentos vinculados, os juros dos juros de nossos empréstimos longevos, e por último mas não menos importante, a drenagem de capitais operada dia e noite para o exterior as muitas centenas de bombas de sucção com que o esforço do trabalhador brasileiro é transferido para outros países.

Decorridos vinte anos o Fundo Monetário Internacional pode ser considerado pelos países que o manobram como um ótimo negócio, que afinal lhes permitiu enfrentar o período da recomposição do pós-guerra e a manutenção e o reforçamento do status quo, das suas hegemonias.

Mas os países do "terceiro mundo", esses deixaram-se levar pelo zéffero pelas Missões do Fundo, deixaram-se radiografar inteiramente, e alguns seguiram à risca o seu figurino econômico, todos afinal vendo suas moedas não alcançarem jamais a sanidade tão prometida e, ao contrário, sendo dia a dia mais empobrecidos, mais subjugados à financeirização internacional. Os grandes continuaram a sacar, enquanto os continuamos a ser seqüestrados de todas as maneiras.

O pecado do Sr. Juscelino Kubitschek — que o levou também ao cadafalso das cassações — é o de ter repudiado as imposições do Fundo em 1959 e de continuar fiel ao estruturalismo, de permanecer acreditando no Brasil.

Porque o partido dos pobres morreu o preço da carne?

Porque o BIRD assim o está, como condição de um empréstimo para a expansão da produção de carne.

O Sr. Victorino Freire — Permissão V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Não sei se compreendi bem o pensamento do V. Ex.ª na parte em que V. Ex.ª declara ter havido pressão internacional no ato

de cassação do mandato do Sr. Juscelino Kubitschek. Acredito ter sido contingência política da Revolução. Não aprendi bem o pensamento do nobre colega, de que o Sr. Juscelino Kubitschek teria sido cassado por pressão também de interesse internacional. Queria um esclarecimento.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Quer V. Ex.ª que o esclareça? Tem dúvidas V. Ex.ª de que os interesses internacionais, hoje, estão postos no terreno político?

V. Ex.ª não verificou que, logo depois do Movimento de 1º de abril um embaixador norte-americano acariava a sua participação, através dos empréstimos que foram diretamente aos Governadores do Estado?

Sou um homem que não pretendo voltar ao passado. Está é um assunto que, sinceramente, não desejo reter. A História vai julgar os homens de hoje. Meu discurso é técnico, de análise. Faço, com ele, a demonstração de todo um sistema internacional. E se, por coincidência V. Ex.ª quiser, lhe cederei livro que estou escrevendo com o Senador Mário Martins, em que demonstramos que foram cassados pela Revolução homens que não tinham posição ideológica definida até, mas um sentimento nacionalista arraigado. Quase todos foram apanhados, alcançados. Esse é um estudo que estamos fazendo. V. Ex.ª terá oportunidade de ler nosso livro, em futuro próximo.

O Sr. Victorino Freire — Não estou apartando com esse fim, mesmo porque estou acompanhando o seu discurso com a maior atenção e vejo que V. Ex.ª faz crítica contundente ao ex-Ministro e Embaixador Roberto Campos, que julgo um grande brasileiro, corajoso, que enfrentou a situação mais dura, ao assumir a Pasta do Planejamento. Aguardarei para não interromper V. Ex.ª, a publicação do seu discurso, pois, talvez, mereça algumas retificações de minha parte.

Era o que eu queria contrapor ao discurso do nobre colega, com a admiração que tenho à sua inteligência e combatividade, e que não canso de exaltar.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Agradeço o aparte de V. Ex.ª e devo esclarecer que, de minha voz, salvo provocações, jamais me referirei a nomes ou farei imputações caluniosas, injuriosas, a ninguém.

Prefiro, nesta alta Casa, fazer análise do sistema, críticas globais ou específicas ao Governo. E, a essa posição, de oposição. Não gosto de me referir a nomes despegados às teses que sustento.

Quando me referi aqui, a pessoas do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, foi para provar minha tese de que essas agências do Fundo Monetário Internacional interferem, politicamente, não só no Brasil, mas nos países que estão em sua área de hegemonia.

Falava eu da liberdade do preço da carne, porque o BIRD assim o exige como condição do empréstimo para expansão da pecuária de carne. (Automática leitura)

Isso foi declarado taxativamente pelo Sr. Mac Meeken, chefe da Missão Comercial do BIRD, e publicado em livro e imprensa no dia 21 de agosto do ano passado, citando o Sr. Roberto Campos. Isso foi à televisão afirmar que a medida decorria de profunda meditação do seu laboratório de experiências econômicas. Agora estamos comprando carne no Uruguai e à Argentina...

A nossa vizinha e irmã Argentina viu "ocultarem-se" os pavilhões e investimentos a ela destinados, depois que o Presidente Illia enviou a concessão de 13 contratos assinados com grupos petrolíferos internacionais. Promovida a "reconciliação", pelos

que o derrubaram, houve o "degelo", e um arreglo com o FMI e o Banco Mundial foi o: "abre-te sésamo" para a Ford, a Du Pont, a John Deere e outros investidores.

Mas nem assim o "pêso" salvou a da moeda a degringolada. Em 1962 o valor do peso era de 83,50 por dólar, já em julho de 1964 era cotado a 138,89. O dólar ficou naquela ano estabelecido em 151 pesos e, à semelhança do que aqui ocorre, surgiu o mercado paralelo, onde mesmo era cotado a 298 pesos.

A Argentina, a Colômbia e agora o Brasil, são os exemplos clássicos da absoluta inadequação do modelo com que o FMI intervém na economia — e na política — dos países subdesenvolvidos. As outras nações que mantêm no sacrifício inútil a que o Fundo submeteu esses três países e fazem como o Uruguai.

Atravessando a mais grave crise econômico-financeira de sua história, assombrado com sérias dificuldades com dívidas externas que montam a 68 milhões de dólares, o Uruguai solicitou ao FMI um desses sofisticados "stand by". E o que aconteceu?

Extensões draconianas que, se aceitar, levariam, como levarão aquele pequeno e bravo país à estagnação absoluta e à involução econômica.

De Bretton Woods até hoje, o FMI tem sido apenas um instrumento para entorpecer a insatisfação dos povos em desenvolvimento, que nos ministraram injeções de morfina para nos rezerarmos de crises por ele mesmo provocadas injeções que viciam e degradam, tornando os doentes cada vez mais dependentes de dois ou três produtos primários de exportação, continuarmos à mercê dos manipuladores do comércio internacional e nossas moedas estarão sempre "doentes", partindo daí, iniciamos a nossa libertação econômica, pedindo aos países ricos mais decência e sinceridade.

Ainda há poucos dias soubemos que o Brasil não foi reconduzido ao Conselho Executivo do FISI — Fundo Internacional de Socorro à Infância — órgão da ONU, conhecido como UNICEF, porque o nosso Departamento Nacional da Criança não aceitou um plano de alimentos para as crianças brasileiras, no qual teríamos de pagar "royalties" pelo produto a ser fornecido, além de sermos forçados a entregar a uma grande companhia estrangeira aqui sediada por cerca de 80 mil dólares, a responsabilidade do armazenamento e transporte.

São as explicações do Diretor da quarta Departamento, Dr. Rinaldo D. Lameira, homem de mais alta responsabilidade profissional, de uma atitude que aplaudimos e sobre a qual já solicitamos informações mais esclarecedoras. Não as crianças são poupadas da fúria negociada dos que detêm grande parte das riquezas do mundo?

O episódio é uma pequena amostra das contradições que vive o Governo, como se fosse possível conciliar o nacionalismo com o entreguismo, num Ministério onde se ouvem ao mesmo tempo algumas vozes defendendo os interesses nacionais, enquanto outras fazem coro com as cassandras da alienação. Melhor e mais flagrante exemplo é o da reunião da CIAP — Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso — realizada dois dias depois da Reunião do FMI, no mesmo local, e onde o Ministro do Planejamento abraçou pontos de vista diametralmente opostos aos expostos pelo Ministro da Fazenda, subvertendo a Declaração cujo conteúdo difere da dos discursos do FMI, porque denuncia o comércio e a cooperação financeira internacionais. Esta reunião do CIAP parece ter sido encomendada para desmentir os moneta-

ristas e acentuar as contradições deste Governo.

O Ministro do Planejamento, na mesma tribuna onde o seu colega das finanças omitiu-se, demonstrou ser impossível aos países latino-americanos a formulação de qualquer programa racional de desenvolvimento sem conhecimento prévio dos montantes e formas de assistência potencialmente disponíveis. Falou S. Ex.ª mesmo em insegurança de países como o nosso para elaborar e executar programas abrangendo prazo superior a um ano! Apontando sinais de retrocesso, recomendou S. Ex.ª a adoção de uma estratégia de cooperação externa para os programas de nossos países, fundada num mínimo e sobre compromisso dos países auxiliares. Com isso o Ministro do Planejamento reconheceu a falência das soluções da Aliança e do FMI, pois sugere obviamente tal compromisso para que não fiquemos sujeitos à mudança política que o Departamento de Estado exerce através do seu poder arbitrário da conceder "ajudas".

É a técnica de nos manter humilhados, permanentemente de chapéu na mão, posição que um dos mais notáveis homens públicos deste país, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, verbalizava em brilhante e revoltado artigo de abafando: "Como deve ter doído vor a própria Pátria de chapéu na mão, na escadaria das igrejas concórdias! Sim, há um patriotismo que não renuncia à altivez. Um patriotismo que não sabe aplaudir a Operação Paí-Americana, nem a Aliança Para o Progresso, nem qualquer outra fórmula, diante seja de que país, que não passe de um gesto de solicitação ou de um apelo a generosidade alheia. O patriotismo dos que desejam ver a sua Pátria consciente de sua própria força e de suas possibilidades e recursos". E o vibrante pernambucano definia aquela Reunião em candentes palavras, como "um bando de subdesenvolvidos de um lado; e de outro, os opulentos banqueiros internacionais defendendo a bolsa e a vida contra os solicitantes obstinados. Prenderam os mendigos da cidade, comentou ele com amarga ironia, mas o que se praticou lá no luxuoso Museu de Arte Moderna foi verdadeira mendicância".

Foi por causa disso — para que os moços não protestassem pacificamente contra essa mendicância internacional — que se montou no Rio de Janeiro um vergonhoso aparato político e bélico, foi por causa dessa farça que prenderam estudantes, mostrando mais uma vez que a polícia preventiva funciona quando se trata de problema político. Financiam-se, o a larga, os batalhões estudantis, é em meio à Aliança para o Progresso e ao Ponto IV, sob a mesma rubrica de "auxílio para o desenvolvimento", vem "técnicos" em dispersão de multidões, para adestrar as nossas polícias no manejo de portais de novo tipo.

O que se viu nesta Reunião? As nações colocando o debate invariavelmente sob o ângulo técnico, uma técnica que pressupõe uma situação estática para o mundo, enquanto os países do terceiro mundo não podem deixar de utilizar a linguagem política, já que as opções deles são políticas. Enfim, linguagens diferentes, perspectivas diversas, interesses distintos, uma dicotomia que deve levar os subdesenvolvidos, numa próxima Reunião, a comparecerem unidos num só bloco para fazerem a veemente e definitiva técnica dessa perspectiva unilateral.

A transição dum projeto programático a no Congresso dos EE. UU. é finalmente, a nosso ver, a ducha do água fria nos que se recusam a ser realistas, porque vai restringir as importações de nossos produtos manufaturados, num total estimado em 3

Aloysio de Carvalho



Antônio Balbino  
 Josaphat Marinho  
 Carlos Lindemberg  
 Eurico Rezende  
 Raul Giuberti  
 Paulo Torres  
 Aarão Steinbruch  
 Vasconcelos Tôrres  
 Marcelo de Alencar  
 Aurélio Vianna  
 Gilberto Marinho  
 Milton Campos  
 Benedicto Valladares  
 Nogueira da Gama  
 Carvalho Pinto  
 Lino de Mattos  
 Moura Andrade  
 José Feliciano  
 Pedro Ludovico  
 Fernando Corrêa  
 Filinton Müller  
 Bezerra Neto  
 Ney Braga  
 Adolpho Franco  
 Mello Braga  
 Celso Ramos  
 Antônio Carlos  
 Atílio Fontana  
 Guido Mondin  
 Filinto Müller

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário é o seguinte

## EXPEDIENTE

## OFÍCIOS DO MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nº 18-67-P-MC, de 3 do mês em curso — Encaminha cópia autêntica do acórdão proferido nos autos do Recurso de Mandado de Segurança nº 14.511, do Estado de São Paulo, quando foi declarada a inconstitucionalidade do art. 8º, § 3º, da Lei paulista nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952.

Nº 19-67-P-MC, de 13 do mês em curso — Encaminha cópia autêntica do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 59.979, do Estado de Pernambuco, quando foi declarada a inconstitucionalidade da Lei pernambucana nº 4.950, de 20 de dezembro de 1963.

## PARECERES

## Parecer nº 729, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (Projeto de Lei nº 500, de 1967, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1968 — Anexo 5.00.00 — Subanexo 5.07.00 — Ministério da Fazenda.

Relator: Sr. Carvalho Pinto.

1. O presente subanexo fixa em NCr\$ 3.426.237.131,00 (três bilhões quatrocentos e vinte e seis milhões novecentos e trinta e sete mil cento e trinta e um cruzeiros novos) a des-

pensa do Ministério da Fazenda, no exercício financeiro de 1968. Ora, a Lei de Meios de 1967, destinou, à mesma Secretaria de Estado, a quantia de NCr\$ 2.082.013.580,00 (dois bilhões oitenta e dois milhões treze mil quinhentos e oitenta cruzeiros novos). Verifica-se, portanto, o acréscimo de NCr\$ 1.344.863.551,00 (um bilhão trezentos e quarenta e quatro milhões oitocentos e sessenta e três mil quinhentos e cinquenta e um cruzeiros novos), em relação ao exercício de 1967. Essa majoração corresponde a NCr\$ 945.938.039 (novecentos e quarenta e cinco milhões novecentos e trinta e oito mil e trinta e nove cruzeiros novos) em Despesas Correntes, e NCr\$ 398.925.512 (trezentos e noventa e oito milhões novecentos e vinte e cinco mil quinhentos e doze cruzeiros novos) em Despesas de Capital.

2. O Orçamento da Despesa do Ministério da Fazenda, está onerado por encargos que não lhe são próprios, pois representam transferência de recursos a entidades estaduais, municipais e ao Distrito Federal, no montante de NCr\$ 2.389.786.041, assim distribuídos:

a) Transferência para a PDF — 180.259.591;

b) Para os Estados, Municípios e outros — 2.709.536.450;

Portanto, a Despesa própria do Ministério da Fazenda para 1968, inclusive a que está fixada para juros da dívida pública, fica reduzida a apenas NCr\$ 537.141.090 (quinhentos e trinta e sete milhões cento e quarenta e um mil e noventa cruzeiros novos).

3. No que se refere à classificação 5.07.22.01 cabem considerações que considero de importância. É que em virtude de a Receita própria do Distrito Federal (NCr\$ 11.340.000,00) ser inferior à Despesa (NCr\$ 373.701.027,00) está previsto, no Orçamento do Distrito Federal para o próximo exercício, significativo déficit financeiro (NCr\$ 262.361.927,00).

Na elaboração da Proposta orçamentária, as autoridades monetárias capitularam o Distrito Federal como "Órgão de Administração Indireta", consignando-lhe ajuda financeira necessária à cobertura do déficit, sob a forma de Transferências Correntes e de Capital (Subanexo do Ministério da Fazenda).

O cotejo entre os Projetos de Lei dos Meios do Distrito Federal e da União revela, entretanto, discrepância que deve ser sanada. Com efeito, a proposta orçamentária do Distrito Federal calcula em NCr\$ 262.361.927 a Receita Transferida da União, enquanto a Proposta Orçamentária da União estima em apenas NCr\$ 180.259.591 as Transferências para a Prefeitura do Distrito Federal. Na verba consignada na Proposta do Distrito Federal foi incluída a "Participação decorrente de preceitos constitucionais", NCr\$ 17.102.000, que aparece, na Proposta do Subanexo da Fazenda, integrando a verba global (NCr\$ 1.521.000.000) classificada como "Programação a cargo dos Estados, Distrito Federal e Municípios" e que resulta de dispositivos constitucionais (arts. 26 e 28, incisos e parágrafo único da Carta Magna).

17.102.000 da "Participação decorrente de preceitos constitucionais" (que a Proposta do Distrito Federal calculada seja a quota do D. F. sobre o global NCr\$ 1.521.000.000 da "Programação a cargo dos Estados, Distrito Federal e Municípios") encontra-se o total de NCr\$ 197.361.591, o que aponta a diferença a menos, para a P. D. F., de NCr\$ 65.000.336.

Como as duas propostas — tanto a do orçamento da Prefeitura, como a do União — são originárias da mesma

fonte, pois as encaminha, na forma constitucional, o Senhor Presidente da República, a discrepância constitui, sem dúvida, um equívoco na elaboração orçamentária. Sua correção se poderia operar mediante emenda, mas a autoria da mesma só poderá caber ao Executivo, face à impossibilidade constitucional de tomar o Legislativo a iniciativa de aumento da Despesa.

4. Duas emendas foram apresentadas:

a) consignando destaque na verba global de que trata o art. 91, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

b) mandando ler "5.07.22.01 — Prefeitura do Distrito Federal — Programa de Trabalho do Distrito Federal", onde se lê, "Programa de Trabalho dos Órgãos da Administração Indireta", e "transferências para Órgãos do Distrito Federal", onde se lê "Transferências para Órgãos da Administração indireta — 5.07.22.01 — Prefeitura do Distrito Federal".

Quanto à primeira emenda — proposta que foi pela própria Mesa e destinada a atender à insuficiência de recursos para despesas correntes — parece-me plenamente aceitável, uma vez que corresponde a outra semelhante, votada pela Câmara, e se enquadra em consignação própria e suficiente.

5.07.00 — MINISTÉRIO DA FAZENDA

5.07.22 — Diretoria da Despesa Pública

## EMENDA Nº 1 — F

Onde se lê:

114.2.107.2 — Disponibilidade para atender a insuficiência de Recursos para despesas correntes, inclusive provimento de cargos vagos — Fundo de Reserva Orçamentária (art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967), sendo NCr\$ 22.000.000,00 para o Poder Legislativo — Câmara dos Deputados . . . . . 200.000.000

Leia-se:

114.2.107.2 — Disponibilidade para atender a insuficiência de Recursos para despesas correntes, inclusive provimento de cargos vagos — Fundo de Reserva Orçamentária (art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967), sendo NCr\$ 33.000.000,00 para o Poder Legislativo — NCr\$ 22.000.000,00 para a Câmara dos Deputados e NCr\$ 11.000.000,00 para o Senado Federal . . . . . 200.000.000

Auro Moura Andrade  
 Gilberto Marinho  
 Cattete Pinheiro  
 Dinarte Maria

5.07.00 — MINISTÉRIO DA FAZENDA

## EMENDA Nº 2

Onde se lê:

Programa de trabalho dos órgãos de administração indireta.

5.07.22.01 — Prefeitura do Distrito Federal.

Leia-se:

5.07.22.01 — Prefeitura do Distrito Federal — Programa de trabalho

Onde se lê:

Transferências para órgãos da administração indireta.

5.07.22.01 — Prefeitura do Distrito Federal.

Leia-se:

Transferências para os órgãos do Distrito Federal

5.07.22.01 — Prefeitura do Distrito Federal.

Senador Aurélio Vianna

## Justificativa

O Distrito Federal não é órgão da administração indireta da União, e sim Unidade Administrativa.

Reza o art. 1º da Constituição Federal.

"Art. 1º O Brasil é uma República Federativa, constituída, segundo o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

O Distrito Federal é ente sui generis, pois embora não constitua um Estado ou Município, tem as prerrogativas de ambos (verbis gratia), art. 19, § 5º, da Constituição Federal.

## PARECER Nº 730, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968 — Subanexo 5.00.00 — Poder Legislativo.

Relator: Sr. Adolpho Franco

O Subanexo do Poder Legislativo fixa, para as três unidades que integram esse Poder, as seguintes dotações, para o exercício financeiro de 1968:

	NCr\$
Câmara dos Deputados . . . . .	85.701.000
Senado Federal . . . . .	42.955.000
Tribunal de Contas da União . . . . .	13.001.955



No Orçamento vigente foram esses os totais:

Câmara dos Deputados .....	53.060.000
Senado Federal .....	31.914.356
Tribunal de Contas da União .....	7.918.303

No Projeto de Orçamento para 1968, ora em exame, há, portanto, em relação ao orçamento de 1967, os aumentos abaixo, por unidade:	
Câmara dos Deputados .....	32.641.000
Senado Federal .....	11.040.644
Tribunal de Contas da União .....	5.083.632

A despesa por unidades orçamentárias e categorias econômicas está assim demonstrada:

#### DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E CATEGORIAS ECONÔMICAS

UNIDADES	DESPESAS CORRENTES						TOTAL
	CUSTEIO			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
	Pessoal	Outros Custeios	Total	Pessoal	Outras Transf.	Total	
	NCr\$	NCr\$	NCr\$	NCr\$	NCr\$	NCr\$	NCr\$
Câmara dos Deputados	45.809.000	19.130.000	62.939.000	6.662.000	300.000	6.962.000	69.901.000
Senado Federal	21.997.000	8.830.000	30.827.000	4.175.000	—	4.175.000	35.002.000
Tribunal de Contas da União	8.523.432	583.000	9.106.432	3.365.523	—	3.365.523	12.471.955
TOTAL	74.329.432	28.543.000	102.872.432	14.202.523	300.000	14.502.523	117.374.955

UNIDADES	DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
	Investimentos	Inversões Financeira	Transferências de Capital	Total	
	NCr\$	NCr\$	NCr\$	NCr\$	
Câmara dos Deputados	14.420.000	—	1.380.000	15.800.000	85.701.000
Senado Federal	7.753.000	—	200.000	7.953.000	42.955.000
Tribunal de Contas da União	530.000	—	—	530.000	13.001.955
TOTAL	22.703.000	—	1.580.000	24.283.000	141.657.955

Os acréscimos verificados seja com o pessoal, seja com o material, têm plena justificativa: o do pessoal deve-se ao aumento de vencimentos dos servidores civis e militares, extensivo aos servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União; o do material, à elevação do custo das utilidades.

Nhã Câmara dos Deputados e Anexo foi aprovado tal como foi enviado pelo Poder Executivo.

Nenhuma emenda foi, também oferecida no Senado Federal, e, desse modo, opinamos pela aprovação do projeto, chamando, porém, a atenção da Comissão de Relações para uma falha tipográfica constante da Proposta do Executivo e do orçamento da Câmara. É que, no quadro demonstrativo da Despesa por Unidades Orçamentárias e Programas o total relativo ao Tribunal de Contas foi atribuído ao Senado e o do Senado àquele Tribunal, sendo necessário, assim, fazer-se a devida correção.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Adolpho Franco, Relator. — Carlos Lindemberg. — Fernando Corrêa. — Clodomir Millet. — Bezerra Neto. — Antônio Carlos. — Jorge Ciccojuni.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente vai à publicação.

A Presidência comunica que recebeu, do Sr. Ministro do Interior, resposta ao Requerimento de Informações nº 703, de 1967, do Sr. Senador Aulo Leite; e do Sr. Ministro da

Educação e Cultura, com referência ao Requerimento de Informações número 807, de 1967, do Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

Essas respostas foram despachadas para que delas tenham ciência os requerentes.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres foram encaminhados à Mesa Requerimentos de Informações dirigidos aos Srs. Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e do Comércio, Ministro do Interior, Ministro das Minas e Energia, Ministro dos Transportes (três Requerimentos), Ministro do Trabalho e Previdência Social (dois Requerimentos), e ao Presidente da Comissão Coordenadora de Criação do Cavalão Nacional.

Os requerimentos serão, após despacho, publicados no Diário do Congresso Nacional. (Pausa.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a Mesa Requerimento de autoria do Sr. Senador Aloysio de Carvalho que será publicado após despacho da Presidência.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta Presidência recebeu Mensagem do Presidente da República agradecendo a comunicação referente ao pronunciamento

do Senado sobre a escolha do Sr. Mário Vieira Mello para o cargo de Embaixador junto à República de Gana.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Do Sr. Ministro das Relações Exteriores esta Presidência recebeu ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Do Sr. Ministro das Relações Exteriores, nos seguintes termos:

CARF-DSI-38-312.4

Em 10 de outubro de 1967.

Comemorações do 93º Aniversário do Chanceler Raul Fernandes.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que por motivo do transcurso, a 24 de outubro do corrente ano, do 90º Aniversário do Chanceler Raul Fernandes, o Senhor Presidente da República houve por bem determinar a celebração de solenidade especiais comemorativas, designando com a finalidade

de organizá-las uma Comissão Nacional, presidida honorariamente por Suas Excelências os Senhores Presidente Eurico Gaspar Dutra e João Café Filho, e executivamente por mim.

2. Em nome dos Membros da Comissão de que fazem parte ainda os Senhores: Marechal do Ar Eduardo Gomes, Ministro José Eduardo do Prado Kelly, Professor Haroldo Teixeira Valladao, Senador Milton Campos, Deputado Getúlio Barbosa de Moura, Professor Eugênio Gudin, Doutor Affonso Arinos de Mello Franco, Embaixador Gilberto Amado, Embaixador Cyro de Freitas Valle, Embaixador Mario Gibeon, Embaixador Antonio Camillo de Oliveira, Doutor Samuel Duarte, Doutor Antonio Gontijo de Carvalho, Doutor Candido Guinle de Paula Machado, Embaixador Sergio Correa da Costa e Ministro Luiz Octávio de Faria Parente de Mello, venho solicitar a adesão do Senado Federal ao programa das comemorações, para que também o Legislativo possa homenagear o grande brasileiro que, além de seus inúmeros outros títulos, foi deputado pelo Estado do Rio de Janeiro em 1899, membro da Assembleia Constituinte de 1933, Relator Geral do Projeto da Constituição votada em 1934 e Líder da maioria em 1935.

3. Levo, ainda, ao conhecimento da Vossa Excelência, para os devidos fins, que estou enviando idêntica comunicação ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — José de Magalhães Pinto.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em atenção ao ofício que acaba de ser lido, esta Presidência designa, para comporem a representação do Senado àquela comemoração, a realizar-se no dia 24 próximo, no Rio de Janeiro, os Srs. Senadores Daniel Krieger, Líder do Governo; Filinto Müller, Líder da Maioria; Aurélio Viana, Líder da Minoria; Milton Campos, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que já integra a Comissão do Poder Executivo mas acumulará a representação do Senado nessa Comissão; Benedito Valladares, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; e, para representar a Mesa, o seu 2º Vice-Presidente, Gilberto Marinho.

Designo, ainda, os representantes do Estado do Rio de Janeiro, os Srs. Senadores Vasconcelos Torres, Paulo Torres e Aarão Steinbruch, e o Sr. Senador Antônio Balbino, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Desta deliberação, a Presidência fará comunicação, em nome do Senado Federal, a Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores e a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do requerimento, de autoria do Sr. Senador Alvaro Maia.

E lido o seguinte:

#### Requerimento nº 900, do 1957

Nos termos do art. 42 do Regimento Interno, requerio 30 dias de licença para tratamento da saúde, em prorrogação.

Sala das Sessões, 17 de Outubro de 1957. — Alvaro Maia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido, será incluído na próxima Ordem do Dia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência recebeu, hoje, do Sr. Presidente da República, a Mensagem nº 713, de 19 de outubro de 1957, encaminhando

projeto para tramitação na forma estabelecida pelo art. 54, § 3º, da Constituição.

Trata-se de Projeto que dispõe o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira.

Para leitura de expediente e demais providências iniciais à tramitação da matéria, previstas no Regulamento Comum, esta Presidência convoca o Congresso para sessão conjunta, a realizar-se amanhã, sexta-feira, dia 20 de outubro, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

E, portanto, sessão que independe de quorum para votação, motivo pelo qual a convocação é feita para amanhã, uma vez que os constitucionais estabelecem que, recebida a Mensagem, deverá ser, na sequência a sua publicação, imediatamente convocado o Congresso para iniciar-se a tramitação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há oradores inscritos.

Passa-se à

#### Ordem do Dia

##### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 103, de 27 de 519-E-67 na Casa de origem, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.83 — Ministério do Exército, tendo Parecer Favorável, sob nº 716, de 1957, da Comissão de Finanças.

#### O SR. PAULO SARASATE:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Paulo Sarasate.

#### O SR. PAULO SARASATE:

(Pela ordem) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a maneira por que foi elaborado na Câmara dos Deputados, o Subanexo referente ao Ministério do Exército, deu motivo a um equívoco plenamente justificável mas que eu espero seja devidamente sanado, nesta oportunidade, pelo seu Relator, em nome da Comissão de Finanças.

As emendas ns. 1 e 2, por mim e pelo Senador Rui Palmeira apresentadas são antecipadas pela expressão "acrescente-se".

Isso deu motivo, a que o parecer do nobre colega e ilustre amigo, Senador Oscar Passos, concluiu pela sua rejeição, sob a alegativa de que, sendo emendas que importaram em aumento de despesa, necessariamente, por força de dispositivo constitucional, a espécie deve-las ser rejeitadas.

Não seria eu que, modestamente, me iniciasse agora no angulo publicitário do Direito Constitucional Positivo, que iria cometer esse grave equívoco (isso atenta à Constituição de submeter à consideração do Senado emenda que importaria em majoração de despesa prevista no Orçamento da República).

Realmente, e di positivo constitucional que trata dessa matéria é inexistente. Sucede entretanto que ocorreu um equívoco. Eu não tinha dito há pouco, quando fui à Mesa, o que considerava um equívoco, que era ao ler a emenda e ver a palavra "acrescente-se". Todavia, como do "acrescente-se" existe a expressão "Adendo A". Indo ao corpo do Orçamento, encontramos esta novidade: "para casos de emergência, oficiais e outros objetivos — não estão reproduzindo ao pé da letra porque não tenho em mãos o subanexo — inclusive o que consta do Adendo A, Importância X".

Ora, se assim é, o Adendo A não importa em aumento nenhum de despesa. É um desses muitos "incluive" que encontramos, a toda hora, no Orçamento.

Sendo assim, o acréscimo de despesas públicas ou das constantes da margem e da emenda do Sr. Senador Rui Palmeira, não importa necessariamente um aumento de um centavo no valor do Orçamento da União.

Nestes condições, como sei que foi o pensamento de um colega, solicitaria do nobre Relator, meu dileto amigo e eminente colega, Senador Oscar Passos, que se pronunciasse a respeito porque é fácil cair-se na armadilha. Como disse há pouco, eu próprio estava aqui e convencido de que errara mas, atendendo melhor para a espécie, verifico que não houve erro; a emenda não importa em aumento de despesa. É, portanto, perfeitamente condizente com as exigências constitucionais. (Muito bem!)

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra V. Exa.

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apesar de muito clara a explicação do nobre Senador Paulo Sarasate, parece-me que o Senado não deve votar o Anexo na base da sua explicação, ou de um possível parecer verbal do Relator da matéria na Comissão de Finanças. Parece-me que o Anexo deve voltar à Comissão de Finanças, para que esta se pronuncie não só sobre a emenda do Senador Paulo Sarasate como sobre a emenda do Senador Rui Palmeira e ainda, para que manifeste seu parecer, que não consta do Anexo, sobre a Emenda nº 3.

Vem para nossa decisão um parecer da Comissão de Finanças em que se declara que duas emendas são rejeitadas porque importam em aumento de despesas. Quanto à Emenda nº 3 o honrado Relator declara o seguinte:

"Apresento à Comissão a Emenda nº 3, de minha autoria, que destaca do quantitativo destinado à Fundação Osório, a quantia de NC\$ 20.000,00 para a Associação dos Ex-Combatentes de Brasília. É o nosso parecer".

Deve-se presumir que a Comissão de Finanças deu parecer favorável à emenda do honrado Relator, incluindo essa dotação no Ministério do Exército, quando nós tivemos, no Orçamento do Distrito Federal, uma cota específica para as associações com sede em Brasília e, no Orçamento da União, uma cota também destinada a Brasília. Qualquer Estado poderia mediante representante seu pleitear um destaque desta natureza, como a pleitearia, por exemplo, para a Associação dos ex-Combatentes da Bahia. Evidentemente, o Anexo é do Ministério do Exército e tivemos que dar unidade para cotas relativas a ele. Há uma do Orçamento do Distrito Federal e uma do Orçamento da União, cota para Brasília.

De modo que me antecipava a o Sr. Relator, quando a Comissão de Finanças, tendo a questão levantada pelo Sr. Senador Paulo Sarasate, Aceito o seu reconhecimento, dito mesmo por V. Exa., de não constituir aumento ou pelo menos, de não prejudicar a Constituição de 1937 mas não devemos decidir acerca da ou lenda sobre uma questão que só pode ser examinada pelo Sr. Relator e votada pela Comissão de Finanças. (Muito bem!)

#### O SR. OSCAR PASSOS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador Oscar Passos.

#### O SR. OSCAR PASSOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não tenho dúvida alguma em reconhecer que houve, realmente, um equívoco da minha parte, ao colocar as Emendas de ns. 1 e 2 do Anexo do Orçamento do Exército.

Verdade, as expressões de primeira "acrescente-se" e, da segunda "inclua-se", pareceram-me que determinavam aumento de despesas. Por esta razão, dei parecer contrário.

A explicação dada pelo eminente Senador Paulo Sarasate e pelo mim suficiente para chegar à conclusão — confesso diante do Senado — de que houve um equívoco da minha parte. Não tenho, portanto, dúvida em declarar o equívoco e dar parecer favorável, retificando assim o meu parecer. Entretanto V. Exa. e a Casa decidirão se isso pode ser feito sem ou se há necessidade de reunião da Comissão para esse caso.

Se esta reunião for necessária, requiro a V. Exa. nos termos da natureza para a realizarmos e podemos emitir novo parecer.

Quanto à minha emenda Sr. Presidente, eu me limitei a apresentá-la à Comissão. Não poderia dar parecer sobre minha própria emenda.

Tenho a impressão de que a Comissão aprovou pois ela veio com o parecer, mas, se houve nova reunião, a Comissão de Finanças opinará sobre ela. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As observações feitas, pela ordem pelo nobre Senador Paulo Sarasate, a propósito da existência de um equívoco no parecer da Comissão de Finanças sobre as emendas ns. 1 e 2; as ponderações feitas pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho, no sentido de que está existência de equívoco deve ser verificada em reunião da Comissão; a confirmação ulterior do Sr. Relator, de que, no seu entendimento, está convencido de ter incorrido em equívoco, fazem com que esta Presidência adote a seguinte decisão: a matéria está na Ordem do Dia, mas a discussão dela não tinha sido iniciada.

Deste modo, a Presidência voltará à pauta e remetê-la à Comissão de Finanças, para que a mesma se pronuncie em termos que possam permitir ao Plenário uma apreciação baseada, efetivamente, nas disposições constitucionais, já que o parecer da Comissão é conclusivo e as emendas se estão com parecer favorável, já estaria incorporadas ao projeto. Não seriam nem votadas, se não com parecer contrário, devendo ser merecido recurso, subscrito pelo Sr. Senador Paulo Sarasate para serem apreciadas pelo Plenário.

De modo que, realmente, não é possível colocar a matéria na votação. Portanto, até mesmo pela decisão do Relator, do autor das emendas, e também pelas disposições da Constituição, já que o parecer da Comissão é conclusivo e as emendas se estão com parecer favorável, já estaria incorporadas ao projeto. Não seriam nem votadas, se não com parecer contrário, devendo ser merecido recurso, subscrito pelo Sr. Senador Paulo Sarasate para serem apreciadas pelo Plenário.

Das correções que não cabe ao Plenário votar matéria sobre a qual houve recurso. De modo que só a Comissão poderá dizer em definitivo esclarecendo o seu parecer, se as emendas são de parecer favorável, e, caso contrário, não serão submetidas à votação do Plenário, salvo a existência de recurso ou se não de parecer contrário.

trário, e na mesma hipótese não serão submetidas ao Plenário.

Assim, retiro a matéria da Ordem do Dia, para que a Comissão de Finanças sobre ela novamente se pronuncie.

Será incluída em Ordem do Dia de próxima sessão.

#### O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra pela ordem o Sr. Senador.

#### O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, já que surgiu a matéria em debate, gostaria de solicitar as luzes de V. Exa., não apenas em benefício dos designios contidos nas emendas desse ou daquele Senador.

Tem sido praxe nesta Casa, na oportunidade da elaboração orçamentária, a Comissão de Finanças distribuir instruções rígidas, e nessas instruções cria-se a dimensão, isto é, a oportunidade dentro da qual os Srs. Congressistas podem operar em termos de emenda. São aquelas cotas de subvenções ordinárias e extraordinárias e aquelas outras cotas, como por exemplo Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, etc.

A Emenda do Senador Paulo Sarasate, obviamente, é extracota. Se a sua aprovação atravessar a preliminar daquela contensão, é justo Sr. Presidente, sob pena de se estabelecer aqui a figura discriminatória de Senador de 1ª classe ou de Senador de 2ª classe, que a abrangência do direito a emenda fora da cota seja total.

Assim, Sr. Presidente, peço à Mesa ou à Comissão de Finanças que, se houver o aproveitamento da emenda Paulo Sarasate, que se opere também o aproveitamento das outras emendas.

Eu, por exemplo, porque no ano passado verifiquei que os relatores aqui da Casa aprovavam emendas suas e de outros Srs. Senadores, extrapolando aquelas instruções, apresentando algumas emendas modestas, entre as quais dando recursos para serviços de água em Mucurici, Barra do São Francisco e alguns outros municípios do meu Estado.

Reconheço, Sr. Presidente, que o Colégio Militar de Fortaleza é muito importante. Mas é importante, também, a implantação de serviços de água em municípios do interior do meu Estado.

Não sei, Sr. Presidente, se V. Exa. poderá traçar uma orientação a este respeito. Mas V. Exa. anunciou, pouco antes da vinda da mensagem orçamentária da Câmara, que a Comissão de Finanças iria distribuir instruções no que diz respeito aos quantitativos e às especificações das emendas. Realizou-se, então, a presunção de que só seriam válidas as emendas que atendessem aos critérios e aos limites constantes daquelas instruções oferecidas pela Comissão de Finanças, através da nossa brilhante Assessoria Legislativa.

Mas pode perfeitamente, agora, na hipótese de ser aproveitada a emenda de Paulo Sarasate, a Comissão de Finanças rever aqueles pareceres contrários às emendas fora das cotas, para que haja um tratamento igual para Senadores que, igualmente, representam, do mesmo modo e com a mesma dedicação os interesses dos seus Estados. (Muito bem.)

#### O SR. PAULO SARASATE:

Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

#### O SR. PAULO SARASATE:

(Para contraditar — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não seria eu quem, ingressando no Senado da República depois de 26 anos de atividades parlamentares na Câmara, iria querer para mim a prerrogativa do Senador de primeira, de segunda ou de terceira classe. Eu sou de primeira, como todos os demais senadores o são.

Custa-me a crer que o Senador Eurico Rezende, que é sempre tão atento, tão observador, tão perspicaz na leitura de tudo que se escreve no Senado Federal e fora dele, custasse a crer que S. Exa. tenha caído no lapso em que acaba de incidir. Se Sua Exa. tivesse lido com um pouco mais de atenção — esta atenção que Sua Exa. dedica com toda as veras e somos testemunha disso, aos interesses do seu glorioso Espírito Santo — S. Exa. não teria feito alusão a emendas extracotas como coisa do outro mundo ou objeto de sessões espirituais.

Sr. Presidente, está bem escrito nas normas aprovadas pela Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senador Pessoa de Queiroz, porque não nos encontrávamos então naquele órgão aqui, nem eu, modesto Vice-Presidente, e nem o Presidente Arge-miro de Figueiredo, está bem escrito nas normas aprovadas, e fartamente distribuídas, porque também publicadas no Diário do Congresso, está escrito e bem escrito que três tipos de emendas poderiam ser apresentadas: 1.º) emendas de um determinado tipo de cotas. E' só tomar das normas aprovadas. ...

O Sr. Eurico Rezende — Ministério do Exército.

O SR. PAULO SARASATE — Estou falando de modo geral. V. Exas. vão-me permitir que, numa questão de ordem, o Regimento seja respeitado e os apartes não sejam proferidos.

Sr. Presidente, dizia eu que as normas gerais aprovadas são nos seguintes termos: 1º) emendas dentro de cotas; 2º) determinado tipo de emendas; 3º) emendas fora das cotas as quais merecerão pareceres individuais. Está escrito isto em letra de fôrma; está escrito isto no papel mimeografado. Logo, havia emendas dentro das cotas e havia emendas fora das cotas e, assim, ocorreu com abundância, em vários subanexos, em diferentes subanexos.

No Ministério da Guerra, portanto dentro das normas gerais, foram apresentadas não uma emenda do Senador Paulo Sarasate, mas três emendas: uma do Senador Paulo Sarasate, uma do Senador Rui Palmeira e uma do Senador Oscar Passos. Que compete à Comissão de Finanças fazer em face dessas emendas? Emitir parecer sobre elas.

Discute-se o subanexo do Ministério do Exército e, no subanexo desse Ministério não foi apresentada qualquer outra emenda, além dessas três. Que compete ao relator? Dar parecer sobre a matéria. E deu, naquela conformidade a que há pouco me referi, deu, de acordo com aquilo que lhe parecia traduzir o pensamento da própria emenda. Mas, feita a verificação, lealmente, honestamente — e nem poderia ser de outra forma — o Sr. Senador Oscar Passos emitiu, aqui, a sua retificação e a decisão de V. Exa. foi perfeitamente acôrde com a sugestão do nobre Senador pela Bahia, meu dileto amigo Sr. Aloysio de Carvalho.

Nem podia ser de outra forma. Se o Relator, embora autorizado pela Comissão, aqui corrigiu o equívoco, a volta da matéria à Comissão significará, por esse órgão técnico, a correção do mesmo equívoco.

Lamento profundamente que um companheiro e amigo do porte do Senhor Senador Eurico Rezende, valendo-se do Anexo do Ministério do Exército, pretenda, tencione, deseje fazer reparos a um parecer, que nem sei se foi dado, sobre matéria referente a abastecimento de água. Se S. Exa. realmente quer o apoio do órgão técnico, se S. Exa. quer o apoio do Senado, para a sua emenda extracota, o meu voto lhe será dado de antemão, tanto no órgão técnico como no Plenário, porque, realmente, as normas fartamente distribuídas permitiam, consentiam, determinavam que aos Senadores era lícito apresentar emendas extracotas. Está lá escrito.

Nestas condições como não se trata de normas para determinado subanexo, creio que o meu dileto amigo, Senador Eurico Rezende, me dará razão em que, não havendo outras emendas no Subanexo do Ministério do Exército, acôrde dessas três emendas terá de se pronunciar a Comissão de Finanças.

Estarei pronto a assinar qualquer recurso que, por acaso, S. Exa. e permitir apresentar, no sentido de reexame da sua emenda que, em outro Subanexo, não foi objeto de parecer favorável. No meu Subanexo do Ministério da Educação e Cultura, que relatei, pessoalmente, mais de 50 emendas extracotas foram aprovadas. E todos os Senhores Senadores que tiveram emendas visando a interesses de seus Estados — estamos aqui para defender, acima de tudo, esses interesses, só tendo portanto, que louvar a gana patriótica, a gana cívica com que o nobre Senador Eurico Rezende defende o Espírito Santo, porque, procedo da mesma maneira com relação ao Ceará — viram essas emendas aprovadas. Se houvesse mais emendas, no Subanexo do Ministério da Educação e Cultura, mais emendas eu aprovaria.

O que não me parecia justo, o que não me parecia razoável, o que não me parecia equânime, com o tratamento de igualdade que deve existir entre os Senhores Deputados e Senadores, é que, lá, na outra Casa, se distribuissem várias emendas extracotas, e ficasse o Senado tolhido no seu natural desejo de atender às reivindicações estaduais.

Por este motivo procedi assim.

Agora, no caso do Subanexo do Ministério do Exército, não há emenda alguma além dessas três. A todas três, de acôrde com o parecer retificado do Senador Oscar Passos, na Comissão, o Relator, neste instante, deu parecer favorável.

Perdôe-me o nobre Senador Eurico Rezende o calor das minhas primeiras expressões. São apenas a repercussão do calor com que S. Exa. falou. Não pretenda o nobre Colôga e Amigo ver no companheiro qualquer desejo de se colocar em situação de superioridade sobre quem quer que seja. Assim como não dou o direito de ninguém se colocar em posição superior à minha jamais tirarei a quem quer que seja, o direito de se nivelar a mim.

Muito obrigado e desculpem o calor de minhas palavras. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência vai decidir a questão de ordem.

As normas apresentadas pela Comissão de Finanças são no sentido de orientar os Srs. Senadores na apresentação de emendas que, previamente, essa Comissão informa estão dentro dos critérios constitucionais.

Entretanto, elas não significam limitação ao exercício do mandato do Senador neste assunto; o que limitará o ato do Senador será o dispositi-

vo constitucional competente, que proíbe aumento de dotações.

De outra parte, não é possível atender aquilo que solicita o nobre Senador Eurico Rezende, uma vez que a Constituição, no art. 67 § 2º, declara que os projetos da natureza do que ora se está discutindo, somente sofrerão emendas nas Comissões, cujo pronunciamento sobre as emendas, salvo se 1/3 dos membros da Casa recorrer da decisão da Comissão, será final.

Por isso, o parecer da Comissão precisa ser conclusivo e totalmente isento de qualquer dúvida: por isso, esta Presidência acolheu a questão de ordem do Sr. Senador Aloysio de Carvalho para efeito de reverter a matéria, novamente, à apreciação da Comissão de Finanças, de modo a que, totalmente isento de qualquer dúvida, possa ser votado o parecer. Há consequências muito sérias e profundas se não conduzirmos, exatamente desta maneira a elaboração do Orçamento. A emenda considerada aprovada pela Comissão não é submetida a voto no Plenário. Logo, está aprovada, e aprovado o projeto, ela, no projeto, está incorporada. De modo que não se entende possa ser votado parecer existindo dúvidas quanto à aprovação ou não de determinada emenda. E' preciso que o parecer seja, neste sentido, absolutamente acôrde, pois, da decisão da Comissão resultará que ela foi aprovada e incorporada ao projeto, ou não foi, sem que o Plenário, sobre o assunto, deliberar, salvo recurso. Mas a Constituição estabelece o recurso.

De modo que não cabe aqui pensar-se em modificações ou em recomendações de critérios à Comissão de Finanças para que ela, em virtude da aprovação de determinadas emendas, passe a aprovar outras emendas em outros Anexos.

Não cabe porque a Constituição assegura o direito de recurso. O Senador que não estiver de acôrde com o que decidiu a Comissão, terá prazo de 24 horas para recorrer da decisão. E é por esse motivo que estamos realizando sessões em que colocamos sobre a mesa, anunciando em Ordem do Dia, cada Anexo que sofreu emendas, para que os Senhores Senadores possam conhecer qual o pronunciamento da Comissão sobre as emendas e formulem o seu recurso, se assim o desejarem.

De modo que a questão se esgota na remessa deste projeto à Comissão de Finanças para que ela, reunida, dê afinal, o parecer conclusivo a respeito dessas emendas, no sentido de que os pronunciamentos foram favoráveis ou contrários, para se saber se elas estão excluídas do texto ou não incluídas.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 2:

Discussão, em turno único do Requerimento nº 893, de 1967, de autoria do Sr. Senador Leandro Meinel, no qual ele solicita a criação de uma Comissão de Senadores para comparecer à 26ª Exposição Agropecuária de Sergipe e primeira Regional compreendendo Bahia — Sergipe — Alagoas e Pernambuco, a realizar-se Aracaju, de 29 de outubro a 5 de novembro.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Esta Presidência designará os membros que deverão compor a comissão que acaba de ser constituída.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 3:

*Discussão, em turno único, do Requerimento nº 899, de 1967, de autoria do Sr. Senador João Cleofas, solicitando licença ao Senado para o desempenho de missão no exterior para a qual foi designado pelo Senhor Presidente da República.*

No expediente da sessão anterior constou a leitura do ofício do Ministro das Relações Exteriores, em que comunicava haver o Governo deliberado nomear, o Senador João Cleofas para comparecer à conferência que se realizará, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas, na F.A.O., sobre assuntos de alimentação e agricultura, em Roma, a partir de 23 de outubro até 24 de novembro do corrente ano.

Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Relações Exteriores, Senador Antônio Carlos, para dar parecer sobre a matéria.

#### O SR. ANTONIO CARLOS:

(Para emitir parecer) Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, designado pelo Senhor Presidente para dar parecer ao Requerimento nº 899, de 1967, de autoria do Sr. Senador João Cleofas, pelo qual S. Ex.<sup>a</sup> pede licença do Senado para o desempenho de missão no exterior, para o qual foi designado pelo Sr. Presidente da República, devo, inicialmente, antecipar a manifestação da Comissão de Relações Exteriores favorável ao pedido.

O Senado recebeu do Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, a comunicação da designação do Sr. Senador João Cleofas para representar o Brasil na importante Reunião da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, que se realizará em dias próximos na cidade de Roma sede daquela entidade.

É praxe e praxe salutar desta Casa atender às solicitações do Poder Executivo quando designa representante do povo para comporem as delegações do nosso País a conclave internacional. No caso no entanto, Senhor Presidente, a designação do nobre Senador João Cleofas tem especial significado.

Um dos frutos mais importantes da Organização das Nações Unidas, constituída em 1945, em São Francisco na Califórnia, que, em um completo vinte e três anos de defesa da paz e da harmonia universais, foi justamente, a instituição de uma entidade que se dedicasse a estudos, pesquisas e fomento de todas as atividades ligadas à agricultura e à alimentação.

A F. A. O. e a UNESCO são órgãos das Nações Unidas que já prestaram ao mundo inúmeros serviços. A UNESCO, sediada em Paris, e a FAO, em Roma, realizam periodicamente reuniões assembleias gerais e sessões dos seus Conselhos a que comparecem representantes de todos os países que compõem a ONU.

O Sr. Senador João Cleofas tem muito o que dizer e há de prestar uma valiosíssima colaboração à reunião que se realizará em Roma, pois que sou testemunha do interesse, da atenção e da dedicação de S. Ex.<sup>a</sup> para com a FAO quando, exemplar-

mente, exerceu a Paria dos negócios da Agricultura em nosso País.

A FAO estava, então, dando seus primeiros passos durante a gestão do Sr. Ministro Novaes Filho, realizara as primeiras reuniões de exposição, e logo em seguida, em 1951, 1952 até 1954 a FAO adotara meios e modos para poder cumprir o seu primeiro programa de atuação.

O representante do Ministério no Conselho da FAO, designado pelo Ministro João Cleofas, durante o Governo do saudoso Presidente Getúlio Vargas, não foi outro senão o Engenheiro-Agrônomo João Gonçalves de Souza, hoje Diretor de um dos Departamentos mais importantes da Organização dos Estados Americanos, ex-Superintendente-Geral da SUDENE e, naquela época, modesto engenheiro agrônomo dos quadros do Ministério da Agricultura. Já pela escolha deste funcionário, que depois cumpriu carreira tão brilhante, chegando não só a Superintendente da SUDENE, a Diretor de um dos mais importantes organismos dos Estados Americanos, como também Ministro de Estado do Interior e Organismos Regionais, pode-se ter uma idéia da atenção que o então Ministro João Cleofas dedicou à FAO, órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

Por outro lado, foi ainda durante sua gestão que a FAO iniciou o inquérito florestal em nosso País. Uma das primeiras missões da FAO foi fazer esse inventário florestal e o Senhor Ministro João Cleofas, que tinha em seu Gabinete um assessor especialmente dedicado aos problemas da Amazônia, entendeu que, esse inquérito, de importância transcendental para a economia brasileira e para a defesa de uma das maiores riquezas naturais deste País, que é a floresta, deveria começar pela Amazônia.

Mais tarde, esse trabalho se estendeu a outras regiões brasileiras e chegou ao sul do País, tendo sido feito um estudo sobre a araucária — o pinheiro do Paraná. — Outras atividades como esta, que foi pioneira, a FAO realizou durante a gestão do Senhor João Cleofas no Ministério da Agricultura. O representante do Ministério junto àquela organização internacional foi também o secretário executivo da Comissão Nacional de Política Agrária, organismo que elaborou, entre outros, o projeto, mais tarde transformado em lei do Serviço Social Rural, que foi a *cellula mater* do Instituto Nacional de Imigração e Colonização hoje transformado em dois grandes órgãos da administração brasileira: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Lá também se fez o primeiro projeto regulando os arrendamentos rurais. Enfim, os primeiros passos para se criar, no Brasil, o instrumental necessário à reforma agrária, nasceram da Comissão Nacional de Política Agrária, criada pelo Ministro João Cleofas, e que tinha, na Secretaria Executiva, o representante do Ministério nesse organismo.

Acredito, assim, Sr. Presidente, que, fugindo um pouco à praxe do Senado, mas dando o necessário testemunho a esta Casa, justifiquei plenamente o voto favorável, o parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores ao pedido para que o Sr. Senador João Cleofas represente o Brasil no Congresso que a FAO irá efetuar, dentro em pouco, na cidade de Roma. (Fim do texto)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do ofício do Sr. Ministro das Relações Exteriores.

#### E' lido o seguinte OFÍCIO:

Do Ministro das Relações Exteriores.

Em 17 de outubro de 1967

G/SRC/DOA/39,650.18(04)

Conferência da FAO.

Designação de Delegado.

Sr. Primeiro Secretário:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> haver o Sr. Presidente da República assinado hoje decreto designando o Senador João Cleofas para integrar, como Delegado, a Delegação do Brasil à XIV Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a realizar-se em Roma de 23 de outubro a 24 de novembro de 1967.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — José de Magalhães Pinto.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento do Sr. Senador João Cleofas solicita autorização do Senado para aceitar a missão para que foi designado pelo Poder Executivo, qual seja a de integrar, como delegado, a Delegação Brasileira na 14ª Conferência da ONU para Alimentação e Agricultura.

O parecer da Comissão de Relações Exteriores é favorável.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O Senado autoriza a Sr. Senador João Cleofas a aceitar a missão.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 21 horas e 30 minutos, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1967 (nº 3.908-B-66, na Casa de origem), que dá nova redação ao Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal (Prisão Preventiva), tendo Parecer Favorável, sob o nº 720, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.04 — Ministério das Comunicações, tendo Parecer, sob número 723, de 1967, da Comissão: — De Finanças favorável ao subanexo, às emendas de ns. 1 a 12, 15 e 16 e favorável em parte às de ns. 13 e 14. Decurso de prazo de 24 horas para recurso previsto no art. 67 § 2º, da Constituição.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

#### ATA DA 168ª SESSÃO, EM 19 DE OUTUBRO DE 1967,

(Extraordinária)

#### PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 21 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Flavio Brito  
Edmundo Levi  
Milton Trindade  
Cattete Pinheiro  
Moura Palha  
Clodomir Millet  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
Menezes Pimentel  
Paulo Sarasate  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Vilela  
Leandro Maciel  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindemberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Tôrres  
Marcello de Alencar  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Benedito Valladares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade

José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondin  
Daniel Krieger

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Há número regimental, declarou aberta a sessão. Vai ser lida a ata.



O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte.

## EXPEDIENTE

## PARECERES

Parecer nº 731, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1967 (número 32-A-67 — Câmara), que mantém decisão do Tribunal de Contas, contrária a termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Gaioso e Almenara.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

## PARECER DO RELATOR

Em sua sessão de 26 de outubro de 1964, o Tribunal de Contas da União, tendo presente, encaminhados pelo Departamento do Ministério da Agricultura, cópias do termo de contrato de cooperação celebrado em 9 de outubro de 1952, entre o Governo Federal e a firma Irmãos Gaioso e Almenara, para financiamento das obras destinadas à instalação de um sistema de irrigação das terras de sua propriedade, denominada "Mecruoca", situada no Município de José de Freitas, Estado do Piauí, na forma prevista no Decreto-lei nº 1.498, de 9 de agosto de 1939, recusou registro ao aludido termo, por ser aditivo a contrato com registro já denegado e remetido ao Congresso Nacional, na conformidade do § 1º, do art. 77, da Constituição de 1946.

2. Enviada a recusa ao aditivo ao Congresso Nacional foi a mesma confirmada pela Câmara dos Deputados, através do presente Decreto Legislativo, de vez que a decisão anterior, denegatória ao registro do contrato principal, houvera sido confirmada pelo Decreto Legislativo nº 16, de 26 de agosto de 1960.

3. Nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo, pois estando em vigor o Decreto Legislativo que confirmou a recusa de registro ao contrato principal, não vemos como se deva dar curso e apoio ao mero acessório. Brasília, 11 de outubro de 1967. — Senador Bezerra Neto.

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, conhecendo do Parecer do Relator, manifesta-se pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1967.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Clóvis de Carvalho. — Rui Palmela. — Wilson Gonçalves. — Petrônio Portela. — Antônio Balbino. — Japhat Marinho.

Parecer nº 732, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 42, de 1967 (nº 32-A-67, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, contrária a termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Gaioso e Almenara.

Relator: Sr. Adolfo Franco.

O presente Projeto de Decreto Legislativo, apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara Federal, mantém decisão do Tribunal de Contas da União contrária a termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Gaioso e Almenara.

O contrato primitivo, do qual é aditivo o que trata o presente projeto, celebrado entre o Ministério da Agricultura e os Irmãos Gaioso e Almenara para regular, na forma do Decreto-lei nº 1.498, de 9 de agosto

de 1939, o fornecimento de materiais de irrigação, teve o seu registro recusado pelo Tribunal de Contas da União, cuja decisão foi mantida pelo Decreto Legislativo nº 16, de 26 de agosto de 1960.

Em se tratando de ato denegatório de registro de contrato, por ser aditivo a outro, também denegado, esta Comissão de Finanças conhecendo do assunto e julgando procedente o Projeto de Decreto Legislativo em apêço, opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Adolpho Franco, Relator. — Fernando Corrêa. — Clodomir Millet. — Carvalho Pinto. — Bezerra Neto. — Antônio Carlos. — Carlos Lindemberg.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos. (Pausa.)

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei, da Câmara número 104, de 1967 (nº 3.908-B-66, na Casa de origem), que dá nova redação ao Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal (Prisão Preventiva), tendo Parecer Favorável, sob o nº 720, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 104, de 1967

(Nº: 3.908-B-66, na Câmara)

Dá nova redação ao Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), passa a ter a seguinte redação:

## "CAPÍTULO III

## Da Prisão Preventiva

Art. 311. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria.

Art. 313. A prisão preventiva poderá ser decretada:

I — nos crimes inafiançáveis;

II — nos crimes afiançáveis, quando se apurar no processo que o indiciado é vadio ou quando, havendo dúvida sobre a sua identidade, não

fornecer ou indicar elementos suficientes para esclarecê-la;

III — nos crimes dolosos, embora afiançáveis, quando o réu tiver sido condenado por crime da mesma natureza, em sentença transitada em julgado.

Art. 314. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o Juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições do art. 19, números I, II ou III, do Código Penal.

Art. 315. O despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva será sempre fundamentado.

Art. 316. O Juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivos para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem."

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.04 — Ministério das Comunicações, tendo

Parecer, sob nº 723, de 1967, da Comissão:

— de Finanças, favorável ao subanexo, às emendas de ns. 1 a 12, 15 e 16, contrário às demais e favoráveis em parte às de números 13 e 14. A matéria ficará sobre a Mesa por 24 horas, para recurso previsto no art. 67, § 2º, da Constituição.

## O SR. ANTÔNIO CARLOS:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

## O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

## O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, fui o Relator da matéria na Comissão de Finanças. Devo esclarecer a V. Ex. e à Casa que, ao Anexo do Ministério das Comunicações, foram apresentadas 16 emendas.

Del parecer favorável às Emendas nº 1 a 12 e 15 e 16, e parecer favorável, em parte, às de nº 13 e 14. Estas duas emendas se aprovadas, na forma da apresentação provocariam aumento de despesa. De modo que não houve parecer contrário a nenhuma emenda, porque as 16 emendas foram assim relatadas: duas com parecer favorável, em parte; as demais com parecer favorável pura e simplesmente.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O esclarecimento prestado pelo Sr. Senador Antônio Carlos, relator da matéria, foi oportuno, porquanto houve mesmo equívoco da Presidência.

O parecer da Comissão de Finanças foi favorável às Emendas nº 1 a 12, 15 e 16; favorável, em parte, às de nº 13 e 14 a elas portanto, contrário em parte. Eram 16 emendas e são todas quantas foram anunciadas.

Inicia-se pois, nesta sessão, o prazo para o recurso previsto no art. 67, § 2º da Constituição.

A Presidência toma conhecimento de que a Comissão de Finanças enviou à Secretaria da Presidência matéria de natureza orçamentária, que deverá ser objeto de deliberação da Casa.

Vou suspender a sessão, por alguns instantes, até que possa examinar a matéria enviada pela Comissão de Fi-

nanças e verificar a necessidade de convocar nova sessão extraordinária ainda hoje.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 22 horas e 15 minutos e reaberta às 22 horas e 50 minutos).

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Convoco os Srs. Senadores para nova sessão extraordinária, às 23 horas, com a seguinte.

## ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 81, de 1967, de autoria da Comissão Diretora que apresenta José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Herculanu Ruy Yaz Carneiro, Vice-Diretor-Geral Legislativo, símbolo PL-0, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário-Geral da Presidência símbolo PL.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 84, de 1967 (de autoria da Comissão Diretora), que exonera, a pedido, Myriam Guirã Mello Oficial Bibliotecário, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.13 — Ministério das Relações Exteriores, tendo Parecer, sob nº 717, de 1967, da Comissão: de Finanças favorável ao Subanexo e apresentando a emenda nº 1-R, e favorável em parte à emenda nº 2-R.

Decurso de prazo de 24 horas para recurso previsto no art. 67 § 2º da Constituição.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 55 minutos).

## ATA DA 169ª SESSÃO, EM 19 DE OUTUBRO DE 1967.

## Extraordinária

## PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 23 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.

José Guimard.

Oscar Passos.

Flávio Brito.

Milton Trindade.

Cattete Pinheiro.

Moura Palha.

Clodomir Millet.

Sebastião Archer.

Victorine Freire.

Petrônio Portela.

Menezes Pimentel.

Paulo Sarasate.

Wilson Gonçalves.

Duarte Filho.

Dinarte Mariz.

Ruy Carneiro.

Argemiro de Figueiredo.]

Domício Gondim,

João Cleofas.  
Teotônio Vilela  
Leandro Maciel.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Paulo Torres.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Torres.  
Marcello de Alencar.

Aurélio Vianna.  
Gilberto Marinho  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Carvalho Pinto.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Fernando Corrêa.  
Filinto Müller.  
Bezerra Neto.  
Ney Braga.  
Adolpho Franco.  
Mello Braga.  
Celso Ramos.  
Antônio Carlo.  
Attilio Fontana.  
Guido Mondim.  
Daniel Krieger.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

Ofício nº 822 de 12 do mês em curso, designando o Sr. José Fernandes Ribeiro, para acompanhar a tramitação dos projetos relacionados com assuntos compreendidos na esfera das atribuições do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.

Ofício — Do Senhor Presidente do Parlamento Latinoamericano, nos seguintes termos:

#### PARLAMENTO LATINO-AMERICANO

Brasília, DF., em 11 de outubro de 1967.

Na qualidade de Presidente do Parlamento Latinoamericano, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em cumprimento ao deliberado na II Assembleia Ordinária realizada em Montevideo, em abril último, a Comissão Permanente de Integração Econômica e Social reunirá-se na cidade de Quito, Capital do Equador, no dia 15 de dezembro do corrente ano.

Tenho ainda o prazer de fazer chegar a Vossa Excelência, em anexo, um quadro geral da composição da referida Comissão.

Solicitado, assim, a designação do Sr. Wilson Gonçalves para que, como membro Permanente da Comissão, possa comparecer à Reunião preparatória para o Equador.

Vou a Vossa Excelência os projetos de ata e alta considero. — (Moura Andrade, Presidente).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente de publicação.

#### COMISSÃO DO DTA

##### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 81, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que exonera José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro-a encerrada. Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados (Pausa).

Está aprovado.

O projeto volta à Comissão Diretora para redação final.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Item 2:

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 84, de 1967 (de autoria da Comissão Diretora), que exonera, a pedido, Myriam Gurjão Mello, Oficial Bibliotecário, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Em discussão o projeto (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada. Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

Volta à Comissão Diretora para redação final.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 3.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Herculano Ruy Vaz Carneiro, Vice-Diretor Geral Legislativo, símbolo PL-0, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Geral da Presidência, símbolo PL.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto de resolução, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

O projeto volta à Comissão Diretora para redação final.

#### O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, quero que fique consignada na Ata a expressão da minha satisfação por ver alcançado o lugar de Secretário-Geral da Presidência um funcionário de tão brilhante tradição de trabalho e de cultura nesta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — E com intensa satisfação, porque plenamente em concordância com as palavras do eminente Senador Aloysio de Carvalho, que esta Presidência, em seu nome e no da Comissão Diretora, cordalmente sugere a S. Excelência no sentido da consignação, em Ata, de um voto congratulatório pela aprovação da nomeação, para secretário Geral da Presidência, do ilustre e eficiente funcionário desta Casa, Herculano Ruy Vaz Carneiro.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 4:

Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Recita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.13 — Ministério das Relações Exteriores, tendo Parágrafo nº 717, de 1967, da Comissão dos Finanças, favorável ao Subanexo e apresentando a emenda nº 1-R, e favorável em parte à emenda nº 2-R.

A matéria fica sobre a mesa, pelo prazo de 24 horas, para recurso previsto no art. 67 § 2º, da Constituição.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de Requerimento de despesa de publicação para imediata discussão.

E' lido e aprovado o seguinte

#### Requerimento nº 901, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315 do Regimento Interno, requerimento de dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1967.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1967. — Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, passa-se à imediata discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que exonera José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Nenhum Sr. Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados (Pausa).

Aprovada. O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

#### Parecer nº 733, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1967, que exonera, por invalidez, José Martins de Moraes Auxiliar de Limpeza, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO

Nº DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, de acordo com o artigo 100, item I, letra b, da Constituição Federal, combinado com os artigos 341 item III e 319, § 4º da Resolução nº 6, de 1960, mais o artigo 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Auxiliar de Limpeza, PL 11 do Quadro da Secretaria do Senado Federal José Martins de Moraes.

Sala da Comissão Diretora, em 19 de outubro de 1967. — Auro Moura Andrade — Camilo Nogueira da Gama. — Gilberto Marinho. — Edmundo Levi. — Cattete Pinheiro. — Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de outro Requerimento de dispensa de publicação.

E' lido e aprovado o seguinte

#### Requerimento nº 902 de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerimento de dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1967.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1967. — Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência do deliberado pela Casa, passa-se à imediata discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1967 (de autoria da Comissão Diretora), que exonera, a pedido, Myriam Gurjão Mello, Oficial Bibliotecário PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão a redação final do Projeto nº 84-67.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

#### Parecer nº 734, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1967, que exonera, a pedido, Myriam Gurjão Mello, Oficial Bibliotecário, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº ....., DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E exonera, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c item 2, do Regimento Interno, de cargo de Oficial Bibliotecário, PL-5 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Myriam Gurjão Mello, a partir de 3 de outubro.

Sala da Comissão Diretora, em 19 de outubro de 1967. — Auro Moura Andrade — Camilo Nogueira da Gama — Dinarte Mariz — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento de dispensa de publicação.

E' lido e aprovado o seguinte

#### Requerimento nº 903, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerimento de dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 82 de 1967.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1967. — Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência da deliberação do Plenário, passa-se à imediata discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 82, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Herculano Ruy

Vaz Carneiro, Vice-Diretor-Geral Legislativo, símbolo PL-0, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário-Geral da Presidência, símbolo PL.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1967.

Se nenhum Sr. Senador deseja usar da palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

#### Parecer nº 735, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1967, que nomeia Ruy Vaz Carneiro, Vice-Diretor-Geral Legislativo, símbolo PL-0, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário-Geral da Presidência, símbolo PL.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1967, nos seguintes termos:

#### RESOLUÇÃO Nº ....., DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, nos termos do art. 85, alínea c, nº 2, do Regimento Interno (Resolução nº 2, de 1959, alterada pela Resolução nº 3, de 1963), combinado com o art. 75, item II, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento em comissão, de Secretário-Geral da Presidência, símbolo PL, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Vice-Diretor-Geral Legislativo, PL-0, Hetculano Ruy Vaz Carneiro.

Sala da Comissão Diretora, em 19 de outubro de 1967. — Auro Moura Andrade — Camillo Nogueira da Gama — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Guido Gondin.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a Ordem do Dia. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Senhores Senadores para nova sessão extraordinária, amanhã, às 11 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967, na parte referente ao Anexo nº 5 — Poder Executivo — Subanexo 5.07 — Ministério da Fazenda, tendo Parecer, sob nº 729, de 1967, da Comissão de Finanças, favorável ao subanexo, e às emendas de ns. 1 e 2.

Decurso de prazo de 24 horas para recurso previsto no artigo 67 § 2º da Constituição.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 37-A-67, na Casa de origem), que aprova o Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas), e restitua a vigência do art. 33 da Lei nº 4.118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares. Parecer Favorável, sob nº 719, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1967 (de autoria da Comissão Diretora), que aposenta Dulce Barbosa da Cruz, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 23 horas e 20 minutos.

O Senhor Senador Filinto Müller declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senador Pedro Ludovico e Deputado Rachid Mamed, passando a presidência ao Presidente eleito.

Assumindo a presidência, o Senhor Senador Pedro Ludovico agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão elegendo-o Presidente deste órgão. Tendo que se ausentar por motivo de compromisso anterior, manifestei, o Senhor Senador Pedro Ludovico passa a Presidência ao Senhor Deputado Rachid Mamed, Vice-Presidente, que apresenta seus agradecimentos pela escolha do seu nome para tão alto cargo.

Prosseguindo, o Deputado Rachid Mamed lê as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão que, submetidas a votação, são aprovadas por unanimidade.

De acordo com as Normas acima citadas, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da presidência, designa o Relator da matéria o Deputado João Roma, que agradece a confiança e promete empregar o melhor dos seus esforços para cumprir a missão que lhe foi confiada.

O Senhor Presidente, de acordo com o Senhor Relator, determina que a próxima reunião da Comissão, para apreciar o parecer, será no dia 7 de novembro, às 16 horas na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Branco, Oficial Legislativo, PL-5, a presente ata que, depois de lida e aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes à reunião. — Filinto Müller — Fernando Corrêa — José Feliciano — José Guomard — Carlos Lindenberg — Bezerra Neto — Marcello de Alencar — Adalberto Sena — Pedro Ludovico — Lisboa Machado — João Roma — Manoel de Almeida — Rachid Mamed — Celestino Filho — Feliciano Figueiredo — Antônio Magalhães.

ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIÃO. REALIZADA NO DIA 10.10.67, ÀS 16,30 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão. É o seguinte o texto das normas disciplinadoras aprovadas:

Art. 1º. Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderia ser indicado o parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º. O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º. Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das

emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º. Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º. A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva importância.

Art. 6º. Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º. A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º. Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º. As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º. Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º. Os prazos para suscitação, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º. As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque da emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 3º, 5º e 6º destas Normas.

Art. 12. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "k" do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15. As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### ATOS DO 1.º SECRETÁRIO

#### PORTARIA Nº 68, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "J", nº 2 do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve:

Designar para o Gabinete do Vice-Líder do Governo os seguintes funcionários:

Auxiliar — Mauricio Hermano de Paula Abrahão Auxiliar de Secretaria, PL-11.

Continuo — Antônio Luiz da Rocha, Adjunto de Porteiro, PL-7.

Secretaria do Senado Federal, em 18 de outubro de 1967. — Dinarte Maria, 1º Secretário.

Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN) que Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

PRIMEIRA REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1967

#### Instalação

As 16,30 horas do dia 19 de outubro de 1967, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller, Fernando Corrêa,

José Feliciano, José Guomard, Carlos Lindenberg, Bezerra Neto, Marcello de Alencar, Adalberto Sena e Pedro Ludovico e os Senhores Deputados Lisboa Machado, João Roma, Manuel de Almeida, Rachid Mamed, Celestino Filho, Feliciano Figueiredo e Antônio Magalhães, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 13-67 (C.N.) — Uria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências. Deixam de comparecer os Senhores Celso Ramos e Clodomir Millet e os Senhores Deputados Ruy Almeida Barbosa, Benedito Ferreira, Vight Rodado e Wilson Martins.

De acordo com o artigo 32 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Filinto Müller, que declara instalados os trabalhos anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, no escrutínio secreto, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Deputado Manuel de Almeida.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	Votos:
Senador Pedro Ludovico .....	15
Senador Bezerra Neto .....	1
Para Vice-Presidente:	
Deputado Rachid Mamed ....	16

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas Normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1967. — Deputado **Rachid Mamede**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência. — Deputado **João Roma**, Relator.

**COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 13, DE 1967 (CN), QUE "CRIA A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SUDECO) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador **Pedro Ludovico**.

Vice-Presidente: Deputado **Rachid Mamede**.

Relator: Deputado **João Roma**.

#### ARENA

##### Senadores

1. Filinto Múller
2. Fernando Corrêa
3. José Feliciano
4. José Guionard
5. Carlos Lindenberg
6. Celso Ramos
7. Clodomir Millet

##### Deputados

1. Ruy Almeida Barbosa
2. Benedito Ferreira
3. Lisboa Machado
4. João Roma
5. Manoel de Almeida
6. Vingth Rosado
7. Rachid Mamede

#### MDB

##### Senadores

1. Bezerra Neto
2. Marcelo de Alencar
3. Adalberto Sena
4. Pedro Ludovico

##### Deputados

1. Celestino Filho
2. Wilson Martins
3. Feliciano Figueiredo
4. Antônio Magalhães

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

*Ata da septuagésima quinta reunião ordinária, realizada em 23 de setembro de 1967.*

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Srs. Anís Badra, Armando Corrêa, Ivar Selcânia, Pastos Pôrto, Catete Pinheiro, Jandu Carneiro, Henrique La Rocque e Diogo Cardoso, sob a Presidência do Mosenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Sr. Presidente apresenta cartas dos Bartos Indústria e Comércio

#### CALENDÁRIO

Dia 18.10 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 19.10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 20, 23, 24, 25 e 26 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 7.11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16.00 horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 9.11 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 10.11 — Publicação do parecer; e

Dia 21.11 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21.30 horas.

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal — Telefone: 2-4333, Ramais 244 e 247.

#### Ordem

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 21 (vinte), 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) de outubro.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8.00 (oito) às 19.00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional.

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 26, às 19.00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, constante do parágrafo único do artigo 3º das normas para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 7 (sete) de novembro, às 16.00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 19 de outubro de 1967. — Senador **Pedro Ludovico** Presidente.

#### LOCAL DE FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DA SECRETARIA DA COMISSÃO

Diretoria das Comissões.

Seção de Comissões Mistas.

11º andar, do Anexo do Senado. Telefone: 2-4333 — Ramais 244 e 247.

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão.

de Santa Catarina S.A., de Minas Gerais S.A. e União de Bancos Brasileiros S.A., as quais solicitam que o Instituto faça depósitos nos mesmos. O Conselho concorda, estabelecendo que os depósitos serão da NCR, 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos) em cada banco citado logo que haja disponibilidade. Em conclusão, o Sr. Armando Corrêa relata os processos de averbação de mandato estadual, apresentados fora do prazo previsto em lei, o qual emite o seguinte parecer: que é aprovada a unilateralidade: "Relatório — O Deputado Raimundo Brito e mais colegas solicitam a este Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) contagem de tempo de mandato estadual para os efeitos legais. Anexados todos os pedidos formando um processo, visto tratar-se de matéria de

natureza idêntica, foi a mim distribuído. Parecer: — Preliminarmente: 1 — Somos de parecer que, preliminarmente, o Conselho deste IPC não deve tomar conhecimento dos pedidos, em face de que taxativamente esta lei do § 4º do art. 1º da Lei número 4.937, de 18 de março de 1967 que alterou dispositivos da Lei número 4.284, de 20 de novembro de 1963. Dizendo a mencionada Lei, no § 3º do art. 1º, que "a requerimento de parlamentar e ex-parlamentar será computado, para todos os efeitos legais, o tempo em que o Congresso tenha exercido mandato estadual, até o máximo de 3 (três) anos" no estado a 4º do mesmo art. 1º determinou que "para o imediato efeito de concessão do 3º deste artigo (art. 1º) deverá o interessado recolher as contribuições devidas, em 8 (oito) prestações mensais, na base do subsídio federal vigente à época em que entrou em vigor a lei que criou o "IPC" preterindo esse direito no prazo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação desta lei, caso não seja preterido pelo interessado". Esse mesmo prazo de prescrição está previsto no § 1º do art. 21 do Regulamento do IPC. II — Ora, no caso de *subjudice* os senhores parlamentares decidiram obter o prazo de seis meses, a partir da publicação da Lei nº 4.937, de 18 de março de 1967, e somente depois de vencido esse prazo é que se limitaram de solicitar os favores contidos no § 4º do art. 1º e § 1º do art. 21, do Regulamento do IPC. A lei não ampara aqueles que dormem e o direito de prescrição, por isso, mesmo, antiga como o próprio Direito, la está contida no Código Civil, Comercial e Penal de todos os países do mundo. E nunca será demais acrescentar que mais de dois terços dos pleiteantes reconhecem a prescrição de seus direitos e pedem os favores da lei por *equidade*. Outro motivo para se fazer lembrar que a equidade não pode ter força de lei, quando esta tem a forma taxativa do § 4º do art. 1º da Lei nº 4.937 de 18 de março de 1967. III — Pelos motivos acima demonstrados, somos de parecer que o Conselho do IPC *preliminarmente* não tome conhecimento dos pedidos diante a prescrição de direito. E' o nosso parecer. Armando Corrêa — Relator". A seguir, trata-se do requerimento de Samuel Teitel, que pede para regularizar a sua situação junto ao Instituto, tendo em vista que a sua inscrição foi deferida, mas devido a circunstâncias especiais que culminam com a sua demissão dos quadros da Secretaria da Câmara dos Deputados, não chegou a descominar nenhuma contribuição. O Conselho deliberou deferir o atual requerimento. E' o que, passar em julgamento a sentença de sua demissão, poderá ser reexaminado o assunto. Prosseguido, o Sr. Henrique La Rocque relata com parecer favorável, o requerimento do Sr. Ministro Paulo Fernandes, o qual recorreu da decisão que lhe negou direito a percepção de pensão, enquanto estiver no exercício do cargo de Ministro. Posta em discussão a matéria, o Sr. Presidente lê o ofício do Sr. Doutor Pedro Alcino em resposta a sua solicitação, no qual aquele jurista declara: "O que se pretende com o artigo 9º da Lei nº 4.937-63 é exonerar o Instituto de Previdência dos Congressistas do pagamento de pensão, sempre que o beneficiário estiver recebendo remuneração no exercício de mandato ou de cargo honorariamente indicados naquele dispositivo". A seguir, o Sr. Presidente põe em votação o parecer do Relator. O resultado é o empate e se decide pelo Presidente, o qual emite o voto adiante transcrito, que passa a ser a decisão do Conselho: "Nos termos do art. 14 letra b, de Lei nº 4.284-63 cabe ao Presidente desempatar a presente votação. Reza o art. 9º da Lei número 4.937-63: "Sempre que o beneficiário se investir em mandato legislativo ou

cargo eletivo político remunerado, bem como em cargos de ministro, presidente de autarquia e de sociedade de economia mista, perderá o direito ao recebimento da pensão durante o exercício do mandato ou cargo". A expressão *ministro*, desacompanhada de restritivo, é genérica, abrangendo, em consequência, todas as espécies de "ministros". O argumento avulso, se considerarmos que o Legislador, e começar do Senado, suprimiu as palavras "de Estado", continua no texto sugerido pelo Conselho. O argumento relativo à temporariedade das funções ou cargos de Ministros de Estado e Presidentes de autarquias, e.c. é especioso, mas resalta inválido, ao primeiro exame. A lei não cuida de cargo ou função, mas do *seu exercício*, que é COISA BEM DIFERENTE. Esse exercício é aí, como nos cargos dos outros Ministros, sempre *temporário e transitório*, tenha breve ou longa duração, *termine pela exoneração ou pela aposentadoria*. Vale ainda notar que a Lei anterior, 4.284-63, art. 23, suspendia a pensão durante o *exercício do mandato ou do cargo público*, qualquer que ele fosse. A Lei posterior, 4.937-66, restringiu a suspensão ou perda da pensão a mandatos e a certos cargos que ofereçam uma remuneração razoável e suficiente. O Instituto tem por finalidade amparar os necessitados, ou que, não têm cargo, ou, ainda, os que o têm, mas de remuneração modesta, insuficiente para a manutenção condigna. Já é liberal a acumulação da pensão com quaisquer outras ou proventos (Lei nº 4.284-63) e aquela com os vencimentos de cargos mais modestos. Não há negar que no caso em apreço se trata de pessoas que recebem remuneração apreciável. O parecer de eminente jurista — Pedro Aleixo é claro, elucidativo, e mais robusteceu minha convicção contrária ao deferimento. Por outro lado, deve-se ter sempre presente a estabilidade e a segurança do Instituto de Previdência dos Congressistas, que segundo o relatório do atuario, apresentado o ano passado, podem perigar se forem criadas novas concessões ou liberalidades. As precauções nesse campo visam mesmo e principalmente a preservar o patrimônio de amparo de velhos, e dos órfãos e viúvas dos próprios interessados. O Instituto já despende NCR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) mensais com as pensões, sem incluir o seguro e o auxílio-doença, este, porque corre pelo Fundo Assistencial, independente da Previdência. O número de pensionistas aumenta dia a dia e dos contribuintes, aliás pequenos, é o mesmo, face à tripla contribuição. O número de revisões novas é muito elevado. Tendo em vista o exposto, voto, com pesar, contra o brilhante parecer do Relator e nego provimento ao Requerimento de concessão. E esta é a decisão, final do Egrégio Conselho Deliberativo". Arruda Câmara — Presidente e Relator do vencido. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu, **Alberto de Oliveira**, Secretário lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — **Min. Honor Arruda Câmara**.

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3, DE 1967, PARA AQUISIÇÃO DE CENTRO PABX, DESTINADO AO SENADO FEDERAL EM BRASÍLIA — D.F.

A Vice-Diretoria-Geral do Senado Federal faz público, para conhecimento dos interessados, que às 15.00 horas do 30º dia, a partir da publicação deste no *Diário Oficial da União*, na sala de reuniões do 2º andar do Edifício Anexo — Senado Federal — receberá as propostas do centro PABX, destinado ao seu uso, conforme especi-



ficação anexa, mediante as condições do presente Edital.

Na hipótese de o 30º dia cair num sábado, domingo ou feriado, a Concorrência será realizada no primeiro dia útil subsequente.

#### CAPÍTULO I

##### Propostas

1 — Poderá apresentar proposta toda e qualquer firma individual ou social que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital.

2 — O concorrente, no dia e hora aqui fixado, deverá apresentar sua documentação e sua proposta, em invólucros separados, fechados e lacrados, contendo em sua parte externa e frontal, alin da Razão Social, os dizeres: *Secretaria do Senado Federal — Concorrência Pública — Edital nº 3, de 1967, o primeiro com o subtítulo «Documentação» e o segundo com o subtítulo «Proposta».*

3 — Elementos do 1º Invólucro  
O primeiro invólucro deverá conter os seguintes elementos:

1º) relação abreviada, em três vias, dos papéis e outros elementos contidos neste «primeiro invólucro» na ordem em que são pedidos neste Edital.

2º) contrato social ou estatuto devidamente legalizado e registro no ... D.N.R.C. ou Junta Comercial, com as alterações subsequentes à publicação dos extratos da última ata da assembleia, em se tratando de Sociedade Anônima;

3º) prova de quitação ou isenção com o serviço militar dos responsáveis legais ou carteira modelo 19, no caso de esses elementos serem estrangeiros;

4º) prova de que votaram na última eleição, os responsáveis legais ou que pagaram a respectiva multa ou se justificaram convenientemente, conforme atestado passado por quem de direito. No caso de esses elementos serem estrangeiros, bastará a apresentação da carteira modelo 19;

5º) certidão negativa de débito com a Previdência Social, fornecida pelo Instituto a que for devida sua contribuição;

6º) prova de cumprimento da lei dos 2/3;

7º) certidão negativa de débito com o Imposto de Renda;

8º) prova de representação legal do proponente;

9º) prova de quitação com o Imposto Sindical;

10) certidões negativas de débito com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

11) comprovante de inscrição na CONEP (Decreto nº 57.271 publicado no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 1965).

Os documentos acima mencionados (numeros 2º a 11), poderão ser fornecidos por meio de fotocópias, devidamente autenticadas.

12) Documentos de identidade financeira, datados do corrente ano, expedidos por estabelecimentos bancários de renome, com firmas reconhecidas.

4 — Elementos do 2º Invólucro

O segundo invólucro deverá conter proposta datilografada, em três vias, em papel formato de ofício, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, mencionando o número da concorrência.

Na proposta deverá constar:

a) preços unitários, parciais e globais pelos quais a firma proponente se compromete a fornecer os aparelhos constantes da especificação anexa;

b) preços para sobressalentes, necessários à manutenção durante 2 (dois) anos;

c) preços unitários e parciais para fornecimento de aparelhos telefônicos compatíveis com cada centro PABX, em quantidade superior a 10% do número de ramais;

d) garantia mínima de 1 (um) ano;

e) prazo para entrega dos aparelhos, devendo a mesma ser efetuada em Brasília;

f) prazo de validade da proposta, prazo este que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias;

g) as propostas deverão incluir retificadores e baterias apropriadas a cada centro, com reserva para 6 (seis) horas ativas;

h) declaração expressa de que a firma aceita todas as condições e especificações constantes do presente Edital e que os preços propostos incluem todas as despesas, estando computados nos mesmos, separadamente, todos os impostos;

i) declaração de que caso seja a vencedora da concorrência, a firma proponente se obrigará a manter um prazo não superior a 60 dias, para o fornecimento de peças sobressalentes que, porventura, venham a ser adquiridas pelo Senado Federal;

Parágrafo único. Não serão tomadas em consideração as propostas:

a) que contiverem emendas, borrões ou rasuras;

b) cujos preços unitários e parciais para o fornecimento não forem expressamente declarados;

c) que não se conformarem com as condições do presente Edital.

#### CAPÍTULO II

##### Recebimento das Propostas

5 — O recebimento das propostas será feito no dia, hora e local previsto neste Edital pela Comissão de Concorrência obedecendo a seguinte ordem:

a) na presença dos proponentes e demais pessoas que queiram assisti-los, serão recebidos e remunerados os invólucros de acordo com a ordem de apresentação ao Presidente da Comissão;

b) iniciar-se-á a abertura primeiramente pelos invólucros contendo a documentação;

c) no caso da alienação do proponente, após a abertura do 1º invólucro e exame dos documentos, não será aberto o 2º, que será devolvido, mediante recibo, mencionando o motivo da exclusão;

d) quanto aos documentos do 1º invólucro serão devolvidos, após o julgamento final da Concorrência, mediante solicitação escrita por parte do interessado ao Presidente da Comissão;

e) após as eliminações eventuais, serão abertos, pela Comissão, os segundos invólucros e lidos, em voz alta, os seus conteúdos;

f) os membros da Comissão e os proponentes rubricarão todas as folhas das propostas e demais elementos anexos;

g) da reunião para recebimento e abertura das propostas, lavrar-se-á ata circunstanciada, da qual tudo que ocorrer ficará, minuciosamente, especificado, devendo a mesma ser assinada pela Comissão e todos os proponentes;

h) depois da hora marcada para o recebimento das propostas, nenhuma outra será recebida, nem tão pouco serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos às mesmas;

i) toda e qualquer declaração deverá constar, obrigatoriamente, da ata, ficando sem direito de interpor qual-

quer recurso, os proponentes que presentes se recusarem a fazer as rubricas referidas nas letras f e g deste Capítulo.

#### CAPÍTULO III

##### Especificações

6 — Os equipamentos a serem fornecidos deverão obedecer as seguintes especificações:

6.1. Um centro PABX completamente equipado com todos os elementos automáticos necessários à ligação do número de ramais estipulados no Quadro 1, e obedecendo, no que couber, às recomendações do CCITT.

Exige-se que seja Equipamento da mais avançada técnica de fabricação, utilizando materiais de metal precioso nos sistemas de conservação e controle de comutação por comando indireto.

a) A todos os ramais será possível ou não o acesso automático às linhas troncos;

b) O critério de restrição poderá ser modificado a qualquer momento sem necessidade de operações demasiadamente trabalhosas ou emprego de grande quantidade de material adicional;

c) A numeração de ramais deverá ser uniforme, não utilizando «0» ou «1» como sua primeira cifra, preferivelmente.

6.2. Os repetidores para os circuitos troncos deverão possibilitar consultas e transferências internas; sugere-se o emprego do código «0» para alcançar as linhas troncos e admitir-se-á um máximo de 10 linhas troncos direcionais simples em cada sentido.

6.3. As chamadas externas deverão ser atendidas na mesa de recepção com o número de posições especificadas no Quadro 1; os ramais internos terão acesso à mesa através de um código especial (sugere-se «12»), com circuitos para as posições de operadora.

a) Oterecer, como parte de centro, equipamento de chamadas em grupo, para até 10 (dez) ramais;

b) O centro deverá possibilitar realização de conferências por telefone, capaz de interligar até 10 (dez) ramais;

c) O centro deverá permitir prioridade nas ligações para até 5 (cinco) ramais, isto é, suas ligações serão completadas mesmo para linhas ocupadas, desde que seu usuário o queira; em tais casos deve ser explicada também a sinalização característica.

6.4. Deverá ser incluído equipamento de supervisão e alarme, inclusive quando repetidos, em local afastado.

6.5. Deverá ser transferido para um ramal o atendimento de todo tráfego durante a ausência de operadora (serviço noturno).

6.6. O distribuidor geral deverá estar equipado com a proteção necessária para as quantidades finais de terminais e linhas troncos, especificadas no Quadro 1, acrescidas de 20% (vinte por cento).

6.7. O equipamento de alimentação para o final de ramais, deverá constar de retificadores estáticos com regulação automática e baterias com capacidade para 6 (seis) horas ativas a tensão nominal de rede de 220/380 volts ~ 60 ciclos por segundos.

6.8. Apresentar cotação unitária em separado, para os aparelhos telefônicos apropriados ao PABX, de mesa e de parede, pretos e em cores.

6.9. Considerar 2 (duas) máquinas de sinalização, sendo pelo menos uma alimentada por corrente contínua e equipamento de comutação automático com sinalização em caso de falta da principal.

6.10. Especificar o valor da resistência máxima permissível para o «loop».

6.11. O equipamento deverá apresentar possibilidade de ampliação e instalação de circuitos internos e externos, telefones múltiplos, mesa de operadora, etc.

6.12. Incluir ferramentas, instruções de manutenção em português, em 4 (quatro) vias, peças sobressalentes para 3 (três) anos, anexando à proposta, listas detalhadas das mesmas.

6.13. Oterecer, optativamente, equipamento destinado a medir a velocidade dos discos seletores, elevar testes de campanhas, examinar as linhas dos ramais, etc.

6.14. Considerar o custo da montagem, bem como o de todo o material necessário tal como cabos e fios de interligação do distribuidor, cabos de força, fixação de terra, suportes para os cabos etc.

6.15. Considerar tempo de garantia, durante o qual a manutenção e funcionamento do equipamento instalado serão de responsabilidade do fornecedor, pelo prazo mínimo de um ano.

6.16. Incluir curso de manutenção para técnicos (em Brasília), referente ao equipamento oterecido.

6.17. Compromisso de fornecimento de toda e qualquer peça de reposição quando solicitado, com prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

##### Observação:

Deverão ser fornecidos pela firma vencedora da concorrência, esquemas relativos aos centros, em 4 (quatro) vias.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Julgamento

7 — Para julgamento da concorrência, atendidas as condições do presente Edital, considerar-se-á vencedora a firma que apresentar o menor preço global para os aparelhos especificados, salvo se a Comissão Julgadora por razões técnicas ou administrativas, considerar outra proposta como a mais conveniente.

8 — Após a organização e exame do processo de concorrência, se nenhuma irregularidade for verificada, serão os aparelhos especificados adjudicados à firma autora da proposta mais vantajosa, mediante emissão de Nota de Empenho correspondente.

9 — Feita a classificação dos concorrentes pela Comissão, esta expedirá as atas lavradas e os demais documentos à Comissão Diretora, com um relatório salientando qual a proposta mais vantajosa, para decisão.

10 — Antes de qualquer decisão, serão as propostas publicadas em quadro demonstrativo de preços no Diário Oficial da União, para conhecimento dos interessados.

#### CAPÍTULO V

##### Disposições Gerais

11 — O Senado Federal se reserva o direito de anular a presente concorrência ou adjudicar o fornecimento no seu todo ou em parte, a um ou mais proponentes, de acordo com a sua exclusiva conveniência, sem que aos concorrentes caiba indenização de qualquer espécie.

12 — Os interessados que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico, na interpretação dos termos deste Edital, serão atendidos durante o expediente da repartição, no 2º andar do Edifício Anexo do Senado Federal, no Gabinete da Vice-Diretora-Geral.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de outubro de 1967. — *Ninon Borges Seal*, Vice-Diretora-Geral e Presidente da Comissão.

## QUADRO — (a que se refere o Capítulo III — Especificações) (6.1)

Local	QUANTIDADES									
	Ramais		Troncos		Circuitos de Enlace		Posições de Operadora		Troncos I.U.	
	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final
Senado Federal	400	800	40	80	40	80	4	6	4	6

**MESA**

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)  
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)  
 2º Vice-Presidente — Gilberto Maranhão — (ARENA — GB)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)  
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)  
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)  
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

**Liderança****DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

**Vice-Líderes:**

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

**DA ARENA**

Líder — Filinto Müller — (MT)

**Vice-Líderes:**

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilela — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

**DO MDB**

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

**Vice-Líderes:**

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA****TITULARES**

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleophas  
 Teotônio Vilela  
 Júlio Leite

**SUPLENTE**

Attilio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedito Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

**MDB**

José Ermírio  
 Márcio Martins  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna  
 Pedro Ludovico

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA****TITULARES**

Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrólio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Rui Palmeira

**SUPLENTE**

Vasconcelos Torres  
 Daniel Krieger  
 Benedito Valladares  
 Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Menezes Pimentel  
 Leandro Maciel

**MDB**

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch  
 Aurélio Vianna  
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.  
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

**ARENA****TITULARES**

José Feliciano  
 Lobão da Silveira  
 Petrólio Portela  
 Eurico Rezende  
 Attilio Fontana

**SUPLENTE**

Benedito Valladares  
 Adolpho Franco  
 Arnão de Melo  
 José Leite  
 Mello Braga

**MDB**

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Secretário: Alexandre Mello.  
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Adalberto Senna  
 Lino de Mattos

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(9 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

**ARENA****TITULARES**

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Júlio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel

**SUPLENTE**

José Leite  
 João Cleophas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres

**MDB**

Mário Martins  
 Pedro Ludovico  
 Lino de Mattos

José Ermírio  
 Josaphat Marinho  
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

**ARENA****TITULARES**

Menezes Pimentel  
 Mem de Sa  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Benedito Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrólio Portela

**MDB**

Adalberto Senna  
 Lino de Mattos

Antônio Balbino  
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa  
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

**ARENA****TITULARES**

João Cleophas  
 Mem de Sa  
 José Leite  
 Leandro Maciel  
 Manoel Vilela  
 Clodomir Milet  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco  
 Paulo Sarasate  
 Carvalho Pinto  
 Fernando Corrêa

**SUPLENTE**

Antônio Carlos  
 José Guionard  
 Daniel Krieger  
 Petrólio Portela  
 Attilio Fontana  
 Júlio Leite  
 Mello Braga  
 Carlos Lindenberg  
 Celso Ramos  
 Teotônio Vilela  
 Rui Palmeira

**MDB**

Argemiro Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
 José Ermírio  
 Lino de Mattos  
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

**ARENA****TITULARES**

Ney Braga  
 Attilio Fontana  
 Adolpho Franco  
 Domicio Gondim  
 João Cleophas

**SUPLENTE**

Júlio Leite  
 José Cândido  
 Rui Palmeira  
 Arnão de Melo  
 Leandro Maciel

**MDB**

Antônio Balbino  
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz  
 Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-3.  
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

**A R E N A****TITULARES**

Petronio Portela  
Domício Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Julio Leite

**SUPLENTE**

José Guimard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

**M D B**

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgílio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

**A R E N A****TITULARES**

Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Vasconcelos Torres  
Rui Palmeira

**M D B**

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

**A R E N A****TITULARES**

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Milet  
Julio Leite  
Duarte Filho

**SUPLENTE**

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domício Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

**M D B**

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

**A R E N A****TITULARES**

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antonio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Daniel Knierger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Milet

**M D B**

José Ermirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antônio Babilino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**A R E N A****TITULARES**

Teotônio Vilela  
Antônio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

Felinto Muller  
Lobão de Sá  
José Leite  
José Guimard  
Bezerra Neto

**M D B**

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(11 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**A R E N A**

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antonio Carlos  
José Cândido  
Arnold de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guimard  
José Leite  
Clodomir Milet  
Menezes Pimentel

**M D B**

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigfredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

**A R E N A****TITULARES**

Sigfredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

**SUPLENTE**

Julio Leite  
Clodomir Milet  
Ney Braga  
José Cândido

**M D B**

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15 horas.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

**A R E N A****TITULARES**

Paulo Torres  
José Guimard  
Sigfredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Paulo Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Julio Leite

**M D B**

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza



**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnon de Melo

**A R E N A**

**TITULARES**

Vasconcellos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Melo  
Paulo Torres  
José Guilomard

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos

**M D B**

Lino de Mattos  
Aarão Steinbruch

Arthur Virgílio  
Adalberto Sena  
Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Mattos

**A R E N A**

**TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Melo  
Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Guilomard  
Petronio Portela  
Domício Gondin  
Carlos Lindenberg

**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guilomard  
Vice-Presidente: Clodomir Miller

**A R E N A**

**TITULARES**

José Guilomard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Miller  
Alvaro Maia

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Mulla  
Sigefredo Pacheco

**M D B**

Adalberto Sena  
Secretário: Alexandre Mello  
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.